



PREFEITURA DE
SÃO PAULO



VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE

POLÍTICAS PARA
AS MULHERES

ANAIS



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE

**POLÍTICAS PARA
AS MULHERES**

ANAIS

out/2025

Sumário

Apresentação	5
A VI CMPM	6
Perfil das participantes	9
Aula Magna	21
Eixos Temáticos - Palestras	24
Eixos Temáticos - Grupos de Trabalho	30
Sistematização de propostas	38
Plenária Final	40
Propostas Aprovadas	44
Delegação	52
Moções	62
Considerações Finais	73
Anexos	74

Lista de siglas

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ASI	Assessoria de Segurança e Inteligência
BI	<i>Business Intelligence</i>
CAPS III	Centro de Atenção Psicossocial III
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CER	Centro Especializado em Reabilitação
ABM	Associação Brasileira dos Municípios
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAT	Comunicado de Acidente de Trabalho
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CDCM	Centro de Defesa e Convivência da Mulher
CDIs	Rede de Centros-Dia
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CEIs	Centros de Educação Infantil
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CF	Constituição Federal
CMPM	Conselho Municipal de Políticas para Mulheres
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CP	Código Penal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRCM	Centro de Referência e Cidadania da Mulher
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
DDMs	Delegacias de atendimento a Mulheres
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EMEIs	Escolas Municipais de Educação Infantil
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GT	Grupo de trabalho
HSPM	Hospital Municipal do Servidor(a)
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos
LBT+	Lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneras e travestis e outras identidades
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA	Lei Orçamentária Anual
OAB/SP	Ordem dos Advogados do Brasil no Estado de São Paulo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAI	Programa de Acompanhante de Idosos
PAISM	Programa de Atenção Integral da Saúde da Mulher
PcD	Pessoa com Deficiência
PCdoB/SP	Partido Comunista do Brasil no Estado de São Paulo
PDL	Projeto de Decreto Legislativo
PL	Projeto de Lei
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
POT Mãe	Programa Operação Trabalho Mães Guardiãs
PPA	Plano Plurianual
SENATP	Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política
SIMESP	Sindicato dos Médicos de São Paulo
SINDSEP	Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo
SINTECT/SP	Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de São Paulo
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBM	União Brasileira de Mulheres
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
UPES	União Paulista dos Estudantes Secundaristas
VI CPM	IV Conferência Municipal de Políticas para Mulheres

Apresentação

Olá!

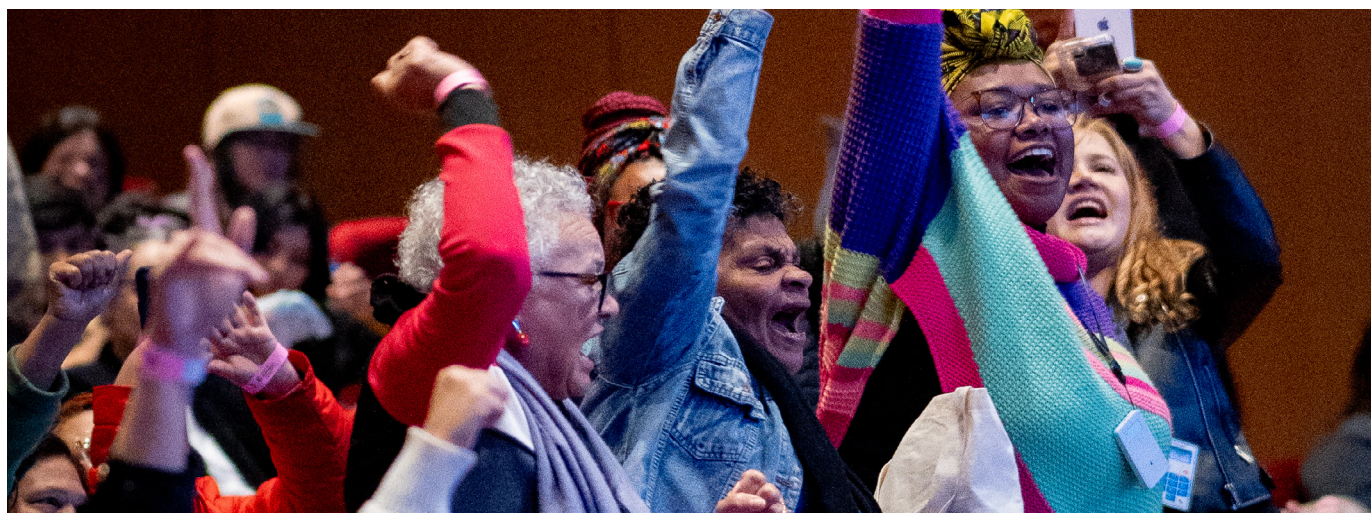
Este documento contém as principais informações sobre a realização da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo compiladas para que todas possam ter acesso ao histórico do evento, mas principalmente para registro e preservação das construções elaboradas pelas participantes.

Os Anais são uma forma de divulgar o conteúdo discutido em um evento para que seja compartilhado com todas as pessoas. Além de um documento oficial também é uma fonte de pesquisa, espaço de memória e possibilita a colaboração com outros processos participativos que venham a ocorrer depois desta conferência.

A VI Conferência Municipal de Políticas para Mulheres teve como objetivo ser um espaço estratégico para debate entre todos os setores da sociedade, que promoveu participação democrática, escuta sensível e construção coletiva, com o zelo que o momento exige na formulação de políticas, diretrizes e ações práticas para sua concretização.

O relatório está organizado na seguinte ordem: apresentação da VI Conferência, considerando um breve relato dos principais acontecimentos; perfil das participantes credenciadas; síntese da aula magna de abertura; síntese das palestras dos eixos temáticos; relato dos trabalhos de eixos/grupo; síntese do processo de sistematização de propostas; relato da plenária final; propostas aprovadas e recomendações, por instância; síntese do processo de candidatura, dados e perfil da delegação eleita; apresentação das moções; anexos diversos, onde incluem-se normas, diretrizes, regimento interno aprovado e outras informações e complementos do processo conferencial.

Esse espaço reafirmou o compromisso com a promoção da igualdade de gênero, o combate às desigualdades e violências estruturais, além da defesa da cidadania plena das mulheres em toda sua pluralidade: negras, brancas, indígenas, quilombolas, periféricas, com deficiência, lésbicas, bissexuais, trans, do campo, da cidade...



A VI CPM

A VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo foi construída pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Coordenação de Políticas para as Mulheres, vinculada a pasta, em parceria com o Conselho de Políticas Públicas para as mulheres e a Comissão Organizadora.

Seu início se deu com a convocação nacional da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que tem como tema central *Mais Democracia, Mais Igualdade e Mais Conquistas para Todas* e está prevista para os dias 29 de setembro a 1º de outubro de 2025, em Brasília/DF. A Conferência Nacional será um amplo processo democrático e participativo promovido pelo Ministério das Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, em parceria com entes federativos e a sociedade civil, composto por 4 etapas: Conferências Livres; Conferências Municipais; Conferências Distrital e Estaduais; e Conferência Nacional. E que culminará na formulação da *Plataforma das Mulheres*, instrumento que sistematizará as prioridades em políticas públicas apresentadas pelas mulheres, com vistas a fortalecer a democracia, garantir a igualdade e promover avanços na efetivação dos direitos de todas.

A VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres da cidade de São Paulo é parte desse processo mais amplo e constitui um momento importante de participação democrática e controle social, escuta e construção coletiva de propostas voltadas ao fortalecimento e à melhoria das políticas públicas para as mulheres a partir de um diálogo com diferentes setores. É um espaço que reafirmou o compromisso do município e de todos os atores que realizam uma ação ativa para a promoção da igualdade de gênero, o combate às desigualdades e violências estruturais, além da defesa da cidadania plena das mulheres em toda sua pluralidade.

Essa construção que mobiliza todo o país ocorre após quase uma década da realização da última conferência, marca uma oportunidade crucial de refletir sobre o cenário atual, com o objetivo de fortalecer o compromisso com a equidade de gênero e a igualdade social, incorporando os direitos das mulheres e suas vozes.

A constituição da Comissão Organizadora, na forma de um Grupo de Trabalho (GT) de metodologia, foi realizada durante reunião do Conselho Municipal de Política para as Mulheres, em 28 de abril de 2025. A partir desse momento, poder público e sociedade civil encaminharam a realização do evento, com ampla mobilização e participação social.

A realização da VI Conferência Municipal se apoiou nas diretrizes da Comissão Nacional e da Comissão Estadual, mas teve liberdade para adaptar à realidade do município. Para o debate foram previstos 04 (quatro) Eixos Temáticos: **Eixo 1** - Governança, instituições e participação popular para a garantia dos direitos das mulheres; **Eixo 2** - Enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher; **Eixo 3** - Autonomia financeira como estratégia para a igualdade; e **Eixo 4** - Cuidar de quem cuida: políticas de saúde integral da mulher.

Entre abril e julho, a Comissão Organizadora se reuniu regularmente e pode definir as questões normativas, logísticas e metodológicas do evento. O Regimento Interno da Conferência foi disponibilizado para consulta pública pela plataforma *Participe Mais*, pelo período de 03 a 10 de julho de 2025, e depois foi validado, alterado e aprovado pela Plenária da Conferência em 12 de julho, primeiro dia do evento.

A VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres foi realizada nos dias 12 e 13 de julho de 2025, nas instalações da Unip Indianápolis, na Vila Clementino, em São Paulo e contou com a presença de 333 pessoas credenciadas.

O início do evento ocorreu no dia 12 de julho de 2025, às 9h40, e participaram da solenidade de abertura: Juliana Cardoso - Deputada Federal; Sandra Kennedy - Secretária Nacional da Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política no Ministério das Mulheres; Sandra Tadeu - Vereadora e Procuradora Especial da Mulher da Câmara Municipal de São Paulo; Vanessa Terezinha Souza de Almeida - Promotora de Justiça e Integrante do Núcleo de Gênero do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado de São Paulo; Claudia Rodrigues de Oliveira - Presidente do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres; Daniele Akamine - Coordenadora Municipal de Políticas para Mulheres; Regina Santana - Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; Stella Verzolla - Secretária Adjunta de Direitos Humanos e Cidadania; e, Elaine Gomes de Lima - Secretária Executiva Adjunta de Promoção da Igualdade Racial.

Após a solenidade de abertura, foi proferida uma aula magna pela professora Claudia Patrícia Luna, com o tema *Políticas para as Mulheres de São Paulo – Construindo uma cidade justa e inclusiva*. Na sequência foi composta a mesa coordenadora para condução da leitura e aprovação do Regimento Interno do evento. Com a aprovação do texto que determina o funcionamento da VI CPM e uma alteração da programação prevista, as participantes foram para o almoço e depois para os grupos de trabalho (GT).

Nos Grupos de Trabalho constituídos para a construção das deliberações dos eixos de discussão, foram convidadas palestrantes que abordaram as temáticas específicas de cada grupo. Essas palestras,



em conjunto com conhecimentos e vivências das participantes, forneceram subsídios para debate de um panorama atual no município, mas também nas outras esferas, que balizaram a construção de propostas para os âmbitos municipal, estadual e nacional.

Com a mudança da programação, as mediadoras fizeram, em conjunto com as participantes, uma adaptação da metodologia no sentido de garantir os resultados necessários dentro do tempo disponível. Sendo assim, cada grupo passou a ter sua própria dinâmica, apesar de seguirem o mesmo roteiro e critérios. A metodologia priorizou momentos de rodas de conversa, escuta ativa e construção coletiva de propostas.

Os eixos de discussão foram: Eixo 1 - Governança, instituições e participação popular para a garantia dos direitos das mulheres; Eixo 2 - Enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher; Eixo 3 - Autonomia financeira como estratégia para a igualdade; Eixo 4 - Cuidar de quem cuida: políticas de saúde integral da mulher. Como foi necessária a realização de mais de um grupo por eixo, totalizando 08 (oito) grupos, e também foi definido que cada grupo poderia elaborar até 03 (três) propostas municipais, 02 (duas) propostas estaduais e 02 (duas) propostas nacionais, se tornou fundamental um momento de sistematização dos resultados dos grupos para organização e apresentação à plenária final. Essa sistematização foi realizada ao final do dia por representantes de todos os grupos com auxílio da equipe de mediação e relatoria contratada.

No segundo dia, 13 de julho, as participantes começaram os trabalhos com um diálogo sobre as delegações (titulares e suplentes e dos diversos segmentos que as compõem) e quem seriam as possíveis representantes. Após esse momento, a mesa coordenadora deu início a plenária final, com apresentação e priorização das propostas estaduais e nacionais; debate e aprovação das propostas municipais; referendo de moções e eleição de delegadas.

O município tinha como número de vagas totais: 104 (cento e quatro) titulares e 31 (trinta e uma) suplentes, porém as participantes da VI Conferência Municipal na aprovação de seu regimento interno modificaram a quantidade de suplentes para 51 (cinquenta e uma). Todas as delegadas foram eleitas segundo critérios e percentuais pré-estabelecidos de representatividade (negras, LBT+, com deficiências, migrantes etc.).

O processo de eleição da delegação à V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres foi composto pelo diálogo realizado nos grupos pela manhã do segundo dia e pela validação das indicações realizadas após esse diálogo na plenária final, pelo conjunto de conferencistas presentes. Foram eleitas a totalidade de vagas disponibilizadas, para ambos os segmentos previstos no Regimento Interno, respeitando a proporcionalidade de 70% para a Sociedade Civil e 30% para o Poder Público.

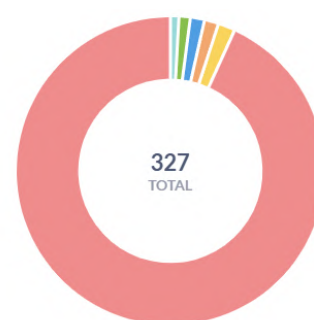
Perfil das participantes

Durante o processo de preparação da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo foi disponibilizado um sistema de pré-inscrição que obteve o total de 276 vagas preenchidas. Essas vagas estariam garantidas até 12h do primeiro dia do evento, segundo indicação da Comissão Organizadora e o Regimento Interno aprovado em plenária. Após esse momento, as pré-inscrições não confirmadas no credenciamento teriam suas vagas disponibilizadas para outras pessoas presentes e então, o preenchimento delas seria completado até o número total de 500 participantes. Do total de pré-inscritas, apenas 38% efetivaram seu credenciamento no evento. Além de fazerem parte desse universo de pré-inscritos, 07 pessoas que se identificaram como *homem cisgênero*, das quais 02 estavam presentes no evento e outras 09 que constam como *não declarado*, das quais apenas 02 também compareceram.

Com o credenciamento presencial, o número total de participantes foi contabilizado em 333 pessoas, com 227 novas inscrições. Neste número também temos 04 pessoas que se identificaram como *homem cisgênero*. Para fins de composição do perfil de participantes do evento, consideraremos todas as outras indicações de gênero realizada pelas conferencistas, incluindo as que constam *não declarado*, excluindo-se dessa maneira apenas aquelas que indicaram *homem cisgênero* em seu credenciamento. Sendo assim, apresentaremos informações de um total de 327 pessoas, no entanto, ao final, traçaremos uma breve informação sobre os homens presentes no evento a título de registro.

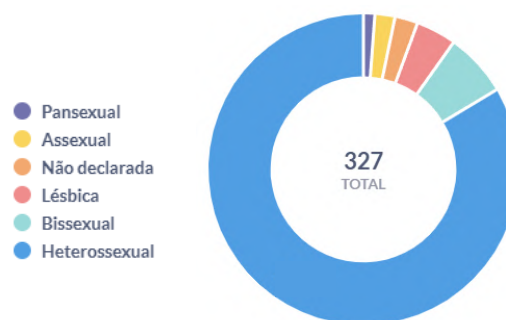
Dando sequência e aproveitando que estamos falando sobre gênero, o primeiro dado apresentado é justamente relacionado à composição de participantes a partir desse item, conforme tabela e gráfico abaixo:

Identidade de Gênero		
Critério	Total	%
Mulher Cisgênero	309	94,5%
Mulher Transexual	5	1,53%
Agênero	4	1,22%
Outra (não especificada)	4	1,22%
Não binário	3	0,92%
Não declarado	2	0,61%
	327	100%



Como é possível analisar, o evento contou majoritariamente com a presença de *mulheres cisgênero* (94,5%). E também, como será possível visualizar na sequência, a maioria também foi composta por pessoas *heterossexuais* (84,7%). Ao cruzar as duas referências, chegamos ao resultado de que do total de *mulheres cisgênero*, 309 pessoas, 265 se identificaram como *heterossexuais*.

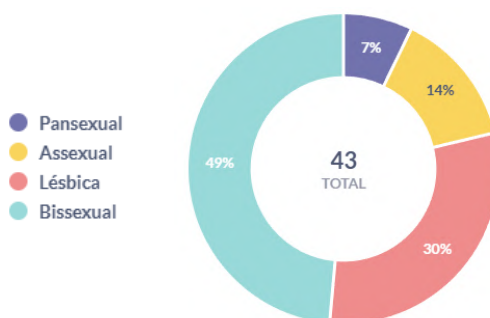
Orientação sexual		
Critério	Total	%
Heterossexual	277	84,71%
Bissexual	21	6,42%
Lésbica	13	3,98%
Assexual	6	1,83%
Pansexual	3	0,92%
Não declarada	7	2,14%
	327	100%



Orientação sexual - mulher cisgênero		
Critério	Total	%
Heterossexual	265	85,76%
Bissexual	20	6,47%
Lésbica	11	3,56%
Assexual	5	1,62%
Pansexual	2	0,65%
Não declarada	6	1,94%
	309	100%

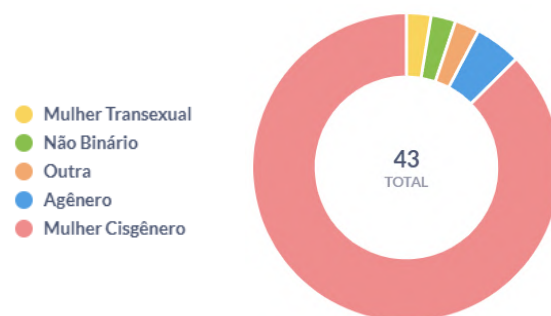
Quando fazemos uma seleção das inscritas no item de Orientação Sexual, considerando apenas os critérios LBT+ (*Assexual, Bissexual, Lésbica e Pansexual*) temos um total de 43 mulheres, das quais a maioria (88,4%) se identifica como *mulher cisgênero*, mas em termos de identidade por Raça/Cor há um equilíbrio entre mulheres *brancas* e mulheres *pretas e pardas*, mas não se apresentam as outras identidades (*amarela e indígena*), pois todas indicaram serem *heterossexuais*, além de também assinalarem o campo *mulher cisgênero*.

Orientação Sexual - LBT +



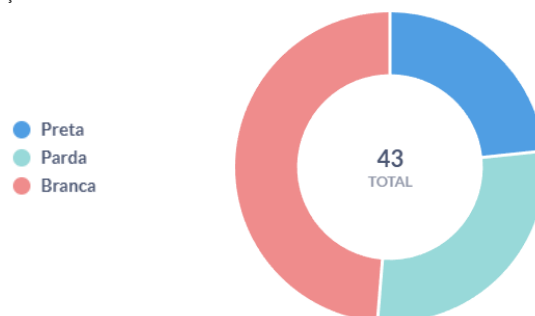
Identidade de gênero - LBT+		
Critério	Total	%
Mulher Cisgênero	38	88,37%
Agênero	2	4,65%
Mulher Transexual	1	2,33%
Não binário	1	2,33%
Outra (não especificada)	1	2,33%
	43	100%

Identidade de gênero - LBT +

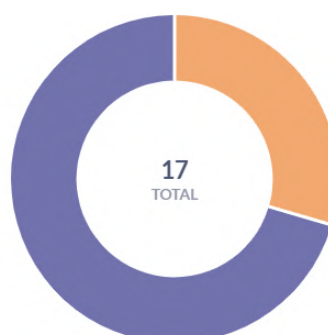


Raça/Cor - LBT+		
Critério	Total	%
Branca	21	48,84%
Parda	12	27,91%
Preta	10	23,26%
	43	100%

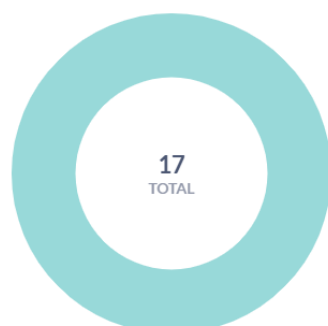
Raça/Cor - LBT +



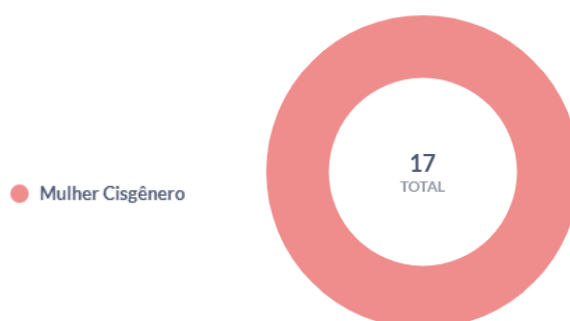
Raça/Cor - Amarela ou Indígena



Orientação sexual - Raça/Cor Amarela ou Indígena



Identidade de gênero - Raça/Cor Amarela ou Indígena

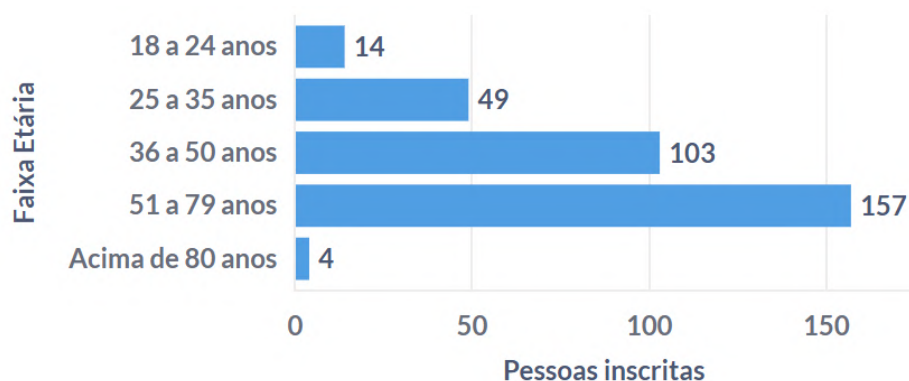


Ao selecionarmos o critério de pessoa com deficiência (PcD), obtemos a informação de que 17 pessoas sinalizaram positivamente este item, sendo 07 pessoas com deficiências visuais, 06 pessoas com deficiências motoras, 02 pessoas com deficiências auditivas e 02 pessoas com deficiências múltiplas. Importante ressaltar que a equipe e a estrutura do evento estavam preparadas para garantir plena participação de todas essas pessoas, com acessibilidade dos espaços e profissionais orientados, assim como intérpretes de Libras disponíveis durante toda a Conferência.

Pessoa com Deficiência		
Critério	Total	%
Não possui deficiência	310	94,8%
Visual	7	2,14%
Motora	6	1,83%
Auditiva	2	0,61%
Múltiplas	2	0,61%
	327	100%

Um dado importante é que nos mostra como é fundamental que este tipo de evento aconteça com uma periodicidade mais constante e com espaçamento de tempo mais reduzido é a faixa etária das mulheres presentes. Visualizamos pouca adesão da juventude nesse espaço, sendo menos de 20% do total de participantes da Conferência pelos dados apresentados (*18 a 24 anos e 25 a 35 anos*), mas menor ainda se estabelecêssemos a faixa etária considerada pela Política Nacional da Juventude ou pelo Estatuto da Juventude (*15 a 29 anos*). Essa baixa participação da juventude pode ser originada pelo hiato na realização de Conferências nessa temática, já que quase uma década se passou desde o último processo com foco nas políticas públicas para as mulheres. O número de adultas na faixa de *36 a 50 anos* representa 31,5% e na faixa de *51 a 79 anos*, 48% do total. Também é possível visualizar que, a partir do determinado pelo Estatuto do Idoso, uma parte significativa das participantes estaria dentro dessa faixa (mais de 60 anos); no entanto, essa é uma análise por inferência, já que não é possível determinar com exatidão a idade de cada participante, uma vez

que o formulário estava organizado segundo as faixas apresentadas e não por inserção da idade específica. Tivemos ainda o registro da participação de 04 mulheres que indicaram ter *acima de 80 anos*, representando cerca de 1% do total.



Outra informação solicitada na inscrição das participantes e que nos indica que é necessária uma maior mobilização dessa população para exercício de sua cidadania por meio da participação popular e controle social, são as *mulheres imigrantes, refugiadas ou apátridas*. Para o campo *nacionalidade*, essas mulheres representam menos de 3% do total, isso considerando as que são *brasileiras naturalizadas* (02 pessoas). No cruzamento do item de nacionalidade com faixa etária, excluindo-se as identificadas como *brasileiras*, temos 02 imigrantes jovens (entre 18 e 35 anos), 06 adultas (até 50 anos) e 02 adultas/idosas (entre 51 e 79 anos).

Nacionalidade		
Critério	Total	%
Brasileira	317	96,94%
Migrante Internacional	7	2,14%
Brasileira Naturalizada	2	0,61%
Migrante Nacional	1	0,31%
	327	100%

Nacionalidade - jovens (18 a 35 anos)		
Critério	Total	%
Brasileira	61	96,83%
Migrante Internacional	2	3,17%
	63	100%

Nacionalidade - adultas (36 a 50 anos)		
Critério	Total	%
Brasileira	97	94,17%
Migrante Internacional	4	3,88%
Brasileira Naturalizada	2	1,94%
	103	100%

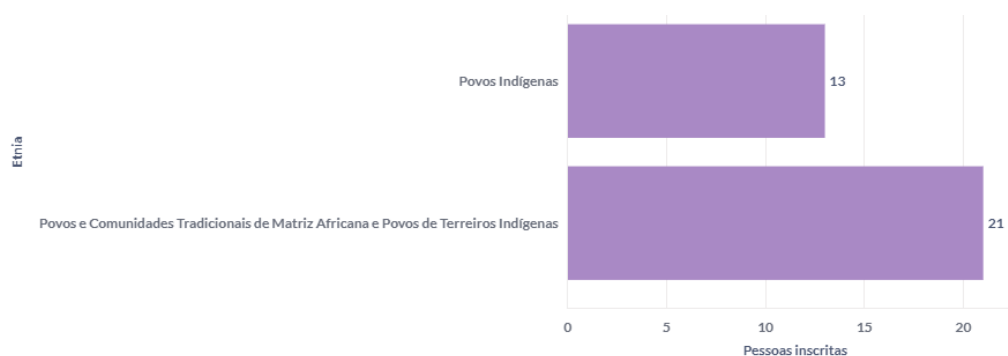
Nacionalidade - adultas/idosas (50 a 79 anos)		
Critério	Total	%
Brasileira	155	98,73%
Migrante Internacional	1	0,64%
Migrante Nacional	1	0,64%
	157	100%

Seguindo a análise dos dados sociodemográficos, no item Raça/Cor estavam elencados como opções de identificação: *Amarela, Indígena, Parda, Preta e Branca*. Já no item Segmento étnico/racial, foram apresentadas as opções: *Povos Ciganos, Povos Quilombolas, Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e*

Povos de Terreiro Indígenas, População Negra e Outros. É interessante que esses dois elementos sejam avaliados em conjunto, por exemplo, porque há situações nas quais as participantes indicaram pertencer ao segmento étnico *indígenas*, mas selecionaram outro item para o campo Raça/Cor, e ao final da análise esses dois itens precisam ser agrupados para conseguirmos contabilizar o total de mulheres indígenas presentes no evento. Para esse exemplo, temos 12 pessoas que se identificaram como *Indígenas*, mas das quais apenas 08 também selecionaram o segmento étnico na mesma categoria. Enquanto das 13 pessoas que selecionaram o segmento étnico, temos 02 que se identificam como *Pardas*, 02 que se identificam como *Pretas* e 01, como *Branca*. Ao fazer uma análise de conjunto, com a junção dos dados disponíveis, e sem contabilizar àquelas que fazem parte da categoria *Povos de Terreiro Indígenas* cujo total não é possível segmentar nesse cadastro, temos um total de 17 pessoas *indígenas* (somam-se as 12 pessoas com identificação por *Raça/Cor* e as 05 pessoas que assinalaram apenas o pertencimento étnico equivalente), representando aproximadamente 5% do total de participantes.

Raça/Cor		
Critério	Total	%
Indígena	12	3,67%
Branca	144	44,04%
Preta	93	28,44%
Parda	73	22,32%
Amarela	5	1,53%
	327	100%

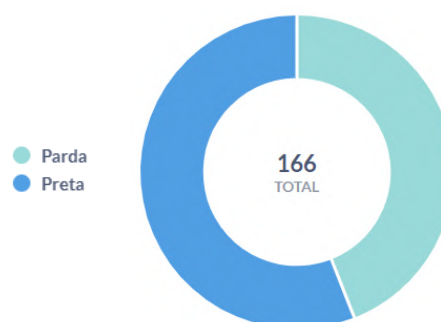
Raça/Cor - Segmento Povos Indígenas		
Critério	Total	%
Indígena	8	61,54%
Preta	2	15,38%
Parda	2	15,38%
Branca	1	7,69%
	13	100%



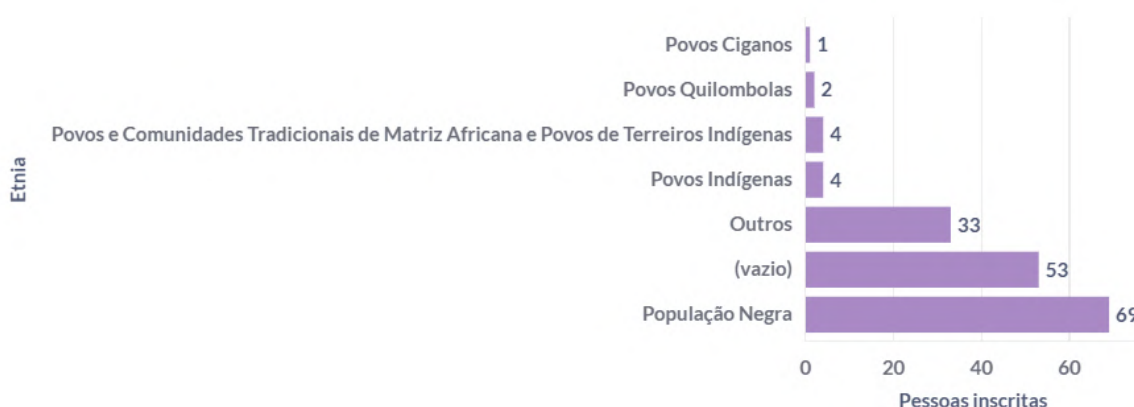
Ainda nesse item, pelo critério de autodeclaração da pessoa negra do Estatuto de Igualdade Racial, podemos ter as categorias *Parda* ou *Preta* assinaladas pelas participantes, então apresentaremos na sequência algumas informações do perfil das conferencistas considerando essas duas categorias agrupadas e outras, individualizadas, quando for melhor para obtenção de informações sobre a participação dessa população. Para início, é importante frisar que quase 51% das participantes da VI Conferência são *pardas* (73 pessoas) ou *pretas* (93 pessoas). Dessas, 69 pessoas também assinalaram

como segmento étnico/racial o item *População Negra* (19 *pardas* e 50 *pretas*, 27,5% e 72,5%, respectivamente). 53 pessoas (32%) não indicaram nenhum segmento étnico/racial (28 *pardas* e 25 *pretas*). Povos Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro Indígenas temos 02 pessoas e 04 pessoas. A única pessoa a se identificar como pertencente aos Povos Ciganos, se autodeclarou como *parda*.

Raça/Cor - Pessoas negras		
Critério	Total	%
Preta	93	56,02%
Parda	73	43,98%
	166	100%

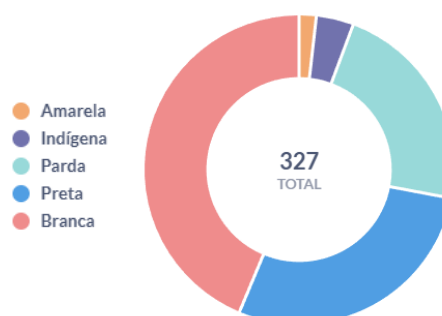


Segmento Étnico/Racial - Pessoas negras

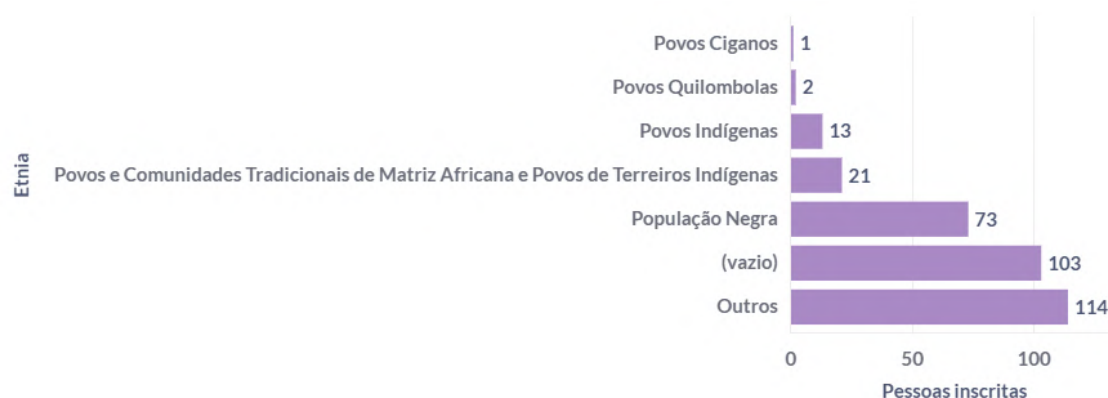


Ao isolarmos as categorias *Raça/Cor* possíveis, temos mais presença de pessoas identificadas como *Branças*, 44,04% do total, apesar do conjunto de pessoas *Pardas* e *Pretas* ser maior, como já apresentado.

Raça/Cor		
Critério	Total	%
Branca	144	44,04%
Preta	93	28,44%
Parda	73	22,32%
Indígena	12	3,67%
Amarela	5	1,53%
	327	100%

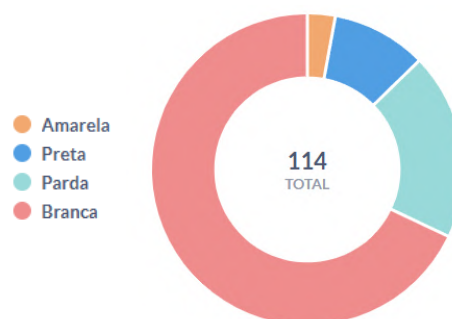


Segmento Étnico/Racial - Total geral



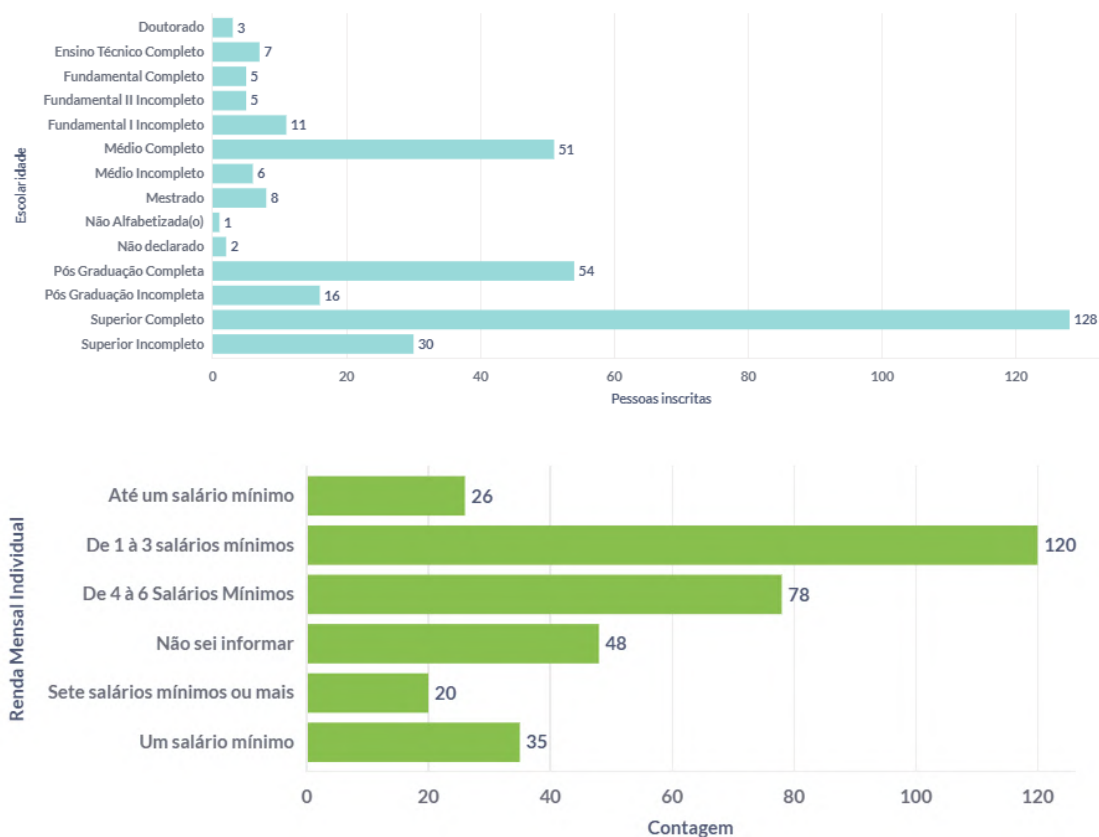
Também, ao fazermos a seleção pelo campo *Outros* (114 pessoas) e um cruzamento com as informações de raça/cor, visualizamos que mais de 68,4% das pessoas que indicaram esse campo, se identificaram como *branca*. E do total de participantes analisado (327 pessoas), 103 não indicaram pertencimento a nenhum segmento étnico racial. Para finalizar, imagina-se que por algum erro no preenchimento do formulário, no segmento *População Negra*, há 04 pessoas que assinaram Raça/Cor *branca* por isso o número de 73 pessoas no total, quando ao fazer a seleção por *parda* e *preta* chegamos apenas a 69 pessoas.

Raça/Cor - Segmento Étnico/Racial "Outros"		
Critério	Total	%
Branca	78	68,42%
Parda	22	19,3%
Preta	11	9,65%
Amarela	3	2,63%
	114	100%



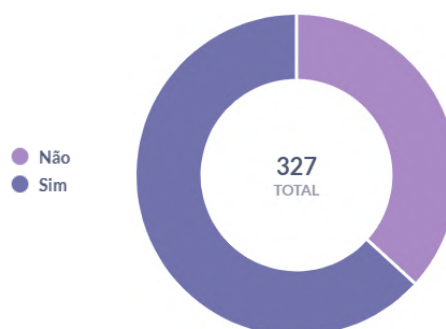
Raça/Cor - Segmento Étnico/Racial "População Negra"		
Critério	Total	%
Preta	50	68,49%
Parda	19	26,03%
Branca	4	5,48%
	73	100%

Outras informações apresentadas nos dados sociodemográficos e socioeconômicos estão relacionadas com Escolaridade e Renda. Das participantes que responderam a esses tópicos (325 pessoas), a maioria possui *Superior Completo* (128 pessoas), *Pós Graduação Completa* (54 pessoas) e *Médio Completo* (51 pessoas); e 120 pessoas informam rendimento mensal individual de *1 a 3 salários mínimos* e 78 pessoas informaram de *4 a 6 salários mínimos*.

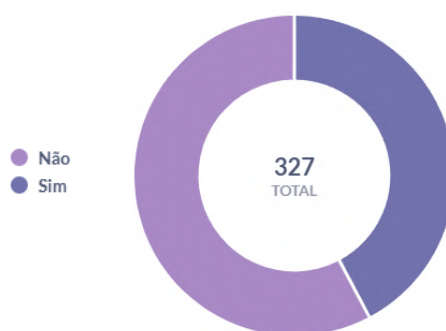


Sobre os dados de participação no evento, das 327 pessoas credenciadas e que compõem o universo de nossa análise, 207 pessoas (63,3%) afirmaram ser a primeira participação em Conferência. E 42,2% também afirmaram ter participado da V Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo.

Primeira participação?		
Critério	Total	%
Sim	207	63,3%
Não	120	36,7%
	327	100%

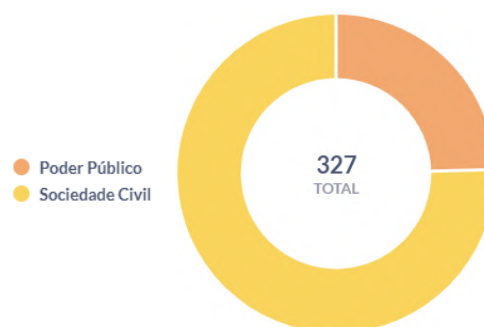


Primeira da última Conferência?		
Critério	Total	%
Sim	138	42,2%
Não	189	57,8%
	327	100%

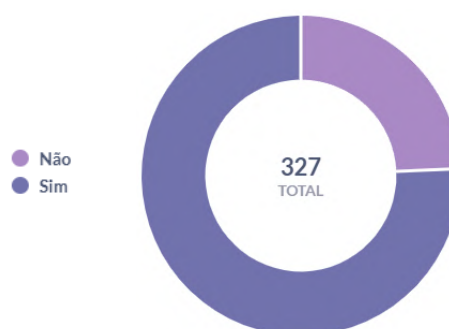


Para o campo Natureza de Representação, percebe-se uma importante participação da Sociedade Civil (75,5%), número também equivalente a indicação de ser representante de alguma organização (75,8%), ainda que não possamos afirmar que são diretamente relacionadas essas duas respostas para todos os casos.

Natureza da representação		
Critério	Total	%
Sociedade Civil	247	75,54%
Poder Público	80	24,46%
	327	100%

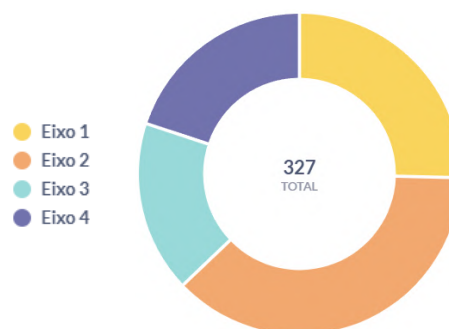


Representa alguma organização?		
Critério	Total	%
Sim	248	75,8%
Não	79	24,2%
	327	100%

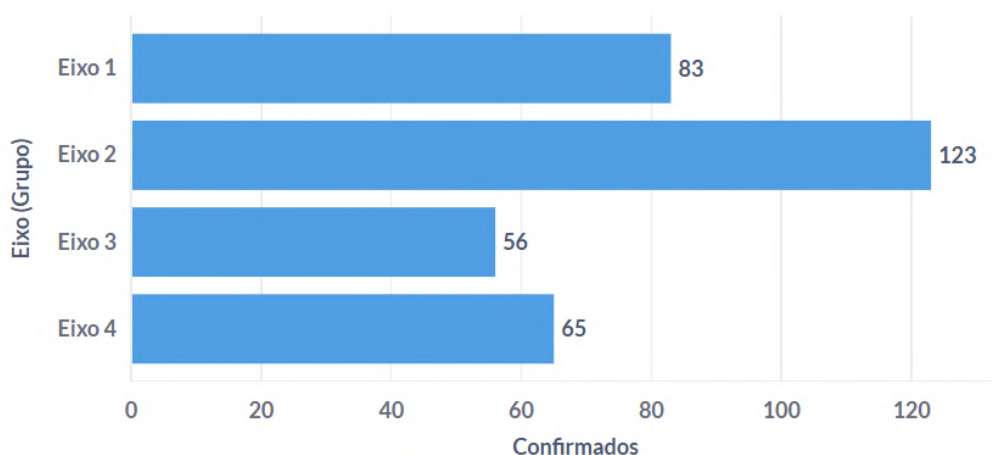


No credenciamento as participantes também puderam eleger o eixo de discussão do qual gostariam de participar. Para a VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo foram definidos 04 eixos, cada um com dois grupos: Eixo 1 - Governança, instituições e participação popular para a garantia dos direitos das mulheres; Eixo 2 - Enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher; Eixo 3 - Autonomia financeira como estratégia para a igualdade; e Eixo 4 - Cuidar de quem cuida: políticas de saúde integral da mulher. As participantes se distribuíram da seguinte forma:

Participação por eixo		
Critério	Total	%
Eixo 1	83	25,4%
Eixo 2	123	37,6%
Eixo 3	56	17,1%
Eixo 4	65	19,9%
	114	100%



Em números totais, houve certo equilíbrio entre os eixos 1 (83 pessoas), 3 (56 pessoas) e 4 (65 pessoas). Já o eixo 2, principalmente por sua temática, teve maior número de inscritas (123 pessoas), quase equivalente a soma das participantes dos eixos 3 e 4, e representando 37,6% das conferencistas.



Para finalizar a análise do perfil das participantes, apresentaremos um resumo das informações dos *homens cisgêneros* credenciados e também, conforme solicitado nas orientações para realização das conferências municipais tanto da Comissão Estadual, como da Comissão Nacional, os dados por segmento/categoria de participação e representação na delegação municipal.

Entre as 06 pessoas que se identificaram como *homem cisgênero* todas indicaram serem *brasileiras* e não possuírem nenhuma deficiência. Houve certo equilíbrio na distribuição por idade, entre jovens e adultos: 01 pessoa – 18 a 24 anos; 02 pessoas – 25 a 35 anos; 02 pessoas – 36 a 50 anos e 01 pessoa – 51 a 79 anos. Com relação à Raça/Cor e Segmento étnico/racial, tivemos: 02 pessoas *pretas*, 01 pessoa *parda*, 02 pessoas *indígenas* e 01 pessoa *branca*. Consequentemente, tivemos 03 pessoas assinalando o segmento étnico/racial *população negra* e 02 pessoas em *povos indígenas* e a pessoa branca, assinalou o item *outros* para esse campo. Em Orientação Sexual, a pessoa que assinalou *outros* também se identificou como *gay* e as demais como *heterossexual*.

Os *homens indígenas* (02) foram os que apresentaram indicadores de menor escolaridade e renda mensal individual. *Fundamental I Incompleto* e *Médio Completo* e remuneração de *até um salário mínimo* ou *um salário*. Em contraposição, os dois homens que se declararam negros apresentaram os maiores indicadores de escolaridade e remuneração: *Mestrado* e *Superior Completo* e de *4 a 6 salários mínimos* e *sete salários mínimos ou mais*, respectivamente.

E nos critérios de participação, 50% eram do Poder Público e 50% da Sociedade Civil; 05 representavam alguma organização (83,3%); 04 estavam participando pela primeira vez de Conferência (66,7%) e 01 pessoa afirmou ter participado da última conferência.

Já os dados por segmento/categoria, pelas orientações estaduais e nacionais, excluindo-se as informações das 06 pessoas *homens cisgêneros*, podem ser visualizados no quadro abaixo. É importante ressaltar que uma mesma pessoa pode estar contabilizada em mais de uma categoria, sobrepondo representações de acordo com as opções assinaladas em seu credenciamento; além de informar que a cidade de São Paulo, durante debate e aprovação do Regimento Interno, adicionou o segmento/critério *imigrantes, refugiadas ou apátridas* no rol de representatividade obrigatória dentro da delegação paulistana. Seguem os dados.

Critérios de representatividade	
Total de mulheres negras:	50,8% - 73 pessoas <i>pardas</i> e 93 pessoas <i>pretas</i>
Total de mulheres LBT+:	13,1% - 43 pessoas (<i>assexual, bissexual, lésbica e pansexual</i>) e 2,1% - 7 pessoas <i>não declaradas</i>
Total de mulheres com Deficiências:	5,2% - 17 (<i>auditiva, motora, múltiplas e visual</i>)
Total de mulheres Indígenas:	5,1% - 17 pessoas (entre participantes que se identificaram como <i>indígenas</i> no campo <i>raça/cor</i> e/ou no campo <i>etnia</i>)
Total de mulheres Quilombolas:	0,6% - 2 pessoas
Total de mulheres de outros povos e comunidades tradicionais:	6,7% - 22 pessoas (<i>Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros Indígenas e Ciganas</i>)
Total de mulheres Imigrantes, refugiadas ou apátridas:	2,4% - 8 pessoas

Aula Magna

A Aula Magna da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo foi ministrada por Claudia Patrícia Luna. A palestrante é advogada, pesquisadora em gênero e violências, diretora da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica de São Paulo e presidente da Comissão de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica Nacional, .

Claudia Luna abordou o tema *Políticas para as Mulheres de São Paulo - Construindo uma Cidade Justa e Inclusiva*, onde apresentou os desafios e perspectivas para as mulheres na cidade de São Paulo. Antes de iniciar sua fala sobre o tema, fez sua audiodescrição. Na sequência, destacou a diversidade de vozes presentes no espaço da Conferência, posicionamentos variados entre as convidadas para a Solenidade de Abertura e as marcantes diferenças e desigualdades entre as mulheres no acesso às políticas. Enfatizou que cidade e mulher são substantivos femininos, mas as cidades não foram pensadas e nem construídas por mulheres e para mulheres. Apontou que há demandas diferentes das mulheres de acordo com sua posição geográfica na cidade, pois as vidas das mulheridades são atravessadas de acordo com os territórios que elas ocupam.

Introduziu o tema dizendo que São Paulo é o lar de milhões de mulheres que impulsionam a economia, a cultura e a vida social, e é fundamental reconhecer que, apesar dos avanços, ainda há desafios significativos que impactam a vida das mulheres em seus diferentes territórios, afirmando que este é um momento fundamental para reafirmarmos nosso compromisso com a construção de uma cidade mais justa, equitativa e inclusiva para todas as mulheres.

Claudia trouxe uma ilustração histórica da trágica perseguição de mulheres indígenas e negras em São Paulo durante o período de colonização, desde sua fundação, em 1554. A cena se passou na paisagem selvagem e tropical do Brasil, retratando mulheres indígenas e negras fugindo dos ataques brutais dos bandeirantes. As mulheres indígenas, adornadas com intrincados cocares de penas e pintura corporal, são retratadas como fortes, dignas e, ainda assim, cheias de um senso de urgência enquanto escapavam desesperadamente de seus agressores. As mulheres negras, vestidas com roupas simples e práticas, exibiam várias expressões de medo



e tristeza enquanto vivenciavam o trauma da perseguição. Os bandeirantes, homens com expressões determinadas, foram retratados em ação, destacando a violência e a injustiça dos acontecimentos. A cena foi preenchida com um senso de urgência, perigo e desespero, com a luz solar forte adicionada à atmosfera sombria. O estilo da imagem evocou um documentário histórico, com detalhes nítidos e atenção à precisão da época, retratando a tragédia do período de colonização.

A palestrante citou também algumas influências nas métricas de violência hoje, por meio da marginalização histórica de povos indígenas e da população negra, que resultou em falta de acesso a direitos básicos e maior exposição à violência; a violência policial e letalidade, através da atuação da polícia, especialmente nas periferias, com alta letalidade e que atinge desproporcionalmente jovens negros; o gênese da violência urbana, com a ocupação desigual do território e ausência de políticas públicas eficazes que criaram um ambiente propício para a violência urbana; a impunidade e respostas institucionais com o resquício da mentalidade colonial, onde a vida de indígenas e negros tinha menor valor, perpetuando a seletividade penal.

Em seguida apresentou dados estatísticos voltados à vitimização das mulheres no Brasil, através do relatório *Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil - 4ª edição (2023)* do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que revelou dados alarmantes sobre a violência de gênero e raça. Onde é possível observar índices como:

- 33,6% das mulheres brasileiras já sofreram violência física e/ou sexual.
- 50.962 mulheres sofreram violência diariamente em 2022, o equivalente a um estádio de futebol lotado.

Em relação as mulheres negras, que são desproporcionalmente afetadas, têm-se os seguintes dados:

- 65,6% das vítimas de violência são mulheres negras.
- 6,3% das mulheres negras foram submetidas a espancamento, contra 3,6% das mulheres brancas.
- 61,1% das vítimas de feminicídio são mulheres negras.
- 45% das mulheres negras já foram vítimas de algum tipo de violência provocada por parceiro íntimo em algum momento da vida, enquanto entre as mulheres brancas essa proporção é de 36,9%.

Junto aos dados, a convidada apresentou respostas institucionais e o desafio da ruptura, dizendo que atualmente a cidade de São Paulo busca, por meio de políticas públicas e da atuação de movimentos sociais, reverter o cenário histórico de violência, através de iniciativas como a criação de secretarias e conselhos voltados para a promoção da igualdade racial e de gênero, o fortalecimento de redes de proteção às mulheres em situação de violência e a implementação de programas de segurança pública que priorizem os direitos humanos. Acrescentou também que o obstáculo é imenso, visto que a história da colonização e do bandeirantismo deixou marcas profundas na estrutura

social e urbana de São Paulo e, portanto, para combater efetivamente a violência e promover a igualdade, seria preciso reconhecer e desconstruir as raízes históricas da desigualdade e da violência, promovendo uma justiça social que vá além da punição e que busque a reparação e a transformação. Destacou que as instituições ainda se baseiam na cultura bandeirante que não reconhece a humanidade de pessoas que são diversas, resultando na reprodução da lógica da misoginia, do racismo, do capacitismo e outras formas de violências.

Por fim, concluiu a aula magna afirmando que a relação entre o passado colonial e o presente violento é crucial para a construção de uma São Paulo mais justa e segura para todas as mulheres e para todos os seus habitantes, e que o compromisso com políticas públicas eficazes e a luta contínua por justiça social são essenciais para um futuro mais equitativo.



Eixos Temáticos - Palestras

Para início do debate nos Grupos de Trabalho (GT), as participantes tiveram como ponto de partida falas de palestrantes convidadas que abordaram os temas relacionados aos eixos da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo. Essas apresentações, em conjunto com os debates provocados no grupo e também outros subsídios, desenharam um panorama atual das temáticas que embasaram a construção dos produtos dos grupos. A síntese desse momento está apresentada na sequência

Eixo 1: Governança, instituições e participação popular para a garantia dos direitos das mulheres.

Grupo A

O Grupo de Trabalho 1A foi iniciado com a recepção e acolhida das participantes e, na sequência, foram ouvidas as três palestrantes convidadas: Talita Abdala, chefe de gabinete da Controladoria Geral do Município de São Paulo; Rosana Alves da União Brasileira de Mulheres (UBM); e Graça Xavier da União Nacional por Moradia Popular (UNMP).

Talita abordou os seguintes aspectos: dificuldades enfrentadas para equilibrar a vida pessoal, profissional e demandas de cuidado; ações da Prefeitura de São Paulo voltadas para as mulheres, como programa de capacitação para lideranças na gestão pública; parcerias para empregabilidade de mulheres vítimas de violência doméstica; e participação popular.

Rosana refletiu sobre consciência de classe e o papel social de cada pessoa na sociedade; processos de participação popular e disputa de poder; desigualdades e precarização do trabalho, com foco na área da educação; e privatização de serviços e impacto na autonomia das mulheres.

Graça destacou a ausência de mulheres nos espaços de poder; falta de efetividade nas políticas públicas disponíveis; participação política e social, principalmente para exercer o controle social e estratégias de governança.

Grupo B

O grupo 1B iniciou os trabalhos com a acolhida das participantes que em seguida ouviram as palestrantes convidadas para esse GT: Ana Karin Andrade, representante da Associação Brasileira dos Municípios (ABM) e presidente do Instituto Mulheres; Julia Sacramento Monteiro, presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES); Juliana Borges, foi Secretária-Adjunta da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e assessora especial da Secretaria do Governo Municipal da Prefeitura de São Paulo (gestão Fernando Haddad).

Ana Karin falou sobre sua trajetória pessoal, vinculada com o servir; abordou a escassez da representatividade feminina na política e citou algumas representações importantes; comentou sobre sua participação na criação do Disque Denúncia no combate à exploração sexual infantil e ao turismo sexual no Brasil.

Julia abordou a perspectiva da juventude, na governança e participação popular; ameaças sofridas por estudantes no estado de São Paulo em sua militância e luta por direitos; Projetos de Lei que vão contra direitos, como o que propõe escolas cívico-militares ou o de fechamento de salas de aula no período noturno; disparidade salarial entre homens e mulheres; a incitação ao ódio ao corpo feminino; e garantia de políticas para as mulheres.

Juliana comentou sobre Segurança Pública e temas relacionados a gênero e raça; participação em espaços políticos e equipamentos públicos, e enfatizou este como sendo um dos desafios maiores na contemporaneidade; criação de Projetos de Lei que garantam a permanência das mulheres em espaços políticos e equipamentos públicos; governança democrática; conselhos participativos, controle social e defesa de direitos; orçamento público para garantia de políticas para as mulheres; dimensão política de gênero e enfrentamento às violências; posicionamento político das mulheres; e vivência do espaço urbano.



Eixo 2: Enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher.

Grupo A

O GT 2A iniciou com a apresentação da equipe de metodologia e uma dinâmica de acolhimento. As palestras do eixo foram ministradas por: Celi Paulino Carlota, delegada de polícia aposentada, advogada, integrante do conselho da mulher empreendedora e cultura da associação comercial do estado de São Paulo; Joanne Mota, representante do PCdoB/SP; Andreia Monteiro, representante da OAB/SP, advogada atuante em direito da família.

Celi afirmou que a violência contra a mulher atinge todas as camadas da sociedade, abordou avanços como a vara da defensoria, centros de referência, delegacia eletrônica etc.; colocou foco na educação, na capacitação para o trabalho, nos números de feminicídio e na necessidade de se trabalhar com o agente violador para evitar reincidência nas ações de violência, principalmente a doméstica. Falou também sobre a importância do diálogo com as crianças sobre este tema.

Joanne dialogou com Celi trazendo marcos legais importantes e aspectos da luta por direitos. Também enfatizou a importância da educação e participação social, mas reforçou que há uma disparidade quando se trata de mulheres pobres. Reforçou que a redução da jornada e carga de trabalho é imprescindível para que a mulher tenha tempo e oportunidade de realizar outras coisas, tempo para si. Comentou o papel da Conferência para a garantia de direitos.

Andreia comentou os avanços legislativos na defesa de mulheres, desde a Declaração Universal de 1948 ou a Constituição de 1988; Lembrou a criação do Disque Denúncia 180, a comunicação compulsória nos serviços de saúde, a Lei Maria da Penha e a Lei do feminicídio. Falou sobre o aumento do número de feminicídio e como afeta principalmente as mulheres negras. Reforçou que as propostas do grupo devem apontar as questões de gênero, raça e cor para serem efetivas e reforçou a existência do racismo e como ele atravessa tudo isso.



Grupo B

O Grupo de Trabalho 2B iniciou com um acolhimento por parte da equipe de metodologia e com as convidadas para este momento que abordaram o complexo cenário das violências sofridas pelas mulheres: Liege Rocha, Presidente da União Brasileira de Mulheres; e Cláudia Luna, advogada e pesquisadora.

Liege abordou a violência doméstica e intrafamiliar, a desconstrução do racismo e a Lei Maria da Penha. Citou a primeira Casa Eliane de Grammont para auxiliar as mulheres na luta pela violência doméstica, também as Casas da Mulher Brasileira, delegacias da mulher e educação dos jovens para desconstrução do machismo. Enfatizou que é preciso que andar lado a lado com os homens para a transformação da sociedade.

Cláudia enfocou a questão da violência institucional e o sistema machista e patriarcal que revitimiza as mulheres. Reforçou que não se pode normalizar as estatísticas de violência contra a mulher negra. Comentou sobre o sistema de justiça brasileiro e a necessidade de protocolos com perspectiva de gênero. Falou ainda sobre o aborto legal e a ênfase da violência contra mulheres que são mães.

Eixo 3: Autonomia financeira como estratégia para a igualdade.

Grupo A

As participantes iniciaram o trabalho do GT 3A com uma recepção por parte da equipe de metodologia e uma dinâmica para acolhida. As palestras foram proferidas por: Maria Lúcia de Jesus Oliveira, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; Rozina de Jesus, militante do movimento de mulheres e do movimento negro e assessora parlamentar; e Cleonice Caetano Souza, vice-presidenta da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e diretora do Departamento Social e Previdenciário e Secretaria da Diversidade do Sindicato dos Comerciários de São Paulo.

Maria Lúcia trouxe sua experiência pessoal sobre a educação financeira desde criança e comentou sobre vários aspectos vinculados à temática: Autonomia financeira como aquilo que conduz para o crescimento; capacitação profissional com recorte de gênero e território; e inclusão produtiva como acesso a direitos trabalhistas.

Rozina de Jesus dialogou sobre o movimento de mulheres e a superação da desigualdade. Abordou aspectos sobre o cuidar e a disparidade salarial dentro do exercício das mesmas funções. Também comentou a falta reconhecimento do trabalho de cuidado não remunerado e seu papel na desigualdade de gênero.

Cleonice refletiu sobre a luta pela igualdade de oportunidade e equidade em espaços de participação política e de construção da sociedade. Comentou sobre a importância da Conferência e a postura das mulheres durante esse momento de debate onde podem se expressar. Ressaltou que autonomia financeira se faz com dinheiro e não isso não pode ser tratado como tabu. Questionou sobre como a autonomia financeira pode libertar a mulher de relações abusivas e outras situações de violência.

Grupo B

Os trabalhos do grupo 3B começaram com acolhimento e apresentação da equipe de metodologia. As palestras do eixo foram ministradas por: Luba Melo, vice-presidenta do Sindsep/SP; Adriana Vasconcellos, coordenadora de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; e Marilane Teixeira, pesquisadora do Departamento de Política e História Econômica da Universidade Estadual de Campinas.

Luba abordou a desigualdade em relação as mulheres no município sob a ótica da violência no trabalho e a urgência da ratificação da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que propõe a prevenção, punição e reparação desses

casos (assédios e humilhações). Comentou ainda sobre Convenção 156 também da OIT, que versa sobre igualdade de oportunidades e tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares.

Adriana Vasconcellos enfatizou a importância da Conferência e da participação em cada momento. Apresentou um breve histórico sobre o patriarcado e o matriarcado, a luta pelos direitos das mulheres, e destacou a exclusão das mulheres negras nesse processo. Também abordou a desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Marilane comentou sobre impedimentos e obstáculos no campo do trabalho para as mulheres. Destacou o alto número, principalmente de mulheres negras, fora do mercado de trabalho; a vulnerabilidade socioeconômica; a diminuição da taxa de natalidade e o envelhecimento da população, que implica a responsabilidade pelo cuidado da pessoa idosa às mulheres; e também sobre o acesso a políticas públicas.

Eixo 4: Cuidar de quem cuida: políticas de saúde integral da mulher.

Grupo A

O GT 4A iniciou os trabalhos com uma dinâmica de apresentação. As convidadas que realizaram as palestras de eixo foram: Maíra Bittencourt, do Coletivo Feminista de

Sexualidade e Saúde da Mulher; e Edjane Mércia Ribeiro Bittencourt de Araújo, da Coordenadoria Regional de Saúde Leste, representando a Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Maíra apresentou as seguintes temáticas: aborto legal e descriminalização do aborto, com apresentação de alguns dados relacionados, principalmente os disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS); debate sobre as questões raciais e de classe social envolvidas; acesso à serviços e políticas para as mulheres; segurança na saúde; mortalidade das mulheres e crianças; direitos sexuais e reprodutivos; Campanha *Criança Não é Mãe* e outras campanhas de informação e prevenção.

Edjane trouxe para o diálogo questões sobre conhecimento dos direitos, para além dos reprodutivos; acolhimento, notificação e sigilo de vítimas de violência sexual com apoio imediato de assistência



social e psicologia; adoção na maternidade; métodos contraceptivos e planejamento familiar eficaz; estupro; falta de protagonismo; saúde da mulher e prevenção; doenças e mortes na gravidez; falta de auxílio amamentação e suporte à mulher, principalmente as que atuam no mercado de trabalho informal. Destacou a urgência de garantir saúde e autonomia às mulheres, ao longo de toda a vida, e não apenas durante a gravidez. Além da necessidade de um sistema de saúde efetivo para mulheres, contínuo e intersetorial, para garantia da dignidade, suporte, autonomia e protagonismo.

Grupo B

O GT 4B iniciou com uma dinâmica de acolhimento e apresentação das participantes e equipe metodológica. As convidadas para as palestras desse grupo foram: Mona Lisa Pantano de Carvalho, representante da Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Andrea Patrícia Barcelos, enfermeira, bancária e sindicalista; e Michele de Souza, assistente social, presidente da secretaria de mulheres e diretora do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de São Paulo (SINTECT/SP) e diretora da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Mona Lisa comentou sobre políticas de saúde da mulher, prevenção e saúde reprodutiva e sobre metas da secretaria relacionadas à redução da mortalidade materna, novos protocolos sobre contraceptivos e atenção às mulheres em período de climatério.

Andrea abordou a saúde integral da mulher em articulação com outras políticas públicas, como assistência social, transporte, segurança, educação, infância e adolescência. Falou também sobre gravidez na adolescência, violência obstétrica, violência doméstica e comunitária, alta prevalência de adoecimento mental entre mulheres e, também, sobre a participação das mulheres em espaços políticos e instâncias decisórias.

Michele de Souza ressaltou o impacto do cuidado na vida das mulheres, exercendo essa ação sem receber cuidado em retorno. Apresentou a ausência de políticas voltadas às mulheres trabalhadoras e falou sobre o Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT) e doenças relacionadas ao ambiente laboral. Também abordou o papel do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e serviços sociais e previdenciários.

Eixos Temáticos - Grupos de Trabalho

Após as palestras e os debates provocados nos grupos a partir dessas falas, as participantes seguiram para a tarefa de diálogo e elaboração de propostas para os âmbitos municipal, estadual e nacional. Abaixo é possível observar o andamento desse processo. Importante que cada grupo percorreu um caminho singular diante das orientações metodológicas, porém todos conseguiram atingir os resultados solicitados.

Eixo 1: Governança, instituições e participação popular para a garantia dos direitos das mulheres.

Grupo A

O Grupo de Trabalho 1A foi iniciado com a recepção e acolhida das 33 participantes que haviam chegado na sala designada até aquele momento com uma dinâmica que propunha uma reflexão sobre o que cada uma havia trazido como contribuição para a Conferência, na sequência, foram ouvidas as três palestrantes convidadas.

O GT seguiu a metodologia proposta e foi dividido em três subgrupos, houve discussão dos temas apresentados nas palestras e no texto base do eixo, como demanda das próprias conferencistas. Após esse debate sobre o panorama atual, que durou cerca de 15 minutos, foi realizado o momento de elaboração de propostas municipais, avançando para propostas estaduais e nacionais.

Durante o compartilhamento das propostas, as participantes apresentaram dificuldades na definição da redação final e realizaram discussões sobre a viabilidade de cada uma das propostas, o que acabou gerando atrasos significativos e, diante da proximidade do encerramento, a mediadora do grupo interveio para manter o foco na definição dos resultados esperados para o trabalho de grupo.

Parte das conferencistas optou por permanecer além do horário indicado para a conclusão dos trabalhos com o intuito de finalizar a redação das propostas, inclusive por conta da sistematização que foi realizada posteriormente para apresentação do conjunto de propostas dos GT na plenária final.

Grupo B

O grupo iniciou os trabalhos com a acolhida de 32 participantes que já estavam presentes e uma dinâmica conduzida pela mediadora para abertura das atividades solicitando que cada uma apresentasse sua expectativa de contribuição com o Eixo e depois seguiram para a fala das palestrantes convidadas.

Finalizadas as palestras, a facilitadora encaminhou o grupo para a discussão do panorama em quatro subgrupos, considerando o atual momento do município, e de forma mais ampliada, no que se refere às políticas públicas para as mulheres nesses espaços de governanças, instituições e participação social e sem dificuldade os subgrupos se dividiram por áreas de interesse e ao final das discussões dos subgrupos, uma representante compartilhou os pontos centrais das discussões e as participantes

se sentiram representadas nas possíveis propostas. Foi percebido muito entusiasmo nas discussões.

Na elaboração das propostas, os subgrupos demonstraram certa dificuldade no alinhamento ao eixo, indicando propostas de temas mais amplos ou até mesmo mais vinculados à outros eixos que estavam em debate na Conferência, especialmente nas propostas de âmbitos estaduais e nacionais. Por orientação da mediadora, as participantes foram direcionadas para dois subgrupos para que as propostas estaduais e nacionais fossem elaboradas, contudo, essa construção foi desafiadora e surgiram divergências para atingir o consenso. Por fim, a equipe de mediação conduziu então um processo no qual as participantes puderam realizar um exercício de debate, construção de propostas e alterações na redação, pertinência ao eixo e ente correspondente, chegou-se ao resultado de duas propostas nacionais e uma proposta estadual.

Todas as participantes permaneceram até o final dos trabalhos e o grupo seguiu de forma tranquila e bastante efetiva. Foram escolhidas duas representantes para validar as propostas municipais, estaduais e nacionais no momento da sistematização e o restante do grupo foi dispensado.

Eixo 2: Enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher.

Grupo A

O Grupo 2A iniciou suas atividades quando o quórum chegou a 30 conferencistas, com a apresentação da equipe de mediação e relatoria e uma breve dinâmica de acolhimento que proporcionou uma partilha de expectativas e sentimentos entre as participantes a medida que também se organizavam para o debate da temática proposta para o eixo e também já adiantaram a escolha da representação para a plenária final. As palestras do eixo apresentaram aspectos importantes do enfrentamento à violência.

Após as falas, o grupo pode seguir com a metodologia sugerida pela mediação, formando quatro subgrupos conforme organização das próprias participantes e os debates permearam o conteúdo trazido pelas palestrantes do eixo e o panorama traçado durante o diálogo realizado sobre as políticas públicas destinadas às mulheres e os atravessamentos da violência no cotidiano e na execução das políticas.

Ao término dessa troca, as participantes optaram por seguir no mesmo formato de 4 subgrupos, em que cada um elaboraria uma proposta de âmbito municipal, para depois avaliar as propostas de cunho estadual e nacional, coletivamente. As discussões fluíram com organização e respeito à voz, algumas participantes tinham propostas rascunhadas ou que vieram de discussões em outros espaços dos quais são integrantes e tinham interesse em partilhar e defender durante a Conferência, principalmente por terem pautas similares às discutidas nos subgrupos.

Para as propostas municipais, o grupo optou por unir 02 propostas que se complementavam, mantendo assim 03 propostas para o âmbito municipal, conforme aprovado no Regimento. Para as propostas estaduais, cada subgrupo apresentou

01 proposta, e optou-se por eliminar as propostas com os mesmos objetivos. E nas propostas de âmbito nacional, o subgrupo 03 decidiu não apresentar proposta, deixando apenas 03 propostas a serem debatidas e sistematizadas, e o grupo entendeu que duas propostas estavam sugerindo a mesma intenção, porém uma delas apresentava um texto mais completo e sem dificuldades de entendimento. Sendo assim, houve unificação de ideias em todas as propostas e as definições foram dadas por consenso, encerrando o grupo com os resultados previstos alcançados de maneira satisfatória e com a escolha de representantes para a etapa de sistematização seguinte.



Grupo B

O Grupo 2B iniciou com o momento de acolhimento, socialização, reconhecimento e reflexão e todo o processo se deu de forma democrática entre as 59 participantes presentes, que seguiram com a divisão dos subgrupos, com uma mistura eclética de representação, com uma metodologia orientada para garantia de ampla participação, de maneira tranquila e organizada.

Antes do início das palestras houve uma situação que gerou a necessidade de um posicionamento das conferencistas, onde a presença de um participante, cadastrado como observador na Conferência, não foi aceita pelo grupo, essa questão levou a uma discussão, ainda que breve, sobre a legitimidade de participação de homens cisgênero em um espaço como uma Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres. As mulheres manifestaram com veemência a não aceitação da presença dele. A mediadora buscou uma solução, porém o observador se retirou, constrangido diante à situação, antes que algo diferente pudesse ser definido.

As palestras do GT foram importantes para esboçar o complexo cenário das violências sofridas pelas mulheres e embasaram o diálogo nos 03 subgrupos que elaboraram propostas municipais, contando com a intensa e politizada participação das mulheres, cuja diversidade profissional, de classe e vivências enriqueceu o diálogo.

Debates e discussões incisivas fizeram parte da construção das propostas que puderam ao final ser definidas por consenso. Cabe destacar alguns dos temas tratados: orçamento e ampliação das CDCMS; ampliação das redes de apoios nas casas de apoio nas subprefeituras; saúde mental; melhor comunicação para apresentação dos serviços e combate à violência contra mulheres; as funções do conselho da mulher; capacitação para a população com certificação sobre o combate e enfrentamento a violência doméstica; e, aumento da Patrulha Maria da Penha e do aplicativo do pânico.

Após essas discussões, houve um considerável esvaziamento do eixo e a necessidade de reorganizar em apenas dois subgrupos para seguir o trabalho de elaboração de propostas. Entretanto, apesar do número reduzido de participantes para 24 pessoas, as discussões foram pontuais e assertivas, no sentido de encontrarem um único ponto focal e os grupos continuaram heterogêneos e aprofundando as análises dos temas propostos. As participantes definiram todas as propostas do GT e suas representantes para as etapas seguintes.

Eixo 3: Autonomia financeira como estratégia para a igualdade.

Grupo A

As conferencistas iniciaram o trabalho do Grupo 3A com uma recepção por parte da equipe de metodologia. Foi realizada uma dinâmica para acolhida quando o número de participantes chegou à 31 e uma apresentação tanto do grupo como da mediadora e da relatora, e também uma explicação sobre horários, programação e metodologia e organização dos trabalhos do grupo. Na dinâmica realizada surgiram diversas palavras que expressam sentimentos e expectativas, o que proporcionou ao grupo a sensação de apoio e conexão em rede. Foram apresentadas as representantes da Comissão Organizadora e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Na sequência, a mediadora ressaltou ser importante a escuta, observação e atenção nesse momento de aprendizado e troca e explicou também a necessidade de escolha de 02 representantes do grupo e suas funções ao longo da conferência, sendo realizada uma escolha com a autoindicação, sem disputas.

Após as palestras, o grupo seguiu a metodologia proposta com base nas apresentações das palestrantes e da análise do contexto atual feita a partir do debate. Houve bastante envolvimento das participantes, discutindo a importância da autonomia econômica e financeira das mulheres, com foco no mundo do trabalho atual, sobretudo, na tecnologia, formação técnica e graduação, destacando a necessidade de inclusão no setor tecnológico, sindicalização e organização no trabalho. Foi ressaltada a exclusão feminina dos espaços de poder e de decisão e a importância de ocupar esses espaços. Também foi enfatizada a necessidade de melhorar a divulgação de programas públicos voltados às mulheres, como o Programa Operação Trabalho Mães Guardiãs (POT Mãe). Houve consenso de que faltam espaços de diálogo e Programas sobre trabalho digno e oportunidades às mulheres. Com base nessas reflexões, o grupo elaborou suas propostas para os três âmbitos: municipal, estadual e nacional.

O GT decidiu, por voto, trabalhar com todas as propostas no mesmo grupo, sem subdivisão, pois todas queriam participar da construção e poucas vieram com propostas prontas. A ideia então era começar a construir as propostas em conjunto, de forma democrática e participativa. A relatoria realizou o registro das propostas em tempo real, na tela de projeção, para que todas pudessem participar, sugerir e complementar. Pode-se perceber a dedicação de todas, com trocas foram contínuas e discussões de qualidade.

A construção se deu com ampla participação e as propostas surgiam como base no ambiente de trabalho, vivências e olhares das participantes que pontuavam seus diversos contextos acerca do tema e o diálogo era construído, criando corpo para uma proposta. Foram construídas muitas propostas para o âmbito Municipal e a partir disso o grupo se reorganizou para atender ao ente Estadual e ao ente Nacional. Ao final da discussão, todas as propostas foram lidas com aprovação unânime.

Grupo B

Os trabalhos do Grupo 3B começaram com certo atraso, pois foi necessário aguardar que pelo menos 50% das inscritas naquele GT estivessem presentes. A mediadora deu boas vindas, se apresentou e apresentou a relatora e também as palestrantes. Informou sobre as alterações no Regimento Interno referente ao número de propostas de cada âmbito e seguiu para a dinâmica de acolhimento, em que cada uma das mulheres presentes compartilhou sua motivação para estar ali. Na sequência, passou a palavra às palestrantes que trataram o tema geral a partir de elementos como a presença das mulheres no mercado de trabalho e vulnerabilidade socioeconômica.

A metodologia indicada pela equipe de mediação e relatoria foi aceita pelo GT, formando subgrupos para viabilizar as discussões e priorizar uma participação mais ativa de todas as integrantes. Devido ao tempo exíguo, foi acordado com o grupo a redução do tempo de debate sobre o panorama com relação não apenas às políticas destinadas para mulheres, mas também todo o cenário atual vinculado ao tema do eixo, mas sem prejuízo no resultado uma vez que



as discussões para elaboração de propostas tiveram como embasamento as palestras da Conferência e também as vivências pessoais das participantes. Importante destacar que cada subgrupo contou com a participação de uma das palestrantes convidadas, enriquecendo o processo.

Nos subgrupos surgiram debates sobre a autonomia feminina por meio da educação financeira, capacitações técnico-profissionalizantes e inserção no mercado de trabalho. Discussões amplas sobre a importância da união feminina para o avanço das políticas públicas, cotas raciais, o futuro de jovens negros e LGBTQIA+, maiores investimento em educação e para que pessoas da periferia ocupem mais espaços em empregos de qualidade e universidades. Por fim, também abordaram a ampliação do orçamento para financiar políticas públicas de cuidado, inclusive às mulheres idosas e a expansão de serviços existentes.

Durante a análise do panorama, os subgrupos aproveitaram para debater e elaborar propostas. Observando a interação dos grupos, ficou evidente que a independência financeira da mulher foi uma prioridade unânime. As propostas estaduais e nacionais foram elaboradas em conjunto com as municipais, e desta forma, foi necessário que o grupo validasse o texto das propostas apenas uma vez, agilizando o trabalho.

A mediadora explicou a necessidade de duas representantes para a sistematização e leitura das propostas na plenária. Os trabalhos em grupo foram encerrados e as participantes expressaram orgulho pelo esforço e pelas propostas elaboradas. A mediadora fez questão de reforçar que a presença de todas as conferencistas no segundo e último dia do evento era essencial, destacando que a participação seria de extrema importância para que pudessem avaliar as propostas construídas coletivamente por todas as mulheres presentes na conferência.

Eixo 4: Cuidar de quem cuida: políticas de saúde integral da mulher.

Grupo A

O Grupo 4A iniciou os trabalhos com uma dinâmica de apresentação de todas as presentes que proporcionou um acolhimento de maneira mais lúdica. Para este grupo o número mínimo de participantes definido para início dos debates foi de 23 pessoas. A mediadora explicou o funcionamento do processo e organizou a escolha das representantes do GT, encaminhando para as palestras.

Após as falas das convidadas, o grupo seguiu a dinâmica sugerida pela equipe de mediação e relatoria. Foram formados três subgrupos para a realização de debates mais participativos, com contribuições de todas as integrantes. No intuito de evitar propostas semelhantes, os subgrupos discutiram e construíram propostas com temas específicos, distintos, elencados durante os debates. A mesma dinâmica ocorreu para a elaboração das propostas municipais e estaduais.

Os subgrupos socializaram como produto das discussões, os seguintes assuntos: direitos reprodutivos; fechamento de serviços; descriminalização do aborto; atendimento médico a mulheres idosas; estímulo a vacinação de adolescentes e jovens (HPV);

protocolos de atendimentos para tratamento de climatério e menopausa; campanhas pelo fim da violência obstétrica; prevenção a depressão pós-parto; aposentadoria de mães atípicas; aumento de agentes comunitários de saúde; importância da amamentação; aumento de profissionais em creches; acompanhamento de saúde mental nos serviços de saúde; desmonte das políticas públicas para mulheres; dificuldade no acesso aos serviços de saúde por falta de CEP; EPI para mulheres que trabalham com recolhimento de recicláveis e a morosidade no atendimento às mulheres com HPV/câncer. Para as propostas de âmbito nacional, as participantes foram divididas em dois subgrupos para elaboração de 01 (uma) proposta em cada um.

Houve esvaziamento do eixo ao final dos trabalhos, mas não impactou a construção das propostas. Após o trabalho coletivo, a informação sobre a importância do retorno do dia seguinte foi reforçada e a mediadora, a relatora e as representantes do eixo seguiram para a atividade de sistematização de propostas.

Grupo B

O Grupo 4B iniciou com uma dinâmica de acolhimento e apresentação das 33 participantes presentes, das integrantes da Comissão Organizadora e da equipe metodológica. A mediadora apresentou a programação do dia, quando

uma das conferencistas destacou a necessidade de respeitar os turnos de fala, considerando o excesso de ruídos e conversas paralelas, outra conferencista reforçou o pedido de respeito mútuo, diante da diversidade de posicionamentos, referindo-se aos acontecimentos da plenária inicial. Nesse grupo uma participante disponibilizou uma urna para votação do plebiscito popular pelo fim da escala 6x1.

Logo de início, as participantes demonstraram certa dificuldade no diálogo e reforçaram pautas indicadas nas moções, mas apesar disso também estavam abertas para ouvir as falas das convidadas. Alguns dos pontos trazidos como temas-chave pelas palestrantes do eixo que embasaram o debate deste grupo, forma: políticas de saúde para as mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, prevenção, protocolos em saúde, entre outros pontos.



Após as palestras, uma participante propôs antecipar a elaboração de propostas e diluir o tempo destinado à explanação do panorama dentro do debate coletivo, mantendo um único grupo. A equipe de mediação e relatoria explicou a metodologia previamente definida, com a formação de subgrupos para discussão e a ênfase em privilegiar a escuta e construção conjunta das propostas, porém as participantes decidiram reduzir o tempo de discussão previsto para se traçar um panorama atual da temática do eixo e votaram pela unificação do debate, com elaboração de propostas em conjunto, indicando uma mudança drástica na metodologia sugerida. As discussões foram organizadas então por inscrição e as participantes defenderam diversas temáticas, inclusive, não pertinentes ao eixo.

As conferencistas colocaram seus posicionamentos políticos em defesa dos direitos reprodutivos, da equidade, do acesso à saúde, dos direitos das mulheres negras, com deficiência, mães de crianças com deficiência e neurodivergentes, bem como em apoio à agroecologia e às mulheres do campo. Manifestaram-se também contra a violência de gênero e a violência nas periferias. Houve manifestações de repúdio ao fechamento do Hospital Vila Nova Cachoeirinha e em defesa do aborto legal. As participantes construíram suas propostas de forma individual, com posterior interação do grupo. Não ocorreram divergências relevantes, porém notou-se uma baixa interação, além de dificuldades de escuta. As falas se sobrepunham com frequência e em alguns momentos houveram manifestações mais inflamadas.

Foram elaboradas individualmente e aprovadas pelo grupo 44 propostas, sendo a maior parte entregue à relatoria por anotações manuscritas. Devido a quantidade de propostas elaboradas, a discussão coletiva foi prejudicada, houve esvaziamento do GT e consequente prejuízo na finalização do processo de construção das propostas. As participantes que se mantiveram presentes realizaram um trabalho de leitura e priorização das propostas, selecionando as que representavam suas principais demandas e depois seguiram para ajustes de redação com o intuito de chegarem ao número máximo permitido para o GT, ainda que tenha sido necessário aglutinar temas distintos em uma única proposta.

Foram escolhidas três participantes para representar o grupo na próxima etapa da sistematização e alinhamento do eixo, bem como na apresentação das propostas durante a plenária final no dia seguinte. As participantes que permaneceram até o final expressaram insatisfação com as limitações impostas pelo formato da conferência, mencionando especialmente quanto a amplitude dos temas atribuídos ao eixo; a escassez de tempo para debate e a limitação do número de propostas a serem encaminhadas. Esse foi o único grupo que optou por ter uma dinâmica de funcionamento própria e não seguir a metodologia proposta, mas seguiu as orientações do Regimento Interno quanto aos produtos de cada GT.

Sistematização de propostas

Conforme as diretrizes apresentadas pela Comissão Nacional e endossadas pela Comissão Estadual, a VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo deveria encaminhar apenas 03 propostas de cada âmbito para as respectivas etapas. Dessa maneira, a metodologia previu um momento coletivo de sistematização das propostas elaboradas pelos Grupos de Trabalho (GTs) no qual representantes de cada um desses grupos estivessem reunidas para, em conjunto com a equipe de metodologia, chegarem ao resultado do processo dos grupos a ser apresentado à plenária final no segundo dia do evento para priorização e deliberação. Essa sistematização ocorreu na sequência dos GTs, ao final do primeiro dia, em uma única sala.

A metodologia foi orientada a seguinte indicação, conforme as definições do Regimento Interno:

- **Para proposta municipais** – cada GT elaborou até 03 (três) propostas prioritárias e elegeu 02 (duas) representantes para a sistematização e apresentação das propostas na plenária. Essas representantes se reuniram por eixo com as mediadoras e reladoras dos grupos. Foram realizados 02 (dois) GTs por eixo, totalizando até 06 (seis) propostas por eixo e até 24 (vinte e quatro) propostas no total. As representantes fizeram a leitura das propostas observando se havia similaridade entre elas que garantisse uma sistematização sem perda de sentido ou alteração do que havia sido deliberado no grupo. Para casos nos quais essa similaridade fosse positiva, uma nova redação foi elaborada com o auxílio da equipe de mediação, contemplando a discussão dos GTs e garantindo uma proposta coerente com as deliberações.



- **Para as propostas estaduais** – cada GT elaborou até 02 (duas) propostas, ou seja, até 16 (dezesesseis) propostas para o âmbito estadual. A Assessora Técnica da equipe de metodologia acompanhou um grupo formado por 01 (uma) das representantes de cada GT e, com o auxílio de uma relatora, realizou a leitura e um debate com as representantes para verificar similaridades entre as propostas que gerassem a necessidade de uma sistematização entre elas. Foram recebidas dos GTs 16 (dezesesseis) propostas para esse âmbito. Para casos nos quais essa similaridade foi positiva, elaborou-se uma nova redação, contemplando a discussão dos GTs, mas também garantindo certa autonomia para as representantes ajustarem a redação para ter como resultado uma proposta coerente com as deliberações de cada grupos, mas também com o âmbito ao qual ela pertence. Esse trabalho foi realizado concomitante com o de sistematização das propostas nacionais, por isso o grupo estava formado por apenas 01 (uma) das representantes do GT.
- **Para as propostas nacionais** – cada GT elaborou até 02 (duas) propostas, ou seja, até 16 (dezesesseis) propostas para o âmbito nacional. A Coordenadora Geral da equipe de metodologia acompanhou um grupo formado por 01 (uma) das representantes de cada GT e, com o auxílio de uma relatora, realizou a leitura e o debate com as representantes para verificar similaridades entre as propostas que gerassem a necessidade de uma sistematização entre elas. Foram recebidas dos GTs 15 (quinze) propostas para esse âmbito. O grupo realizou discussões sobre as propostas que tratavam de mesmo tema para verificar se havia de fato similaridade entre elas e foi constatado que não. Dessa maneira, todas as propostas que vieram dos Grupos de Trabalho foram indicadas como pertinentes ao âmbito nacional e seguiram para a priorização da plenária final apenas com alguns ajustes de redação simples que corrigiam termos, gênero ou plurais, por exemplo.

Como resultado do processo de sistematização tivemos:

- 19 propostas municipais (Eixo 1 – 05 propostas; Eixo 2 – 03 propostas; Eixo 3 – 06 propostas; Eixo 4 – 05 propostas);
- 14 propostas estaduais;
- 15 propostas nacionais.

As propostas estaduais e nacionais seguiram para o processo de priorização da plenária por votação, onde as três mais votadas seriam encaminhadas para as etapas estadual e nacional e as demais seriam indicadas, com grau de prioridade, como recomendação. Já as propostas municipais seguiram para deliberação da plenária, com possibilidade de destaques e alteração textual, conforme estabelecido no Regimento Interno da VI CPM.

Plenária Final

A Plenária Final da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres foi iniciada às 12h34 do dia 13 de julho de 2025, com Claudia Rodrigues, presidente Conselho Municipal de Políticas para Mulheres, acompanhada das demais participantes, entoando um cântico famoso da militância: *"Companheira me ajude, eu não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor"*, seguido de interações com todas as presentes, dando início ao momento deliberativo coletivo.

Na sequência, Claudia assumiu a coordenação da mesa de trabalhos da plenária e convidou a mestre de cerimônia, Nailza Bezerra, para repassar as orientações sobre o funcionamento do dia. Dando continuidade à VI CPM, em nome da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, a presidente agradeceu a presença e a participação de todas. Depois solicitou que o representante da empresa de votação eletrônica orientasse a plenária sobre o uso dos aparelhos e o processo de votação. Foi realizado um teste dos equipamentos. A plenária ainda manifestou dúvidas, especialmente em relação ao uso do equipamento e a validação dos votos.

Claudia reforçou a importância de orientar os trabalhadores envolvidos no evento sobre o uso de pronomes no gênero feminino como forma de respeito às identidades de gênero, ressaltando a relevância desse cuidado para a militância e para o contexto da conferência. Comentou, posteriormente, que essa questão de gênero era muito importante e ressaltou que, no primeiro dia do evento, foram registrados 28 casos de transfobia, destacando a necessidade de manter o respeito e comparando a situação com casos de racismo, solicitando empatia e atenção da plenária. Anunciou também que Nailza conduziria o cerimonial, enquanto ela e Adriana Vasconcellos seriam as responsáveis pela coordenação da mesa, como na Plenária Inicial.

Após esse momento, uma nova votação para teste e aprendizagem quanto ao funcionamento dos aparelhos foi realizada, uma vez que o sistema havia sido reiniciado. A coordenadora Daniele Akamine, da Coordenação de Políticas para as Mulheres, assumiu a condução da explicação e realizou uma nova simulação



de votação. Adriana, da Comissão Organizadora, também reforçou as instruções, ressaltando a complexidade do processo que gerou uma nova rodada de dúvidas entre as participantes. O sistema foi novamente zerado e uma votação foi iniciada. Daniele conduziu a explicação, orientando que as participantes acompanhassem o processo por meio da projeção nos telões disponíveis. Ao final, o relatório foi exibido e houve aplausos. As possibilidades de voto eram: concordância, discordância ou abstenção.

Em seguida, foi orientado o momento de priorização das propostas estaduais e nacionais, onde as conferencistas poderiam realizar a leitura do resultado da sistematização dos grupos na projeção e também pelo celular, através do QR code disponibilizado. O tempo para cada votação seria de 15 minutos. Também foi reforçado que a validação das propostas municipais, com possibilidade de destaques, ocorreria após o intervalo, conforme estabelecido na programação e no Regimento Interno.

A mesa realizou a leitura das propostas para auxiliar a votação e algumas observações foram realizadas pelas participantes. Com as explicações e orientações dadas, seguiu-se o processo de votação. O momento foi bastante tumultuado, muitas reclamações sobre sistema e os aparelhos, além de questionamentos quanto à divergência entre o número de votos e o de participantes credenciadas. A Comissão apurou a origem da inconsistência e, verificando a listagem do credenciamento, além de uma consulta a plenária, se constatou que haviam observadoras com aparelhos de votação e também que algumas participantes não haviam assinado a lista de presença do dia.

Após ser resolvida a questão, foi proposto a exclusão de um voto das 03 propostas menos votadas, equivalentes ao número de observadoras que tinham recebido aparelhos, sem comprometimento da integridade do processo.

Como resultado da votação, as três propostas nacionais mais votadas e elencadas para envio à V Conferência Nacional foram, pela ordem: Proposta nº 09, com 111 votos; Proposta nº 14, com 105 votos e Proposta nº 11, com 97 votos. É possível conferir o conteúdo dessas propostas no próximo item deste documento.

As propostas estaduais foram lidas pela mesa com o objetivo de evitar novos atrasos na programação. Durante a leitura, duas participantes sugeriram correção na redação de propostas que continham grafias incorretas. Com a votação, nova controvérsia surgiu na plenária. A mesa então determinou a saída para o almoço e a devolução de todos os aparelhos, que poderiam ser retirados novamente no retorno para o espaço da plenária para as votações da tarde. A solução foi acatada e seguida pelas participantes, mas isso gerou em um atraso no retorno aos trabalhos.

A mesa retomou a Plenária Final às 16h00, informando que daria início com a leitura das propostas municipais organizadas por eixo e que a questão da votação para a priorização das propostas estaduais seria verificada na sequência. Ao todo, foram sistematizadas 19 propostas e a leitura seria realizada pelas representantes de cada GT.

A dinâmica realizada nesse momento foi a seguinte: a mesa convocou 01 representante de cada Grupo de Trabalho para a leitura das propostas sistematizadas, por eixo; destaques poderiam ser solicitados pela plenária após a leitura de cada

proposta e as participantes foram orientadas a escrever seus destaques e entregar à equipe da Assessoria Técnica de metodologia; após a leitura, os destaques foram retomados, um a um, para apresentação e deliberação.

Não foram aceitos destaques que alterasse o sentido original da proposta. Quando essa situação era identificada pela Assessoria, a mesa convocava as representantes do GT para que fizessem uma análise da questão e, caso aceitassem a modificação, o destaque era então submetido à plenária.

Foram registrados 243 participantes votantes. Todas as propostas foram lidas, alteradas e referendadas pela plenária às 18h07, sendo o encerramento marcado por aplausos.



Em ato contínuo, foram apresentadas as moções entregues no primeiro dia, digitadas e projetadas no telão, contendo tipo, assunto, texto e número de assinaturas. Durante a apresentação, uma participante solicitou destaque sobre a moção referente à Lei da Alienação Parental. Contudo, foi esclarecido pela mesa que não cabem destaques nesse tipo de documento. As moções que não atingiram o mínimo de 30 assinaturas não foram apresentadas. As demais moções, entregues no segundo dia, foram lidas pela mesa, sem projeção concomitante.

Com a validação das moções realizada, retomou-se a votação da priorização das propostas estaduais, após deliberação da plenária nesse sentido (69 participantes votaram pela manutenção do Regimento e da primeira votação realizada para este item, 143 optaram por uma nova votação das propostas estaduais e houve 01 abstenção). Adriana iniciou então a leitura das propostas estaduais, em revezamento com Claudia, e ao final foram colocadas em votação para nova priorização.

Como resultado da votação, as três propostas estaduais priorizadas foram, pela ordem: Proposta nº 13, com 167 votos; Proposta nº 14, com 161 votos e Proposta nº 08, com 103 votos. Os textos também estão disponíveis no próximo item.

Em seguida, deu-se a eleição de delegadas. A Comissão Organizadora, em conjunto com a empresa responsável pela gestão do evento e com o apoio da Assessoria Técnica de metodologia, realizou a verificação das pessoas que manifestaram interesse em atuar como delegadas na V Conferência Estadual, apresentando o resultado dessa validação com a indicação da leitura do nome das candidatas, por segmento (Sociedade Civil e Poder Público). Contudo, a mesa optou por conduzir o processo de eleição da Sociedade Civil de outra maneira, gerando tensões entre a mesa e as participantes da plenária. Diante do impasse, decidiu-se



que a votação ocorreria por segmento. Uma participante solicitou atenção aos critérios de representatividade, destacando que o percentual reservado a Pessoas com Deficiência (PcD) deveria considerar apenas aquelas com laudo comprobatório. A coordenadora da mesa relembrou que os percentuais foram definidos previamente no Regimento e afirmou que todos estavam sendo devidamente respeitados.

O encaminhamento da votação se deu por Chapa, mesmo com o debate acalorado e certa discordância da plenária frente à alteração do formato de eleição e também sobre a participação enquanto segmentos diversos dentro da composição da delegação como Sociedade Civil. Após a votação, o resultado obtido foi: 147 votos para a chapa 2 e 15 votos para chapa 1, sendo 05 abstenções. As candidatas do Poder Público foram consideradas eleitas, sem votação, por estarem dentro no número limite de vagas disponíveis.

Após a conclusão dessa etapa, apesar das divergências entre mesa e plenária e da indicação de certa insatisfação com o processo por parte das pessoas, as participantes começaram a se retirar do espaço. Essa saída, sem que houvesse um encerramento formal conduzido pela mesa, marcou o fim do evento, momento também onde entoaram-se cânticos com a expressão “sem anistia” e realizaram outras manifestações festivas. Os trabalhos foram então tidos como encerrados às 19h30.

Propostas Aprovadas

Propostas Nacionais Priorizadas

Propostas à V Conferência Nacional

1. Ampliar os mecanismos de fiscalização ativa, penalidades para empresas que praticam discriminação salarial e obrigatoriedade de planos de ação para correção das desigualdades; e reivindicar a produção de relatórios públicos e acessíveis com dados desagregados por gênero e raça, fazendo valer a Lei de Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023).
2. Implementar programa de saúde sexual e reprodutiva, assegurando em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), hospitais e escolas acesso e informação sobre os serviços de aborto e criar espaços de diálogo e participação social do movimento feminista com o Estado para elaborar proposta de legalização e descriminalização do aborto e sua efetivação e implementação em toda a rede do Sistema Único de Saúde (SUS).
3. Garantir jornada reduzida sem redução salarial e o fim da escala 6x1.

Recomendações à V Conferência Nacional

4. Criar um núcleo especializado em saúde mental das mulheres no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), com atenção às mulheres em situação de violência e com foco no fortalecimento psicossocial e resgate da autonomia das mulheres, incluindo o cuidado com mulheres trabalhadoras e vítimas de assédio sexual e moral no local de trabalho, em cumprimento da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
5. Ampliar e/ou criar novas ferramentas nas políticas públicas que abarquem a criação/parceria com estados e municípios para ampliação das Casas da Mulher Brasileira em todas as capitais de forma regionalizada nas grandes cidades e interiores e inserção no currículo base de conteúdo das diversas formas de violência, educação não sexista, que fortaleça a autonomia de meninas, mulheres de forma não flexibilizada na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB).
6. Criar e implementar a intersecção dos serviços e redes criando uma sistematização nacional de política para as mulheres, com pacto entre as três esferas, incluindo no plano nacional do Ministério das Mulheres, Fundo Nacional exclusivo vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único da Assistência Social (SUAS), prioridade para enfrentamento à violência, direitos sexuais e reprodutivos, atendimento à violência sexual e aborto legal (Lei nº 11.340/2006 e Lei nº 12.845/2013), com enfoque interseccional para mulheres vulnerabilizadas.
7. Inserir na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) a obrigatoriedade da abordagem transversal e contínua de temas relacionados à

prevenção de violência contra a mulheres em todos os níveis de modalidade de ensino, como forma de promover a igualdade de gênero, direitos e a cultura de paz.

8. Revisar e reforçar a aplicação da Lei Maria da Penha, com foco na capacitação continuada de profissionais que atuam na rede de proteção às mulheres (delegacias, serviços de saúde etc.).
9. Controlar e acompanhar a implementação qualitativa do Programa de Atenção Integral da Saúde da Mulher (PAISM), nos estados e municípios e garantir a efetividade deste programa junto com o controle social.
10. Efetivar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, incluindo uma política pública de proteção às mulheres defensoras de direitos e ativistas, com vinculação e articulação interministerial e intersetorial com recursos e articulação federativa.
11. Regulamentar as plataformas digitais com foco em transparência, responsabilização e combate à violência, cibercrimes, de gênero, raça, nacionalidade e outros tipos de crimes contra mulheres.
12. Promover campanhas de enfrentamento à violência de gênero em todas as mídias sociais e espaços de educação, com divulgação dos serviços de atendimento.
13. Criar um programa nacional de empregabilidade formal para mulheres contratadas com carteira assinada e todos os direitos garantidos; a política vale para todas as mulheres com prioridade de monitoramento interseccional, com objetivo de aumentar a taxa de empregabilidade no Brasil com foco em garantir igualdade de acesso, permanência e progressão profissional.
14. Garantir o acesso ao aborto legal, através da atualização do Manual Técnico pelo Ministério da Saúde.
15. Ampliar o acesso à educação superior, educação profissional na periferia e ampliação do auxílio permanência de estudantes.



Propostas Estaduais Priorizadas

Propostas à V Conferência Estadual

1. Efetivar a Política Nacional de Cuidados (Lei Federal nº 15.069/2024) com a criação de uma Política Municipal e Estadual de Cuidados que reconheça e organize o cuidado como um eixo estruturante da política urbana, integrando ações e investimentos nas áreas de saúde, mobilidade, habitação, assistência social, cultura, esporte e lazer, com enfoque em justiça social, equidade de gênero, combate a xenofobia e o racismo, atenção às mulheres imigrantes e refugiadas, valorização do trabalho do cuidado com Justiça Climática, com foco em: construção e/ou ampliação da quantidade de escolas e creches em tempo integral; instituições de longa permanência para idosas(os); restaurantes e cozinhas comunitárias; hortas e lavanderias públicas; redes de água, saneamento, energia elétrica e internet amplamente acessíveis; ampliação da Rede de Centros-Dia (CDIs) para idosas(os) com grau de dependência, em alinhamento com a Política Nacional para Alzheimer (Lei Federal nº 14.878/2024); e, implementação de Política Pública Específica de Apoio às Mulheres Cuidadoras.
2. Implementar programa de saúde sexual e reprodutiva, assegurando em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), hospitais e escolas acesso e informação sobre os serviços de aborto e criar espaços de diálogo e participação social do movimento feminista com o Estado para elaborar proposta de legalização e descriminalização do aborto e sua efetivação e implementação em toda a rede do Sistema Único de Saúde (SUS).
3. Criar programas de fomento ao empreendedorismo popular solidário e a produção agroecológica voltado às mulheres, especialmente em territórios periféricos e rurais, com acesso facilitado a crédito, assistência técnica, capacitação profissional e inclusão digital. Priorizar mulheres negras, indígenas, trans, imigrantes, e chefes de família monoparental.

Recomendações à V Conferência Estadual

4. Ampliar e Reestruturar as Delegacias de atendimento a Mulheres (DDMs) e Salas Lilases, com atendimento ininterrupto 24 horas de forma intersetorial, com aporte de recursos financeiros “Rubrica”, capacitação das(os) servidoras(es), para acolhimento humanizado, aumento dos recursos humanos, com perfil adequado para demanda (equipe multidisciplinar trabalhando em parceria) e um cadastro único de autores de violência em geral, com notificação do autor para programas de recuperação e reeducação contra a prática de violência contra a mulher, com acompanhamento psicossocial.
5. Criar um Projeto de Lei estadual, a partir de amplo debate com a sociedade civil, que defina a criação de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em cada município do estado, com implementação de

equipe multidisciplinar (Psicóloga, Assistente Social, Advogada etc.), garantindo o financiamento e implementação de uma rede estadual de atenção integral às mulheres vítimas de violência e ser signatário do pacto nacional de enfrentamento ao feminicídio de 2023.

6. Consolidar a plena execução do Programa de Atenção Integral da Saúde da Mulher (PAISM), em todo o Estado de São Paulo, com equipes completas, profissionais concursadas(os) e ações de busca ativa para rastreamento, diagnóstico precoce e cuidado continuado com todas as mulheres, meninas, adolescentes, adultas e idosas, considerando suas diversidades.
7. Criar uma Política Estadual que reconheça e organize o cuidado como eixo estruturante de política urbana integrando ações e investimentos nas áreas da saúde, mobilidade urbana, habitação, assistência social e cultura com foco em justiça climática.
8. Criar Casas de Passagem e Abrigos Sigilosos nas diversas regiões do estado para mulheres em situação de violência permitindo o atendimento em rede estadual.
9. Reativar o observatório estadual de violência de gênero com incorporação de dados intersecretariais.
10. Ampliar o repasse aos municípios na verba para atenção às idosas(os) e demais cuidados.
11. Garantir prioridade em matrícula ou rematrícula em escolas para mulheres vítimas de violência e suas/seus dependentes.
12. Adesão do Governo do Estado de São Paulo ao Pacto Nacional de Prevenção ao Feminicídio.
13. Apoiar a organização produtiva das mulheres do campo e da cidade com suporte de recursos técnicos, financeiros, dentre outros.
14. Ofertar cursos de qualificação profissional visando a independência financeira para mulheres na Casa da Mulher Paulista.



Propostas Municipais Aprovadas por eixo

Eixo 1

1. Ampliar e qualificar o atendimento nas políticas sociais (programas, projetos e serviços) nas áreas da saúde, educação, assistência social, moradia etc., que seja gerido diretamente pelo Poder Público.
2. Criar uma Política Municipal que reconheça e organize o cuidado como eixo estruturante de política urbana e rural, integrando ações e investimentos nas áreas da saúde, educação, mobilidade urbana, habitação, assistência social e cultura, com foco em justiça climática.
3. Garantir reserva de orçamento (verba carimbada) para execução de políticas públicas para as mulheres em todas as secretarias municipais.
4. Garantir a criação do Sistema Integrado de Atendimento à Mulher, com destaque para ampliação de Centros de Acolhida (presentes no Sistema Único da Assistência Social - SUAS).

Eixo 2

1. Garantir a ampliação e manutenção da tipificação dos Centros de Referência e Cidadania da Mulher (CRCMs) e Centros de Defesa e Convivência da Mulher (CDCMs) com ampliação do recurso orçamentário e da equipe, previsão de horas técnicas e segurança patrimonial 24 horas, garantindo novos centros em outros territórios.
2. Retomar a Secretaria Municipal de Mulheres, por meio de Projeto Lei a fim de que seja permanente, sendo que nenhuma gestão possa derrubar, e o poder deliberativo do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres, com orçamento próprio para: capacitação continuada de funcionários; políticas de comunicação e informação para base de dados integradas; implantação de casa de acolhimento temporário (72h) emergencial (com unidades nas 4 regiões periféricas da cidade), contendo atendimento ininterrupto, com equipe multidisciplinar e intersetorial; rede de serviços municipal integrada, com programas que gere renda, capacitação e emprego; sistema específico de captação de vagas em abrigos para mulheres em situação de violência doméstica, com funcionamento 24h por dia e 7 dias por semana, e notificação em caráter mandatório à Unidade Básica de Saúde (UBS) da região a qual a mulher busca pela vaga e fornecer receitas médicas para remédios controlados em caso de necessidade com quantidade para, no mínimo, 15 dias independentemente do cadastro daquela mulher ou de suas(seus) filhas(os) na UBS.
3. Criar um Projeto de Lei (PL), com amplo debate com a sociedade civil, que garanta em caráter definitivo os 33 Centros de Referência da Mulher em São

Paulo, impedindo seu fechamento a cada troca de gestão; sendo que o PL deve instituir um Fundo Municipal Permanente para manutenção das casas e ações voltadas às mulheres vítimas de violência, incluindo passe livre, protocolo unificado para Boletins de Ocorrência, abrigos sigilosos com acolhimento das(os) filhas(os) e cuidadoras(es), além de vaga via 156 após às 18h e fins de semana; a diretriz deve constar no Plano de Metas, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), com metas físicas e financeiras claras; o financiamento das ações deve ser garantido com base no Pacto Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio, por meio de políticas públicas transversais, intersetoriais e interseccionais, com indicadores sociais e mecanismos de monitoramento, contemplando a diversidade das mulheres que moram na cidade de São Paulo.



Eixo 3

1. Investir em economia solidária dentro dos territórios do município, em empreendimentos de coletivos de mulheres, com banco comunitário e linhas de crédito exclusiva para tais empreendimentos.

2. Criar um programa de empregabilidade para mulheres jovens e cinquenta+, com prioridade para negras, moradoras da periferia, mães solo, mães atípicas, mulheres com deficiências, egressas da rede pública de ensino, egressas do sistema penal, imigrantes, refugiadas e apátridas, ofertando qualificação e vagas formais em órgãos públicos e mediando vagas junto a iniciativa privada.
3. Estabelecer parceria do município junto ao Sistema S (Sebrae, Senac, Senai, Senar, Senat, Sesc, Sescop, Sesi e Sest) para qualificação, com bolsa paga pela municipalidade, de mulheres periféricas, mães solo, trans, indígenas, negras, imigrantes, refugiadas, apátridas e mulheres com deficiências.
4. Valorizar profissionais cuidadoras/es formais e informais por meio de formação e certificação, incluindo a ampliação da oferta de serviços públicos e mais concursos públicos nas áreas de saúde, assistência social e educação.
5. Criar e fortalecer políticas de economia solidária e fomento a agroecologia, incluindo cursos de capacitação de aproveitamento integral dos alimentos, artesanato sustentável, entre outros, dirigidos às mulheres rurais e urbanas, com ações integradas.
6. Regular o trabalho das trabalhadoras ambulantes e artesãs por meio de associações e cooperativas que assegurem as condições de trabalho e acesso a direitos e proteção social e à ocupação do solo.

Eixo 4

1. Consolidar a plena execução do Programa de Atenção Integral da Saúde da Mulher (PAISM), em todo o município de São Paulo, com equipes completas, multilíngues e profissionais concursadas(os) e ações de busca ativa para rastreamento, diagnóstico precoce e cuidado continuado com todas as mulheres, meninas, adolescentes, adultas e idosas, considerando suas diversidades.
2. Consolidar o Programa Estratégia da Saúde da Família em 100% das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do município de São Paulo, fortalecendo dessa forma as ações de promoção e prevenção na Saúde Integral da Mulher na atenção básica, ampliando as equipes multiprofissionais, garantindo especialistas nas UBSs, conforme as necessidades do território.
3. Estruturar e implementar um programa de cuidado com a atenção primária, focado na saúde mental de mulheres cuidadoras afetivas.
4. Implementar programa de saúde sexual e reprodutiva, assegurando em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), hospitais e escolas acesso e informação sobre os serviços de aborto e criar espaços de diálogo e participação social do movimento feminista e de mulheres com o Estado para elaborar proposta de legalização e descriminalização do aborto e sua efetivação e implementação em toda a rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

5. Efetivar a Política Nacional de Cuidados (Lei Federal nº 15.069/2024) com a criação de uma Política Municipal e Estadual de Cuidados que reconheça e organize o cuidado como um eixo estruturante da política urbana, integrando ações e investimentos nas áreas de saúde, mobilidade, habitação, assistência social, cultura, esporte e lazer, com enfoque em justiça social, equidade de gênero, combate a xenofobia e o racismo, atenção às mulheres imigrantes e refugiadas, valorização do trabalho do cuidado com Justiça Climática, com foco em: construção e/ou ampliação da quantidade de escolas e creches em tempo integral; criação de benefício financeiro específico para mulheres cuidadoras, em especial para pessoas com deficiência; instituições de longa permanência para idosas(os); restaurantes e cozinhas comunitárias; hortas e lavanderias públicas; redes de água, saneamento, energia elétrica e internet amplamente acessíveis; ampliação da Rede de Centros-Dia (CDIs) para idosas(os) com grau de dependência ou doenças neurodegenerativas, em alinhamento com a Política Nacional para Alzheimer (Lei Federal nº 14.878/2024).



Delegação

Na manhã do segundo dia, a programação VI CMPM iniciou com uma reunião das participantes, por segmento, para diálogo e deliberação sobre a delegação a ser eleita. Os grupos começaram os debates às 9h45 e finalizaram próximo ao meio-dia.

A pedido da Comissão, a equipe de metodologia acompanhou o processo para garantir o registro dos debates. Contudo, foi determinado que este momento seria conduzido na lógica da autogestão. E, em todas as salas, foi informado que havia intérpretes de Libras disponíveis para garantia ampla da participação de pessoas surdas.

As salas foram divididas da seguinte forma:

- Sociedade Civil - Feministas e movimentos de mulheres;
- Sociedade Civil - Moradia;
- Sociedade Civil - Entidade mista e sindicalistas;
- Sociedade Civil - Rede de enfrentamento;
- Sociedade Civil sem representação de entidades; e
- Poder Público.

No início dos debates de cada grupo, representantes da Comissão Organizadora passaram orientações sobre a dinâmica a ser seguida nesse momento e quais seriam os critérios para a candidatura de delegadas. Foi enfatizado que este não seria o processo de eleição em si, apenas um espaço para garantia de debate entre os segmentos que garantisse uma representação mais heterogenia e com respeito aos critérios de diversidade e pluralidade determinados pelo Regimentos Interno.

Foi reforçada a questão da quantidade de vagas disponibilizadas segundo as diretrizes da V Conferência Estadual e também os percentuais de representatividade indicados pela Comissão Organizadora da V Conferência Nacional. Relembrou-se o conteúdo do Parágrafo único do Artigo 31 do Regimento Interno desta Conferência Municipal, que determina:

Art. 31. A Delegação que representará a cidade de São Paulo na V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de São Paulo será constituída por 102 (cento e duas) Delegadas Titulares e 51 (cinquenta e uma) Delegadas Suplentes.

Parágrafo único. As vagas para a delegação seguem a disposição:
I - são 70% destinadas à sociedade civil, 72 pessoas delegadas;
II - são 30% destinadas ao poder público, 30 pessoas delegadas.
III - além de garantir a indicação dos percentuais obrigatórios de: 50% de mulheres negras; 10% de mulheres LBT+; 5% de mulheres com deficiência; 5% de mulheres indígenas; 5% de mulheres quilombolas ou de povos e comunidades tradicionais; e, 5% imigrantes, refugiadas e apátridas.

Para reforçar as orientações de funcionamento dos grupos de discussão sobre a delegação, a Coordenadora da equipe de metodologia esteve em cada sala falando sobre a necessidade de praticarem a autogestão, coordenarem os debates e aproveitarem o momento para não apenas indicarem candidatas, mas também para reforçarem quais os caminhos e diálogos necessários que a delegação de São Paulo faça na V Conferência Estadual e também na etapa nacional. Afirmou a importância de pautarem os temas e prioridades para a construção de políticas para as mulheres em todas as esferas que proporcionassem melhores condições de vida e promoção e garantia de direitos à todas as mulheres.

Os grupos manifestaram insatisfação com a mudança da programação e reiteraram uma incompreensão coletiva da proposta desse debate, sobretudo com a divisão da Sociedade Civil em outros segmentos, algumas participantes consideraram inclusive que se tratava de uma decisão que transformava a escolha da delegação em ilegítima e excludente, enquanto outras defenderam ser um momento para diálogo sobre o tema.

As participantes apresentaram dúvidas sobre o número de vagas de cada sala, tanto para titulares e suplentes e como ele havia sido definido pela Comissão Organizadora. Afirmaram que o debate não deveria ser realizado da forma que estava sendo proposto e que essas divisões poderiam causar conflitos dentro da própria pauta. Porém outra parcela das participantes concordou com o processo sugerido e em grupo ou subgrupo conversaram sobre a representação a ser eleita e elegeram candidatas que contemplavam todos os critérios e categorias definidos no Regimento.

Em alguns grupos aproveitou-se o tempo disponibilizado para a defesa de ideias e propostas e a partilha do que foi discutido nos eixos de trabalho do dia anterior. Pautas foram levantadas e debatidas com o intuito de que a delegação eleita seguisse com sua defesa nas outras instâncias da Conferência de Políticas para as mulheres.

Houve muitos tensionamentos e desafios durante o processo de candidatura, algumas pessoas manifestaram haver falhas na comunicação sobre os critérios e alterações dos processos determinados; muita insegurança sobre a proporcionalidade da escolha; falta de definição sobre as regras para candidatura, como a validação da presença nos dois dias, participação integral nos eixos de discussão e plenária e assinatura das listas de presença; além de questões sobre o preenchimento das categorias de representatividade, inclusive com o pertencimento a mais de uma delas.

Em alguns debates também foi abordado o papel de uma delegada e quais as necessidades de conhecimento e engajamento essas mulheres deveriam ter na V Conferência Estadual. Foi inclusive reforçado que o fato de não ser delegada eleita não deveria ser impeditivo para a participação na próxima etapa, uma vez que poderiam pleitear uma vaga como observadora ou até mesmo como convidada.

As fichas das candidatas ficaram sob responsabilidade das representantes da Comissão Organizadora que estavam nas salas e seriam organizadas e validadas para apresentação na Plenária Final, no momento previsto para a eleição de delegadas.

O processo todo foi marcado por esforços de autogestão, tensão sobre critérios de representatividade e disputas por vagas. Os relatos evidenciam desafios metodológicos, diversidade de ideias e defesa de pautas e propostas nem sempre pertinentes ao momento, embora válidas para a construção de um ideal coletivo.

Após a votação, já descrita no relato da plenária final, e da validação por parte da comissão organizadora, seguem os nomes das delegadas eleitas, por segmento (Sociedade Civil e Poder Público) e titularidade:

- **Sociedade Civil - titulares**

1. Adriane Krexu dos Santos
2. Aglai Santos Viriato
3. Amanda Rodrigues Zanotti
4. Ana Célia da Silveira dos Santos Filha
5. Ana Lucia Firmino
6. Ana Maria Rodrigues da Silva
7. Ana Paula Magalhães de Rezende
8. Antonia Kele Cristina dos Santos
9. Antonia Maria de Sales
10. Arilsa Sales Silveira
11. Aytalane Souza (Aytalane Sales de Souza)
12. Bárbara Lopes de Brito
13. Benice da Silva Santos
14. Caroline Beraldo Evangelista
15. Catia Aparecida Laurindo
16. Celeste da Silva Gastão
17. Célia Alves dos Passos
18. Clair Helena Peixoto Oliveira dos Santos
19. Clareana Silva Dias da Cunha
20. Claudia Rodrigues de Oliveira
21. Conceição dos Anjos Ferreira da Silva
22. Daiana de Jesus Oliveira
23. Edileuza Conceição Silva Lima
24. Elen Sarmiento
25. Elenice dos Santos
26. Elisabete Aparecida Silverio
27. Florencia Juana Castoldi

28. Irani Aparecida Pereira Dias
29. Isabel Kausz dos Reis
30. Isabelita da Conceição Silva
31. Jane Cleide Rodrigues dos Santos
32. Joanne Santos Mota
33. Julia Sacramento Monteiro
34. Junéia Martins Batista
35. Karoline Gregório Bandeira
36. Katia Regina da Silva Gastão
37. Keli de Oliveira Rodrigues
38. Leda Aparecida da Silva Beserra
39. Luana de Oliveira
40. Luiza Giovanna Martins Gonçalves
41. Luzineide Brandão Ramos
42. Mahã Machado Santos (Mahã Catu)
43. Margarida Bernardina dos Santos Ramos
44. Maria Aparecida Honorio
45. Maria Auxiliadora Chaves da Silva
46. Maria Barbosa Rocha Rastele
47. Maria Conceição Apulinaria
48. Maria das Graças de Jesus Xavier
49. Maria de Fátima dos Santos
50. Maria de Lourdes Santana da Conceição
51. Maria do Carmo Godinho Delgado (Tatau Godinho)
52. Maria Fernanda Pereira Marcelino
53. Maria Fernanda Pereira Pascoal
54. Maria Lucia da Silva
55. Maria Ortencia Souza Rojo
56. Maria Ritha Gouvêa
57. Mariama Bah
58. Marlene Furino
59. Michele de Souza do Nascimento
60. Monica Regina Arteaga Rodrigues
61. Natalia Bueno Barbosa
62. Neuma Silva de Oliveira Cruz

63. Regiane Alves Ferreira
64. Renata Pereira Marques
65. Renata Scaquetti Garcia Neves
66. Rosa Maria Anacleto
67. Rosilene Pimentel Gomes
68. Sandra Maria Mariano da Silva
69. Sebastiana Xavier dos Santos
70. Sônia Maria dos Santos
71. Valdeluce Aparecida Maia de Freitas
72. Vera Lucia Dias Padilha
73. Vera Machado (Vera Lucia Ubaldino Machado)

• **Sociedade Civil - suplentes (por ordem)**

1. Albertina Souza Ribeiro Justino
2. Adriana Oliveira Magalhães
3. Gislaine da Silva e Silva
4. Fátima Cristina Sandalhel
5. Danielle Rodrigues Percinoto
6. Maria do Amparo Oliveira
7. Elisangela Brazilino Raimundo
8. Maria Lucia da Silveira
9. Maria de Fátima Mascarenhas Soares Nepomuceno
10. Rosilda de Araujo
11. Iramara Paulino Bonifácio
12. Melissa Carla Silva
13. Miriam da Silva Pacheco Nobre
14. Taine Pereira de Souza da Silva
15. Angela Maria Di Mase
16. Deise Aparecida Recoaro
17. Edna Rodrigues de Melo
18. Geovana da Silva Furquim
19. Gildaia Queiróz de Resende
20. Sueli Aparecida Scutti
21. Solange Cristina Ribeiro
22. Alice Gomes da Silva
23. Maria de Lourdes Silva de Freitas

24. Solange Norberto da Silva
25. Rosa Maria de Jesus Ferreira dos Santos
26. Sonia Estela da Silva
27. Andréa Regina Prata Penteado
28. Djalma Maria Prado
29. Maria Terezinha de Jesus Garcia
30. Alcinea Pereira da Silva
31. Iara Cristina da Cruz
32. Isabelle Carvalho Esteves
33. Leandra Luiza Tomaz
34. Fabiana Gomes Ferminiano
35. Nohora Alexandra Sanchez Macias
36. Maria Evanilda dos Santos
37. Rosana Alves
38. Rita de Cassia Braga Ronchetti
39. Nanci Darcolete Nazareth
40. Maira Fernandes Bittencourt
41. Luciene Regis Oliveira
42. Luba Melo (Luciana Maria de Melo)
43. Claudia Simone Zaarah Carmo

• **Poder Público - titulares**

1. Adriana Silva de Oliveira
2. Adriana Vasconcellos Vieira de Oliveira Luiz
3. Alessandra Felix de Oliveira Leite
4. Amanda Ferreira Rodrigues
5. Ana Maria Isidoro
6. Ana Paula do Carmo
7. Caliana de Jesus Santos
8. Carla Araceli Silva
9. Carla Simone da Silva
10. Cerise Goldman Batistic
11. Daniele Souza Akamine
12. Dinalva Lopes Cirino Alves
13. Edjane Mercia Ribeiro Bittencourt de Araújo
14. Eliana de Fátima Amaral Rodrigues

15. Isabella Silva Dias
16. Isis Vanessa Dullo
17. Josefa Anadete dos Santos Silva
18. Joyce Barbosa Cabral
19. Luciana Gandelman
20. Márcia Maria Neregato
21. Maria Lucia de Jesus Oliveira
22. Marilda Silva de Sousa Tormenta
23. Mona Lisa Pantano de Carvalho
24. Nadja Janaiara Oliveira Santos
25. Naiza Bezerra dos Santos
26. Osnilda Silva de Assis
27. Rute Alonso da Silva
28. Sheila de Souza Santana
29. Silvia Cibebe Ap. da Silva
30. Taize Grotto de Oliveira
31. Viviane Ferreira Procópio

• **Poder Público - suplentes**

1. Karen Cristina Santos Vasconcelos
2. Maria Betania Oliveira Alves
3. Mariza Angélica Laitano Bessa
4. Mariza Virgílio de Vasconcelos Silva
5. Natália Gil
6. Regina Célia da Silveira Santana
7. Simone Fantucci

Para finalizar essa apresentação da delegação, foi realizada uma análise do perfil das delegadas eleitas, titulares e suplentes, para o qual apresentaremos um resumo das informações, na sequência.

Ao todo foram eleitas 73 titulares da sociedade civil, incluindo a presidente do Conselho Municipal que é considerada delegada nata à Conferência Estadual, e 31 titulares do Poder Público. Além de 43 suplentes da Sociedade Civil e 07 do Poder Público.

Quando consideramos apenas as delegadas titulares temos uma representação de 70% para a Sociedade Civil e 30% para o Poder Público. Porém ao inserirmos as delegadas suplentes nesse cálculo, a diferença salta para 75% para a Sociedade Civil e 25% para o Poder Público.

Abaixo apresentamos tabelas onde alguns critérios podem ser observados para analisar a composição da delegação, considerando os dados gerais e das delegadas titulares. Esses dados foram retirados das fichas preenchidas pela participantes no momento de sua candidatura.

Nacionalidade		
Critério	Geral	Titulares
Brasileira	131	86
Imigrante	06	05
Não informou	17	13

Identidade de gênero		
Critério	Geral	Titulares
Mulher cisgênero	144	98
Não binária	02	01
Outra (sem especificação)	04	04
Não informou	04	01

Orientação sexual		
Critério	Geral	Titulares
Bissexual	11	07
Heterossexual	130	89
Lésbica	07	05
Pansexual	01	01
Outra (sem especificação)	01	-
Não informou	04	02

Raça/Cor		
Critério	Geral	Titulares
Branca	57	35
Indígena	02	02
Parda	30	22
Preta	65	46

Etnia		
Critério	Geral	Titulares
População negra	38	28
Povos indígenas	03	03
Povos quilombolas	02	02
Povos tradicionais	15	05
Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros Indígenas	09	08
Mulçumanas	01	-
Outros (sem especificação)	34	25

Além desses critérios, também extraímos a informação de que 118 pessoas afirmam representarem alguma entidade/organização/coletivo, sendo que dessas 79 são titulares (67%).

E ainda, 09 pessoas afirmaram possuir alguma deficiência, sendo que 05 pessoas estão na delegação titular.

No próximo quadro podemos visualizar os percentuais da delegação geral (154 pessoas), em formato similar ao apresentado neste documento no perfil do conjunto total das participantes da VI CPM.

Critérios de representatividade	
Total de mulheres negras:	62% - 30 pessoas <i>pardas</i> e 65 pessoas <i>pretas</i>
Total de mulheres LBT+:	13% - 20 pessoas (<i>bissexual, lésbica, pansexual</i> e " <i>outra</i> ") e 3% - 04 pessoas não informaram
Total de mulheres com Deficiências:	6% - 09 (<i>motora, múltiplas, mental/psicossocial, oculta e visual</i>)
Total de mulheres Indígenas:	2% - 03 pessoas (entre participantes que se identificaram como <i>indígenas</i> no campo <i>raça/cor</i> e/ou no campo <i>etnia</i>)
Total de mulheres Quilombolas:	1% - 2 pessoas
Total de mulheres de outros povos e comunidades tradicionais:	16% - 25 pessoas (<i>Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiros Indígenas e Mulçumanas</i>) e 22% - 34 pessoas informaram " <i>outros</i> "
Total de mulheres Imigrantes, refugiadas ou apátridas:	4% - 6 pessoas



Moções

MOÇÃO nº 01

TIPO DE MOÇÃO: RECOMENDAÇÃO

DESTINATÁRIO: Área da Saúde e Educação

Nº DE ASSINATURAS: 33

ASSUNTO: Sobre a gravidez precoce das crianças e adolescentes, criar uma rede de realização de palestras.

TEXTO: Especialmente preocupante quando acontece com crianças e adolescentes com menos de 15 anos, pois seu corpo ainda está em desenvolvimento.

Causas: Falta de educação sexual adequada, vulnerabilidade social, econômica, violência sexual, falta de acesso a métodos contraceptivos.

Consequências sociais: abandono escolar e dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Estigmatização, desumanização e sobrecarga emocional, repetição do ciclo de pobreza e exclusão social.

MOÇÃO nº 02

TIPO DE MOÇÃO: APOIO

DESTINATÁRIO: Conselhos Municipais, Câmara dos Vereadores de São Paulo, ALESP e Congresso Nacional

Nº DE ASSINATURAS: 31

ASSUNTO: Solidariedade às parlamentares e ativistas vítimas de violência política de gênero

TEXTO: A conferência municipal se solidariza com as parlamentares do município do estado e do congresso nacional que sofrem cotidianamente com a violência política de gênero por sua atuação legislativa. A participação política das mulheres nos espaços de decisão é um avanço democrático fundamental em um passo como o Brasil, em que mais da metade da população e do eleitorado é composto por nós.

Em São Paulo, o último episódio de violência de gênero através de plataformas digitais que atingiu a todas as parlamentares da ALESP, demonstra a necessidade de se avançar em políticas de ocupação desse espaço e também de mecanismos nas casas legislativas que coíbam e responsabilizem aqueles que cometem esse tipo de violência, além de acolher e proteger as mulheres que ocupam a política. Esse episódio também demonstra a urgência de termos uma regulamentação de plataformas digitais que combata o discurso misógino que coloca em risco a todas as mulheres que ocupam o espaço público de debate em todo território brasileiro!

MOÇÃO nº 03

TIPO DE MOÇÃO: RECOMENDAÇÃO

DESTINATÁRIO: Prefeitura do Município de São Paulo

Nº DE ASSINATURAS: 35

ASSUNTO: Implementação de política nacional de cuidados do município de São Paulo

TEXTO: Em 2024 foi sancionada a lei 15.069 que estabelece o cuidado como direito fundamental e não mais uma mera responsabilidade familiar que recai sobre as mulheres. Isso significa estruturar política pública que garanta o acesso digno ao cuidado para crianças, idosos, pessoas com deficiência e quem cuida principalmente nas áreas de saúde, educação básica e assistência social (mais concurso, mais creche, mais UBS, mais CREAS, mais CRAS, mais hospitais).

Destacamos ainda a importância de ampliar o entendimento sobre violência política de gênero para além do parlamento, reconhecendo que conselheiras, lideranças comunitárias, integrantes de coletivos feministas, defensoras de direitos humanos e ativistas também são vítimas frequentes dessa forma de violência seja em ambientes institucionais, seja em espaços digitais ou territoriais. É preciso garantir que todas as mulheres que participam da vida pública, de forma formal ou informal, sejam protegidas, acolhidas e tenham garantido seu direito de atuar politicamente sem medo, censura ou retaliação.

MOÇÃO nº 04

TIPO DE MOÇÃO: APOIO

DESTINATÁRIO: Coordenadoria de Políticas para Mulheres, Secretaria Municipal de Educação, de Saúde e SPTRANS

Nº DE ASSINATURAS: 34

ASSUNTO: Apoio de infraestrutura para Aldeia Indígena Itapemirim Barragem – Zona Sul

TEXTO: Pedimos estrutura de apoio as parteiras indígenas para que possam ter seus bebês em seu território, pedimos um micro ônibus para locomoção e segurança das mulheres, apoio para a finalização de construção de escola permitindo a alimentação das crianças.

MOÇÃO nº 05

TIPO DE MOÇÃO: RECOMENDAÇÃO

DESTINATÁRIO: Prefeitura Municipal de São Paulo / SMDHC

Nº DE ASSINATURAS: 38

ASSUNTO: Criação da Secretaria da Mulher na cidade de São Paulo, desvinculada da SMDHC

TEXTO: Reconhecemos a urgência da implementação da Secretaria Municipal da Mulher/SP que atenda todas as demandas, criações de projetos para as mulheres do nosso município, promovendo ações de proteção, empoderamento, saúde da mulher, educação, autonomia financeira e combate às discriminações de gênero e raça. Essa criação garante os direitos das mulheres e fomenta uma sociedade mais justa e igualitária.

MOÇÃO nº 06

TIPO DE MOÇÃO: APOIO

DESTINATÁRIO: Congresso Nacional

Nº DE ASSINATURAS: 74

ASSUNTO: Retificação da convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

TEXTO: Manifestamos nosso apoio à ratificação da convenção nº 190 da OIT, que reconhece a violência e o assédio no mundo do trabalho como grave violação de direitos humanos, ameaçando a igualdade de oportunidades e a dignidade de trabalhadoras e trabalhadores. A CF de 1988 garante direito a saúde, segurança, trabalho digno, devendo o estado assegurar ambientes laborais livres de violência e discriminação, conforme compromisso com a CEDAW/ONU. Ressaltamos que a C-190, aprovada em 2019, com voto favorável do Brasil, reforça a obrigação de adotar legislações e políticas de prevenção e enfrentamento a violência no trabalho, com enfrentamento a violência no trabalho, especialmente mulheres que são as mais atingidas por práticas com assédio moral e sexual. Diante da alta subnotificação e do impacto das violências, é urgente a ratificação da convenção nº 190 da OIT.

MOÇÃO nº 07

TIPO DE MOÇÃO: REPÚDIO

DESTINATÁRIO: Prefeitura Municipal de São Paulo

Nº DE ASSINATURAS: 48

ASSUNTO: Fechamento dos serviços de aborto legal nos hospitais dos municípios de São Paulo

TEXTO: Repudiamos a decisão ilegal da gestão municipal de São Paulo de fechar o serviço de aborto legal do Hospital Vila Nova Cachoeirinha, descumprindo a decisão judicial que determinava sua reabertura. Denunciamos também o desmonte do serviço no Hospital Saboya, exigindo sua imediata reabertura para garantir um direito legal. Essas práticas violam frontalmente a constituição federal de 1988, a lei do minuto seguinte, o art. 128 CP e tratados como a CEDAW (ONU), configurando violência institucional, inconstitucionalidade e a laicidade do estado. Exigimos a responsabilização pública, nacional e internacional por essas violações.

MOÇÃO nº 08

TIPO DE MOÇÃO: REPÚDIO

DESTINATÁRIO: Prefeitura de São Paulo / gestão Ricardo Nunes

Nº DE ASSINATURAS: 44

ASSUNTO: Desmonte da rede de enfrentamento às violências contra as mulheres

TEXTO: Repudiamos a gestão municipal da PMSP por promover violência institucional contra as mulheres ao atrasar repasses e sucatear os Centros de Defesa e Convivência das Mulheres e os Centros de Referência e Cidadania da Mulher. Ignorando alertas das redes de enfrentamento e do Tribunal de Contas, transferiram os CDCM para a SMDHC, sem previsão dos recursos orçamentários e humanos para a gestão desses equipamentos, promovendo o aprofundamento das violências.

MOÇÃO nº 09

TIPO DE MOÇÃO: REPÚDIO

DESTINATÁRIO: Senado Federal

Nº DE ASSINATURAS: 30

ASSUNTO: Revogação da lei de alienação parental (lei n 12.318/2010)

TEXTO: Repudiamos completamente a "Lei de Alienação Parental" que é um retrocesso nos direitos de mulheres e crianças, pois criminaliza o cuidado das mães para com seus filhos e as punem com afastamento e violações da convivência familiar com os filhos, encontrando os pais e agressores que se utilizam dessa referida lei para se vingarem, manipularem e se protegerem juridicamente de aceitação de violências contra a mulher e crianças.

MOÇÃO nº 10

TIPO DE MOÇÃO: REPÚDIO

DESTINATÁRIO: Prefeitura Municipal + SMADS + SMDHC

Nº DE ASSINATURAS: 57

ASSUNTO: Fechamento de vagas em casas abrigo sigilosas

TEXTO: Repudiamos o fechamento de vagas em Casas-Abrigo Sigilosas para mulheres em situação de violência, sem diálogo com o Conselho de Mulheres e o Conselho de Assistência, e tampouco, sem apresentar dados estatísticos que embasem a diminuição desta política pública, necessária para resguardar a vida das mulheres e enfrentar o feminicídio.

MOÇÃO nº 11

TIPO DE MOÇÃO: APOIO

DESTINATÁRIO: Poder Executivo Nacional

Nº DE ASSINATURAS: 31

ASSUNTO: Apoio à implementação da Resolução nº 258 do Conselho Nacional da Criança e Adolescente

TEXTO: A resolução nº 258 precisa de total apoio do Poder Público para que a mesma seja implementada em todo o território nacional pelas atrizes e atores que realizaram a garantia de direitos de crianças e adolescentes. Esta resolução sistematiza e cria fluxos para a atenção e proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e para o adequado e amplo acesso ao aborto legal.

MOÇÃO nº 12

TIPO DE MOÇÃO: RECOMENDAÇÃO

DESTINATÁRIO: Município de São Paulo

Nº DE ASSINATURAS: 42

ASSUNTO: Cuidar de quem Cuida, Políticas Públicas de prevenção e controle da Saúde

TEXTO: Mesmo com atendimento do SUS, nossas mulheres trabalhadoras, não conseguem fazer a prevenção como se deve, porque não tem definição de cuidar de quem cuida das outras. Criar um sistema que as mulheres trabalhadoras possam adquirir esse direito de check-up anual, ter acesso aos profissionais que ajudarão em sua saúde mental.

MOÇÃO nº 13

TIPO DE MOÇÃO: REPÚDIO

DESTINATÁRIO: Secretaria Municipal de Saúde (PMSP)

Nº DE ASSINATURAS: 36

ASSUNTO: Não ao Fechamento da Maternidade do HSPM

TEXTO: Em decisão arbitrária, a prefeitura decidiu fechar a Maternidade e UTI Neonatal do Hospital Municipal do Servidor (a) HSPM, transferindo o atendimento para um hospital particular, sem diálogo com as trabalhadoras, conselho gestor, usuários do serviço e os sindicatos SINDSEP e SIMESP, estão atuando em conjunto para barrar o fechamento da Maternidade e da UTI Neonatal, buscando revogação imediato da decisão.

MOÇÃO nº 14

TIPO DE MOÇÃO: REPÚDIO

DESTINATÁRIO: Congresso Nacional

Nº DE ASSINATURAS: 32

ASSUNTO: Ingerência de TRUMP e sua defesa a Jair Bolsonaro

TEXTO: Repudiamos os ataques de Donald Trump, contra a soberania brasileira. Suas declarações atacam nossa economia e a vida do nosso povo de forma injusta e nefasta, visto que na relação Brasil/EUA Trump tem lucrado junto. Também repudiamos a defesa dos EUA aos golpistas de 8 de janeiro, em especial a Jair Bolsonaro, com uma chantagem suja, em que Trump afronta nossas instituições. É inadmissível que um líder estrangeiro tente legitimar crimes contra a democracia Brasileira. Reafirmarmos nossa defesa da democracia soberana e pela punição dos golpistas e de Jair Bolsonaro.

MOÇÃO nº 15

TIPO DE MOÇÃO: REPÚDIO

DESTINATÁRIO: Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados

Nº DE ASSINATURAS: 37

ASSUNTO: Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 89/2023

TEXTO: Manifestamos indignação ao referido PDL, aprovado na CCJ, que derruba o Protocolo para julgamento com perspectivas de gênero, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Protocolo que orienta Juízas e Juizes a julgarem as mulheres com mais sensibilidade e consciência, levando em conta o contexto social, as desigualdades entre homens e mulheres, a violência moral e patrimonial que nós sofremos como resultante do machismo estrutural, assim como a Justiça deve considerar o trabalho invisível das mulheres nos julgamentos de processo.

Acabar com este protocolo é um ataque direto aos nossos direitos e aos avanços que conquistamos com muita luta. Pela preservação do protocolo para julgamentos com perspectiva de gênero.

MOÇÃO nº 16**TIPO DE MOÇÃO:** RECOMENDAÇÃO**DESTINATÁRIO:** Ricardo Nunes - PMSP**Nº DE ASSINATURAS:** 33**ASSUNTO:** Ampliar o PAI (Programa de Acompanhante de Idoso)

TEXTO: As mudanças no perfil demográfico e epidemiológico no Brasil com o envelhecimento da população requerem respostas das políticas sociais em todos os níveis; e a ação do município é central.

Não se pode falar em autonomia para as mulheres sem um crescimento fundamental das políticas de atendimento às mulheres idosas. Por isso, como ação imediata de cuidado efetivo com os idosos, a 6ª Conferência Municipal de Políticas para as mulheres DEMANDA que a PMSP DOBRE o número de equipes do PAI (Programas de Acompanhante de Idosos), para atingir até o final de 2026, o número mínimo de 145 equipes para cobrir o atendimento em toda a capital, e triplicando o orçamento do programa.

MOÇÃO nº 17**TIPO DE MOÇÃO:** APOIO**DESTINATÁRIO:** Congresso Nacional**Nº DE ASSINATURAS:** 32**ASSUNTO:** Fim da Escala 6x1, taxaço de grandes fortunas e pela reduço da jornada.

TEXTO: Moço de apoio à luta pela reduço de jornada de trabalho sem reduço salarial, pelo fim da exaustiva escala 6x1 e pela taxaço das grandes fortunas. Essas pautas são fundamentais para a vida das mulheres, que acumulam jornadas duplas, triplas e sofrem com a precarizaço do trabalho e da vida.

Reduzir a jornada é garantir mais tempo para viver, cuidar e lutar combater a 6x1 é enfrentar uma lógica desumana que adoce o corpo e mente. Taxar os ricos é justiça social em prol de um projeto que combata as desigualdades de gênero, raça e classe.

MOÇÃO nº 18**TIPO DE MOÇÃO:** REPÚDIO**DESTINATÁRIO:** Movimento Unidos dos Camelôs Mooca SP**Nº DE ASSINATURAS:** 84**ASSUNTO:** A violência contra as vidas das trabalhadoras e trabalhadores ambulantes.

TEXTO: Associação Guerreiros e o Movimento Unidos dos Camelôs-MUPA de São Paulo e com o apoio de outras organizações, vem através dessa moço de repúdio contra violência praticada institucionalmente contra mulheres ambulantes na cidade de São Paulo, especialmente por meio da operação delegada, ação promovida pela Prefeitura em parceria com a Polícia Militar. Todos os dias essas mulheres são tratadas como marginais, agredidas verbalmente e fisicamente, tendo seus meios de trabalho destruídos.

MOÇÃO nº 19

TIPO DE MOÇÃO: REPÚDIO

DESTINATÁRIO: Governo do Estado de São Paulo

Nº DE ASSINATURAS: 37

ASSUNTO: Contra o congelamento orçamentário nas políticas para mulheres e violação de direitos constitucionais.

TEXTO: Manifestamos nosso repúdio ao Governo do Estado de São Paulo, sob gestão de Tarcísio de Freitas, por promover cortes e congelamento orçamentário que enfraquecem as políticas públicas para as mulheres, comprometendo apenas 3% do orçamento previsto para a DDM 24 horas que foi executado em 2024 e houve redução de recursos da Secretaria da Mulher, afetando diretamente a rede de proteção e contribuindo para o aumento recorde de feminicídio.

MOÇÃO nº 20

TIPO DE MOÇÃO: RECOMENDAÇÃO

DESTINATÁRIO: Prefeitura do Município de São Paulo

Nº DE ASSINATURAS: 33

ASSUNTO: Implantar Política de Cuidados para Mulheres

TEXTO: Estabelecer uma política de cuidados no município e aderir a política nacional de cuidados.

MOÇÃO nº 21

TIPO DE MOÇÃO: RECOMENDAÇÃO

DESTINATÁRIO:

Nº DE ASSINATURAS: 33

ASSUNTO: Cuidados - Programa de Acompanhamento de idosos da Prefeitura - cuidados para a mulher idosa

TEXTO: O Programa PAI é uma modalidade de cuidados domiciliar às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social. O público do PAI é majoritariamente de mulheres idosas. O programa disponibiliza a prestação de serviços de profissionais de saúde e acompanhantes de idosos para apoio e suporte às necessidades básicas. Esse programa é essencial para as mulheres, cuidadores e que ao mesmo tempo precisam de cuidados.

MOÇÃO nº 22

TIPO DE MOÇÃO: REPÚDIO

DESTINATÁRIO: Prefeitura de São Paulo - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania/SMDHC

Nº DE ASSINATURAS: 37

ASSUNTO: Falta de organização e recursos das etapas regionais e municipal da Conferência.

TEXTO: A portaria 66/2025 do Ministério das Mulheres determina a necessidade de previsão orçamentária para todas as etapas para garantir a participação de todas as mulheres e a descentralização dos debates, mas a SMDHC deixou de destinar recursos para a realização das etapas regionais, prejudicando a participação efetiva e igualitária de todas as mulheres, bem como, impedindo a discussão dos temas a partir da realidade dos territórios.

MOÇÃO nº 23

TIPO DE MOÇÃO: RECOMENDAÇÃO

DESTINATÁRIO: Secretaria de Educação

Nº DE ASSINATURAS: 36

ASSUNTO: Atenção e Proteção Especial à Primeira Infância, mais professores para os CEIs, berçários (1 profissional para 03 bebês).

TEXTO: O grupo de trabalho dialogou a questão do Plano de Ensino da Primeira Infância, que necessita ser revisto, pois, entendemos que apenas 2 educadores por sala com 14 crianças dificulta a oferta dos cuidados, principalmente no que se refere aos bebês muito pequenos. Salientando que a inadequação das ofertas de cuidados e acolhimento necessários aos primeiros anos de vida pode acarretar transtornos mentais e emocionais futuramente. Necessidade de ampliação do horário de atendimento nas CEIs e EMEIs.

MOÇÃO nº 24

TIPO DE MOÇÃO: RECOMENDAÇÃO

DESTINATÁRIO: SMADS

Nº DE ASSINATURAS: 30

ASSUNTO: Aumento do número de pessoas da família para a Vila Reencontro

TEXTO: Quando mães solo, vítimas de violência forem acessar as vilas reencontro, que elas possam levar todos os filhos, ainda que a unidade familiar seja composta por mais de quatro filhos.

MOÇÃO nº 25

TIPO DE MOÇÃO: REPÚDIO

DESTINATÁRIO: Câmara de Vereadores e Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Nº DE ASSINATURAS: 30

ASSUNTO: Postura da vereadora Sandra Tadeu

TEXTO: A vereadora Sandra Tadeu teve uma postura agressiva na Mesa de Abertura, demonstrando bastante desrespeito com as mulheres participantes.

MOÇÃO nº 26

TIPO DE MOÇÃO: RECOMENDAÇÃO

DESTINATÁRIO: Prefeitura Municipal de São Paulo (SMDHC)

Nº DE ASSINATURAS: 78

ASSUNTO: Auxílio Amamentação exclusiva por seis meses (Incentivo Amamentação)

TEXTO: Criação de Auxílio Amamentação no valor de um salário mínimo para mães que amamentam exclusivamente seu filho por um período de até seis meses, protegendo a exteriorização, oferecendo recursos para que essa mulher não precise trabalhar precocemente antes dos seis meses, protegendo a primeira infância saudável, favorecendo o vínculo afetivo e segurança alimentar, principalmente em mulheres desempregadas e em trabalhos informais.

MOÇÃO nº 27

TIPO DE MOÇÃO: RECOMENDAÇÃO

DESTINATÁRIO: Secretaria de Saúde

Nº DE ASSINATURAS: 41

ASSUNTO: Ampliação do esquema vacinal para mulheres no HPV acima da faixa etária estabelecida

TEXTO: É necessário a ampliação do esquema vacinal voltados a doenças sexualmente transmissíveis, o ponto objetivo é a vacina do HPV que hoje causa um alto índice de câncer de colo de útero, pênis e ânus devido ao calendário do SUS não atender o público 20+, 30+ e mulheres que já tem uma vida sexual ativa, embora já tenha um calendário que atenda casos avaliados pelos profissionais de uma forma abrangente.

MOÇÃO nº 28**TIPO DE MOÇÃO:** APOIO**DESTINATÁRIO:** Município de São Paulo**Nº DE ASSINATURAS:** 44**ASSUNTO:** Deficiência - Visão Monocular

TEXTO: Apesar da LF 14126/21 reconhecer a visão monocular como deficiência sensorial, mulheres com essa condição continuam invisíveis nas políticas públicas de saúde. A falta de compreensão da sociedade sobre essa condição agrava o isolamento. Por isso é essencial uma Lei Municipal, bem como, políticas públicas como inclusão de próteses visando a autoestima da mulher, suporte psicossocial, garantia de vagas especiais de estacionamento, pois embora não aparente dificuldade de locomoção, tem deficiência sensorial. É tempo de dar visibilidade a essas mulheres. (Meu nome: Cristina da Costa Barros portadora de visão monocular).

MOÇÃO nº 29**TIPO DE MOÇÃO:** RECOMENDAÇÃO**DESTINATÁRIO:** Secretaria de Direitos Humanos e Conselho**Nº DE ASSINATURAS:** 30

ASSUNTO: Falta real de oportunidade de participação de mulheres com deficiência na conferência

TEXTO: Mulheres com deficiência se sentem impedidas de participar da conferência por não haver informações sobre dia, local e horário. Recomendamos que essas informações sejam passadas com antecedência, pois elas têm comorbidades e limitações, e precisam solicitar transporte e se organizar.

MOÇÃO nº 30**TIPO DE MOÇÃO:** RECOMENDAÇÃO**DESTINATÁRIO:** Governo do estado de SP por conferência presencial**Nº DE ASSINATURAS:** 32

ASSUNTO: Moção de apelo à realização presencial da 5ª Conferência Estadual de Política para Mulheres do Estado de SP.

TEXTO: O estado de SP como principal centro econômico e industrial do país, polo de pesquisa, serviços, no entanto, apresenta altos índices de pobreza e desigualdade de renda e acesso a serviços básicos. Por essa razão, as mulheres participantes da 6ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, vem apelar para que a etapa estadual aconteça de forma presencial a fim de permitir um amplo e qualificado debate entre as eleitas das etapas municipais.

Considerações Finais

A VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo cumpriu seu papel na participação e controle social no município e também para o estado e país, com a eleição de delegadas e elaboração de propostas. Foi um processo que garantiu um avanço na construção de políticas para as mulheres, sobretudo depois de quase uma década sem escuta qualificada das mulheres que são de fato não apenas as que recebem os efeitos dessas políticas, mas as que têm real conhecimento das necessidades a serem supridas, tanto em termos de Ações e Programas, como de legislações e até mesmo de transformação social.

Durante dois dias de intenso debate, palestras e construção participativa, vimos crescer o envolvimento das participantes e ampliarem seu olhar sobre o tema geral da Conferência e de cada eixo. Percebemos que o diálogo foi sempre priorizado entre as conferencistas, com respeito e escuta acolhedora.

Após o evento, renovam-se o compromisso de todos os agentes responsáveis pela elaboração e efetivação das políticas para as mulheres, em sua totalidade. É sabido que suas vidas são afetadas para muito além delas mesmas, de modo que se pensar políticas eficazes para a infância e adolescência e para a pessoa idosa, por exemplo, também causam impactos significativos para as mulheres. Bem como também se mostra fundamental proporcionar ações intersetoriais.

As mulheres precisam ser consideradas em toda sua pluralidade, tal como foram na construção dessa conferência: negras, brancas, indígenas, quilombolas, ciganas, periféricas, com deficiência, lésbicas, bissexuais, trans, imigrantes, do campo, da cidade... E esse é o horizonte que se desenha com a retomada de processos participativos e de controle social como são as conferências que enfocam os direitos das mulheres após tanto tempo.

ANEXOS

» PORTARIA GM/MMULHERES Nº 132 e RETIFICAÇÃO

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA GM/MMULHERES Nº 132, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024

A MINISTRA DE ESTADO DAS MULHERES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica convocada a V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a ser realizada em Brasília, Distrito Federal, sob a coordenação do Ministério das Mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com o objetivo de fortalecer a política nacional para as mulheres.

Parágrafo único. A V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres acontecerá no mês de setembro de 2024, em Brasília - DF.

Art. 2º O tema e os eixos temáticos da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres serão definidos pelo Ministério das Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

§ 1º A V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres será precedida por conferências livres, conferências regionais, municipais, intermunicipais, conferências estaduais e conferência distrital.

§ 2º A convocação das conferências regionais, municipais, intermunicipais, estaduais e da conferência distrital é de competência dos Governos municipais, estaduais e distrital, aos quais competirá arcar com as despesas de organização e realização.

Art. 3º A V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres será presidida pela Ministra do Ministério das Mulheres e, na hipótese de sua ausência ou impedimento, pela Secretária da Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política (SENATP).

Art. 4º O Ministério das Mulheres editará, por meio de nova Portaria, o Regimento da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que disporá sobre:

- I - a organização e o funcionamento da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres;
- II - o processo democrático de escolha de delegadas e delegados; e
- III - as etapas preparatórias da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, incluídas as conferências livres, as conferências municipais ou intermunicipais, as conferências estaduais e a conferência distrital e outras que vierem a ser estabelecidas.

Art. 5º As despesas com a realização, organização, alimentação e hospedagem dos(as) participantes da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres correrão às custas do Ministério das Mulheres.

Art. 6º O Ministério das Mulheres dará publicidade aos resultados da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APARECIDA GONÇALVES

GABINETE DA MINISTRA
RETIFICAÇÃO

Na Portaria Nº 132, de 19 de dezembro de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2024, seção 1, página 142, onde se lê "Parágrafo único. A V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres acontecerá no mês de setembro de 2024, em Brasília -DF " leia-se Parágrafo único. A V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres acontecerá no mês de setembro de 2025, em Brasília - DF.

» **DECRETO Nº 12.443**

DECRETO Nº 12.443, DE 24 DE ABRIL DE 2025

Revoga o Decreto nº 9.585, de 27 de novembro de 2018, que convoca a V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, e o Decreto nº 9.586, de 27 de novembro de 2018, que institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 9.585, de 27 de novembro de 2018; e

II - o Decreto nº 9.586, de 27 de novembro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Brasília, 24 de abril de 2025; 204º da Independência e 137º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Aparecida Gonçalves

» RESOLUÇÃO CNDM/MMULHERES Nº 1

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES RESOLUÇÃO CNDM/MMULHERES Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2025

Reserva de vagas para 5ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, criado pela Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985 e regulamentado pelo Decreto Nº 6.412, de 25 de março de 2008, em sua 82ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 12 e 13 de junho de 2025, no uso de suas competências legais e considerando o que dispõe a Portaria GM/MMULHERES Nº 66, de 25 de abril de 2025, que aprovou o Regimento Interno da 5ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, nos termos do art. 40, da Portaria GM/MMULHERES Nº 66, de 25 de abril de 2025, as Conferências, em todas suas etapas, deverão respeitar a política de reserva de vagas, nos seguintes termos:

- I - 50% de mulheres negras;
- II - 10% de mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneras e travestis - LBT+;
- III - 5% de mulheres com deficiência - PCDs;
- IV - 5% de mulheres indígenas;
- V - 5% de mulheres de comunidades quilombolas e de povos e comunidade tradicionais.

§ 1º - Em caso de não serem atingidos os percentuais de quaisquer dos grupos indicados, poderá haver a compensação das vagas pelos demais grupos previstos no parágrafo único do art. 40, da Portaria GM/MMULHERES Nº 66/2025.

Art. 2º - As proposições desta Resolução não alcançarão as Conferências já realizadas e aquelas que acontecerão em até cinco dias após sua publicação, sem impedimento de que haja a atualização dos critérios estabelecidos nesta Resolução.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES
Ministra de Estado das Mulheres

» REGIMENTO INTERNO APROVADO - VI CPM

REGIMENTO INTERNO

VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo

O Conselho Municipal de Políticas para Mulheres, no estrito cumprimento de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria GM/MULHERES nº 132, de dezembro de 2024, que convoca a V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres;

CONSIDERANDO o disposto na Decreto nº 69.549, de 09 de junho de 2025, que convoca a V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres e dá providências correlatas;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria 65/SMDHC/2025, que convoca a VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres; e

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres, em reunião realizada no dia 25 de junho de 2025 sobre o presente documento.

RESOLVE:

Tornar público o Regimento Interno da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres.

REGIMENTO INTERNO

VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 1º A VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo, a ser realizada nos dias 12 e 13 de julho de 2025, foi convocada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio da Portaria nº 065/SMDHC/2025, tornando público o seu lançamento e sua realização no âmbito municipal.

Art. 2º A organização e o desenvolvimento da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo são realizados pelo Conselho Municipal de Políticas para Mulheres (CMPPM) e pela SMDHC, por intermédio da Comissão Organizadora.

Art. 3º A VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo será dirigida por uma Mesa Coordenadora de Trabalhos, presidida pela Presidente do CMPPM e composta por representantes da Coordenação de Políticas para as Mulheres e por representantes da Comissão Organizadora.

Art. 4º A Presidência da Mesa Coordenadora deverá conduzir os trabalhos, cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno, adotar as medidas atinentes ao bom desenvolvimento dos trabalhos, resolver as questões de ordem, conduzir o processo de votação e proclamar os resultados.

Art. 5º Fica estabelecido que os trabalhos realizados nos Grupos de Trabalho e Plenárias poderão ser registrados em áudio pela empresa contratada para a relatoria e metodologia da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo, de acordo com as disposições sobre o tratamento de dados pessoais da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 6º O presente regimento é um instrumento que estabelece normas de organização e funcionamento da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo.

CAPÍTULO II – DO TEMA, EIXOS E OBJETIVOS

Art. 7º A discussão do tema central “Mais Democracia, Mais Igualdade e Mais Conquistas para Todas” será feita abordando 04 (quatro) Eixos Temáticos, a saber:

- I - Eixo 1: Governança, instituições e participação popular para a garantia dos direitos das mulheres;
- II - Eixo 2: Enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher;
- III - Eixo 3: Autonomia financeira como estratégia para a igualdade; e
- IV - Eixo 4: Cuidar de quem cuida: políticas de saúde integral da mulher.

Art. 8º A VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo é uma instância de caráter deliberativo que tem por atribuição a avaliação das políticas públicas destinadas às mulheres e a definição de diretrizes para o aprimoramento destas políticas.

- I - Fortalecer, incentivar e garantir a participação efetiva das mulheres, com perspectiva da interseccionalidade e da diversidade, no fortalecimento e ampliação das políticas para as mulheres;
- II - Elaborar um diagnóstico sobre as condições de vida e as lutas das mulheres em seus territórios, bem como sobre a realidade das políticas públicas a elas direcionadas;
- III - Elaborar e consolidar ações prioritárias nas políticas para as mulheres, incluindo ações afirmativas, com abrangência em todas as regiões do município;
- IV - Fortalecer, incentivar e garantir o diálogo e a relação entre o governo e a sociedade civil, garantindo maior efetividade e participação social na formulação e implementação das políticas para as mulheres;
- V - Incorporar perspectivas e experiências locais abrangendo diferentes temáticas e superando as barreiras distritais;

VI - Mapear e fortalecer a atuação das instituições que trabalham pelos direitos das mulheres;

VII - Ampliar e fortalecer as redes de articulação entre os Conselhos Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e Nacional dos Direitos das Mulheres;

VIII - Estimular a criação e o fortalecimento das secretarias, procuradorias e conselhos estaduais, distrital e municipais voltados às políticas para as mulheres;

IX - Promover a integração entre as políticas públicas que incluem a pauta dos direitos das mulheres, contribuindo para o fortalecimento do Pacto Federativo;

X - Estimular, fortalecer e aprofundar o debate sobre o Sistema Nacional de Políticas para Mulheres;

XI - Estimular, fortalecer e aprofundar o debate com as Subprefeituras, Câmara Municipal e Conselhos de direito.

CAPÍTULO III - DAS PARTICIPANTES

Art. 9º São participantes da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo, com direito a voz e voto, todas as residentes do município de São Paulo maiores de 18 (dezoito) anos, comprovados mediante apresentação de documento com foto.

Parágrafo único. As participantes da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo podem se manifestar oralmente ou por escrito durante o período dos debates, por meio de comentários ou perguntas pertinentes ao tema, com fala de no máximo 03 três minutos cada. Fica igualmente limitado a 03 três minutos o tempo destinado a questões de esclarecimento e de encaminhamento, assegurando-se a organização e a fluidez dos trabalhos.

CAPÍTULO IV – DO CREDENCIAMENTO

Art. 10. O credenciamento das participantes da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo será realizado somente no dia 12 de julho de 2025, com início às 08h e término às 14h.

§ 1º Estão disponibilizadas 250 vagas para inscrição online.

I – as participantes que realizaram a pré-inscrição online terão sua vaga garantida até as 12h do dia 12 de julho de 2025.

§ 2º Estão disponibilizadas 250 vagas para credenciamento presencial.

I – o credenciamento é condicionado à disponibilidade de 250 vagas e remanescentes de inscrições online.

Art. 11. As participantes deverão validar sua presença na mesa de credenciamento nos 02 (dois) dias de realização da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo.

Art. 12. As participantes receberão no ato de seu credenciamento, crachá de identificação, material de apoio e o equipamento individual de votação digital.

§ 1º O crachá é a identificação das participantes e deverá ser utilizado nos 02 (dois) dias de realização da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo.

§ 2º Em caso de perda do crachá, a participante deverá comunicar imediatamente à equipe de infraestrutura responsável pelo credenciamento da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo, que providenciará novo crachá ou outra forma de identificação da participante.

Art. 13. A entrega do equipamento individual de votação digital à participante será realizada na validação de presença de cada dia da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo, mediante assinatura de Termo de Responsabilidade.

§ 1º O equipamento individual de votação digital é pessoal e intransferível, sendo a participante responsável pela utilização e devolução no fim de cada dia da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo, nos horários indicados na programação.

§ 2º A entrega e o recebimento do equipamento individual de votação digital são de responsabilidade da empresa de relatoria.

Art. 14. As convidadas palestrantes e autoridades indicadas pela Comissão Organizadora poderão se credenciar durante todo o período de realização da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo.

Art. 15. As excepcionalidades surgidas no credenciamento serão tratadas e resolvidas pela Comissão Organizadora.

CAPÍTULO V – DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16. A programação da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo é:

PRIMEIRO DIA:

08h00 - 10h00: ACOLHIMENTO E CAFÉ DA MANHÃ

08h00 - 12h00: RECEPÇÃO / CREDENCIAMENTO

09h - 09h40: MESA DE ABERTURA

09h40 - 11h00: AULA MAGNA

11h00 - 12h20: LEITURA E APROVAÇÃO DO REGIMENTO

12h20 - 13h40: ALMOÇO (organizado em dois grupos)

13h40 - 18h20: GRUPOS DE TRABALHO

18h20 ENCERRAMENTO

SEGUNDO DIA:

08h30 - 09h15: CAFÉ DA MANHÃ

08h30 - 11h00: RECEPÇÃO / CONFIRMAÇÃO DE PRESENÇA

09h30 - 11h00: INSCRIÇÃO DA DELEGAÇÃO

11h00 - 12h00: APRESENTAÇÃO E ELEIÇÃO DAS PROPOSTAS EM ÂMBITO ESTADUAL E NACIONAL

12h00 - 13h30: BRUNCH

13h30 - 15h00: PLENÁRIA FINAL COM DELIBERAÇÃO DAS PROPOSTAS MUNICIPAIS

15h00 - 15h15: LEITURA DE MOÇÕES

15h15 - 15h45: ELEIÇÃO DE DELEGADAS PARA A V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES

15h45 - 16h00: ENCERRAMENTO

CAPÍTULO VI – DOS EIXOS TEMÁTICOS

Art. 17. As participantes da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo poderão compor um dos Grupos de Trabalho que serão formados para discussão e deliberação de cada eixo temático.

§ 1º Serão formados Grupos de Trabalho para discussão dos 04 (quatro) eixos temáticos, podendo haver mais de um Grupo de Trabalho por eixo, posto o limite de 125 (cento e vinte e cinco) vagas por eixo temático.

§ 2º As participantes que se inscreverem em um eixo com mais de 125 (cento e vinte e cinco) participantes serão orientadas a integrar outro eixo, com vistas a garantir a distribuição quantitativa nos Grupos de Trabalho.

Art. 18. Cada Grupo de Trabalho contará com uma mediadora e uma relatora disponibilizada pela empresa de relatoria e duas representantes do Grupo de Trabalho.

§ 1º As mediadoras e reladoras de cada eixo de trabalho serão profissionais da empresa de relatoria e conduzirão as discussões e a sistematização das propostas, supervisionadas pela Comissão Organizadora.

§ 2º Cada Grupo de Trabalho deverá indicar dentre as participantes duas representantes para acompanhar o processo de sistematização das propostas deliberadas nos Grupos de Trabalho e realizar a apresentação dessas propostas à Plenária Final.

Art. 19. Cabe a mediadora do Grupo de Trabalho:

- I - abrir e orientar a discussão;
- II - esclarecer dúvidas técnicas relativas ao eixo;
- III - coordenar e mediar os debates, assegurando o uso da palavra às participantes;
- IV - assegurar que todas as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples (50% dos votos + 1);
- V - controlar o tempo; e

VI - auxiliar a relatora no processo de sistematização das propostas construídas e deliberadas pelos Grupos de Trabalho de mesmo eixo.

Art. 20. Cabe a relatora:

- I - registrar as propostas de deliberação do Grupo de Trabalho em instrumento próprio; e
- II - sistematizar essas propostas, com o auxílio da mediadora e das Representantes do Grupo de Trabalho.

Art. 21. Cabe as 02 (duas) participantes representantes do Grupo de Trabalho:

- I - acompanhar o processo de sistematização e relatoria das propostas deliberadas em seu respectivo Grupo de Trabalho;
- II - auxiliar as reladoras no processo de sistematização das propostas construídas e deliberadas pelos Grupos de Trabalho de mesmo eixo; e
- III - apresentar as propostas do eixo à Plenária Final.

Art. 22. Cada Grupo de Trabalho deverá deliberar 03 (três) propostas prioritárias em âmbito municipal, 02 (duas) em âmbito estadual, e 02 (duas) em âmbito nacional.

Parágrafo único. As propostas encaminhadas pelos Grupos de Trabalho serão deliberadas na Plenária Final, sendo o resultado:

- I - 3 (três) propostas para o âmbito nacional;
- II - 3 (três) propostas para o âmbito estadual; e
- III - até 24 (vinte e quatro) propostas para o âmbito municipal.

CAPÍTULO VII – DA PLENÁRIA

Art. 23. A Plenária é constituída por todas as participantes da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo.

§ 1º A Plenária terá a competência de ler o Regimento Interno; discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas consolidadas nos Grupos de Trabalho, além das moções encaminhadas pelas participantes, em conformidade com as regras estabelecidas neste Regimento Interno.

§ 2º As manifestações ou intervenções das membras da Plenária poderão ser realizadas oralmente ou apresentadas por escrito, devendo, neste último caso, ser encaminhadas à Mesa Coordenadora da Plenária Final. As intervenções escritas serão avaliadas quanto ao conteúdo e à pertinência em relação à proposta apresentada. Caso o teor da manifestação escrita seja considerado válido e não altere substancialmente o conteúdo da proposta, a autora da intervenção será chamada para realizar sua apresentação perante a Plenária.

§ 2º As manifestações ou intervenções das membras da Plenária poderão ser realizadas oralmente ou apresentadas por escrito, devendo, neste último caso, ser encaminhadas à Mesa Coordenadora da Plenária Final.

Art. 24. As votações na Plenária poderão ser para deliberações referentes às propostas apresentadas pelos Grupos de Trabalho, Moções ou eleição de Delegadas para a V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de São Paulo.

§ 1º Cada participante terá direito a um voto por regime de votação.

§ 2º Será considerada aprovada a proposta com a manifestação da maioria simples dos votantes, nos Grupos de Trabalho e nas Plenárias.

§ 3º As propostas não destacadas serão consideradas aprovadas por unanimidade pela Plenária.

§ 4º O processo de votação poderá ser realizado com a utilização de equipamento individual de votação digital e, excepcionalmente, por manifestações de crachás.

Art. 25. A leitura das propostas de cada Eixo Temático será realizada pelas representantes eleitas nos Grupos de Trabalho, conforme os procedimentos previstos no art. 21.

I – a apreciação e votação das propostas se dará da forma a seguir:

a) um processo de votação para o âmbito nacional, não cabendo destaque, sendo aprovadas as 3 (três) mais votadas;

b) um processo de votação para o âmbito estadual, não cabendo destaque, sendo aprovadas as 3 (três) mais votadas; e

c) um processo de votação para o âmbito municipal, cabendo destaques.

§ 1º Não serão aceitas as propostas com conteúdo diverso à temática e que seja ofensiva, discriminatória ou que viole a Política de Direitos Humanos.

§ 2º Não será permitida a apresentação de propostas não discutidas e aprovadas nos Grupos de Trabalho.

§ 3º Não serão aceitos destaques em relação às propostas de âmbito estadual e nacional, sendo a votação das propostas em seu estado original.

§ 4º Os destaques terão a intervenção de 02 (duas) participantes, uma para defesa do destaque apresentado e outra para encaminhamento em contrário, com fala de 03 (três) minutos para cada manifestação.

§ 5º Nos casos de sugestão de alteração textual das propostas, a proponente deve se ater apenas às adequações com a finalidade de sua melhoria, sem alterar o objeto da proposta.

§ 6º Quando o Grupo de Trabalho não estiver esclarecido, a mesa concederá a palavra à participante que se apresentar para defender o destaque e à participante que se apresentar para defender o texto original da proposta, cabendo para cada intervenção até 01 (um) minuto.

§ 7º Não serão consideradas questões de ordem aquelas que forem compreendidas pela Mesa Coordenadora como novo destaque, defesa de proposta ou esclarecimento durante o processo de votação.

§ 8º Após o início do regime de votação, fica vetado qualquer destaque ou manifestação para questão de ordem.

§ 9º A empresa de relatoria será responsável pela equipe de metodologia e indicará representantes que farão o apoio técnico à Plenária.

Art. 26. Após a sistematização das propostas deliberadas nos Grupos de Trabalhos de cada um dos 04 (quatro) Eixos Temáticos, 02 (duas) representantes deverão apresentá-las à Plenária Final que poderá aprová-las ou rejeitá-las.

Art. 27. As propostas municipais que não receberem destaque durante a leitura serão consideradas aprovadas.

CAPÍTULO VIII – DAS MOÇÕES

Art. 28. As moções poderão ser:

- I - moção de Apoio;
- II - moção de Repúdio; e
- III - moção de Recomendação.

Art. 29. Para elaboração das moções as participantes interessadas deverão retirar com a equipe de apoio os formulários próprios.

Parágrafo único. Os textos das moções deverão ser entregues à Comissão Organizadora, até às 14h do dia 13 de julho de 2025.

Art. 30. As moções apresentadas deverão indicar o destinatário, assunto e texto da moção, de acordo com o formulário entregue, além das assinaturas das participantes com nome legível, que deverá conter, no mínimo, 30 assinaturas de participantes credenciadas, para deliberação na Plenária Final em 13 de julho de 2025.

§ 1º Os formulários de moções que não estiverem devidamente preenchidos implicarão na desconsideração da moção formulada.

§ 2º Considerar-se-ão irregulares as moções que não contiverem o número mínimo de assinaturas previstas no caput ou que não apresentarem, em todas suas folhas, a descrição na íntegra do conteúdo da moção, impreterivelmente até o horário previsto para a entrega.

§ 3º A Mesa Coordenadora dos Trabalhos, após proceder à leitura, colocará em votação a moção apresentada, devendo indicar os votos favoráveis, contrários e abstenções.

CAPÍTULO IX - DA ELEIÇÃO DE DELEGADAS

Art. 31. A Delegação que representará a cidade de São Paulo na V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de São Paulo será constituída por 102 (cento e duas) Delegadas Titulares e 51 (cinquenta e uma) Delegadas Suplentes.

Parágrafo único. As vagas para a delegação seguem a disposição:

I - são 70% destinadas à sociedade civil, 72 pessoas delegadas;

II - são 30% destinadas ao poder público, 30 pessoas delegadas.

III – além de garantir a indicação dos percentuais obrigatórios de: 50% de mulheres negras; 10% de mulheres LBT+; 5% de mulheres com deficiência; 5% de mulheres indígenas; 5% de mulheres quilombolas ou de povos e comunidades tradicionais; e, 5% imigrantes, refugiadas e apátridas.

Art. 32. A Plenária Final da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo deverá eleger 102 (cento e duas) Delegadas Titulares e 51 (cinquenta e uma) para a V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de São Paulo.

§ 1º A Presidente e a vice-presidente do CPM são delegadas titulares natas, mediante anuência da Plenária Final.

§ 2º Ser mulher e participar dos 02 (dois) dias da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo são condições necessárias para ser candidata a delegada titular ou suplente na V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de São Paulo.

§ 3º As Delegadas deverão ter suplentes do mesmo segmento para que não haja vacância na representação.

§ 4º Durante a realização da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo, será garantido horário para as participantes se reunirem por segmento e escolher suas candidatas à V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de São Paulo para apresentação à Plenária Final.

§ 5º Na possibilidade de ampliação de vagas, as Delegadas Suplentes têm condição de assumir a titularidade.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. Será divulgado pela Comissão Organizadora, após o término do credenciamento, o número de participantes presentes.

Art. 34. O Certificado de participação da VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Paulo, será enviado às participantes por endereço eletrônico (e-mail) informado no momento da inscrição, em até 03 (três) dias úteis após a finalização da Conferência Municipal.

I - não havendo a indicação de endereço eletrônico, a participante poderá solicitar via e-mail, sendo o endereço de requisição: conferenciamulheres@prefeitura.sp.gov.br

Art. 35. Os casos passíveis de elucidação serão apreciados pela Mesa Coordenadora.

Art. 36. Este regimento entrará em vigor na data de sua deliberação.

» SÍNTESE DA SOLENIDADE DE ABERTURA

Nesse item apresentamos uma síntese das falas proferidas na solenidade de abertura do evento, em 12 de julho de 2025, conforme segue.

1. Juliana Cardoso - Deputada Federal

- Segmento: Poder Público
- Síntese da fala: Durante sua fala, a deputada contextualizou o significado da Conferência, destacando sua importância como espaço fundamental para o fortalecimento das políticas públicas voltadas às mulheres. Ressaltou que é essencial que o município considere, desde já, a destinação de orçamento adequado, além de uma organização eficiente e estratégias de mobilização que envolvam todas as classes sociais de mulheres, garantindo uma ampla e representativa participação nas Conferências. Abordou ainda o desafio urgente de enfrentar o aumento dos casos de feminicídio em São Paulo, que cresceu 16% em comparação ao ano anterior, e a necessidade de aprimorar os mecanismos de acolhimento às mulheres vítimas de violência. Enfatizou a importância de repensar os formatos de assistência direcionados às mulheres, considerando suas especificidades e realidades diversas. Questionou porque ainda não há estrutura para delegacias 24 horas para mulheres e porque não há mais uma Casa da Mulher Brasileira com a participação dos três entes federativos. E também qual seria o formato desse acolhimento para além da questão orçamentária. Defendeu a secretaria para direitos das mulheres, para ampliação inclusive da questão orçamentária. Reafirmou o direito fundamental da mulher de estar onde quiser, sem ser alvo de nenhum tipo de violência. Ao final, agradeceu à Comissão Organizadora pelo empenho e dedicação na realização da Conferência, reconhecendo o esforço coletivo em promover esse espaço de escuta e construção coletiva.

2. Sandra Kennedy – Secretária Nacional da Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política no Ministério das Mulheres

- Segmento: Poder Público
- Síntese da fala: Sandra iniciou sua fala ressaltando a presença de algumas mulheres no evento, reconhecendo a importância simbólica e política de estarem ali. Destacou o papel fundamental das Secretarias de Mulheres e do Ministério das Mulheres na construção e fortalecimento de políticas públicas voltadas à equidade de gênero. Mencionou o desafio enfrentado pelo presidente em relação às mulheres do Brasil, especialmente diante da complexidade da luta feminina, marcada por dificuldades de inserção que variam conforme classe social e raça. Pediu uma salva de palmas a todas as mulheres presentes, como forma de reconhecimento e valorização da resistência diária. Enfatizou a importância de recuperar a realização da Conferência, que não acontecia há dez anos, como forma de resgatar a fala e a escuta das mulheres, reafirmando que todas têm o direito de se expressar e de serem ouvidas, destacando

a dimensão gigantesca dos Conselhos e Fóruns para abrir mãos das diferenças em prol dos direitos das mulheres. Salientou a grandeza da conferência municipal de São Paulo. Lembrou que o Brasil continua apresentando alguns dos piores indicadores de feminicídio do mundo, o que torna ainda mais urgente a defesa da autonomia econômica, política e social das mulheres, além da necessidade de garantir políticas públicas nacionais efetivas. Apontou que o desafio é comum e coletivo, e que é preciso aproveitar todos os espaços possíveis para dar voz às mulheres, e, sobretudo, nunca se calar. Ressaltou também os avanços conquistados por meio de programas liderados por mulheres, que mostram o potencial transformador da liderança feminina. Enfatizou que a V Conferência Nacional da Mulher tem como objetivo estreitar os laços entre os entes federativos e criar políticas nacionais para mulheres. Finalizou agradecendo o convite e parabenizando a organização do evento, incentivando que espaços como esse continuem sendo promovidos.

3. Sandra Tadeu - Vereadora e Procuradora Especial da Mulher da Câmara Municipal de São Paulo

- Segmento: Poder Público

- Síntese da fala: Em sua fala, a vereadora destacou a luta para a criação da Procuradoria da Mulher na Câmara, como uma ferramenta essencial na defesa dos direitos e da representatividade feminina dentro do espaço legislativo. Ressaltou a urgência de superar comportamentos que enfraquecem a coletividade, como o *bullying* entre mulheres, reforçando que todas devem se apoiar mutuamente, pois todas as mulheres são iguais em direitos e dignidade. Mencionou os preocupantes índices de feminicídio, que continuam alarmantes no país, e reforçou que a união entre as mulheres é fundamental, independentemente de posicionamentos políticos, sejam de esquerda ou de direita. Compartilhou um relato pessoal, dizendo ser filha de um açougueiro e afirmando com orgulho que isso nunca foi obstáculo para alcançar os espaços que desejava ocupar, como forma de inspirar outras mulheres a acreditarem em seu potencial. Enfatizou a importância da Conferência como espaço de escuta, aprendizado e construção de redes, desejando uma excelente jornada a todas as participantes.

Parte da plenária se manifestou contrária às falas da vereadora e a mesma pediu respeito gerando uma pequena discussão/confusão durante a solenidade. O debate se deu entorno da fala de um exemplo de feminicídio e culpabilização da vítima e, também, por conta da reafirmação da meritocracia. Houve uma intervenção da Comissão Organizadora pedindo que respeito às falas no plenário e que o debate ocorresse nos grupos de trabalho.

4. Vanessa Terezinha Souza de Almeida - Promotora de Justiça e Integrante do Núcleo de Gênero do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado de São Paulo

- Segmento: Poder Público

- Síntese da fala: A promotora abordou os diversos aspectos que tornam ainda mais desafiador o enfrentamento da discriminação contra a mulher em todos os âmbitos da sociedade. Destacou que esse é um tema complexo, pois lida com preconceitos profundamente interiorizados, além de envolver opiniões e posicionamentos distintos que coexistem em um mesmo espaço. Por isso, ressaltou a importância de embasar o debate com evidências concretas, como estatísticas de mortes e dados de atendimentos às vítimas, para orientar ações efetivas. Observou que ainda não existe uma diretriz clara e uniforme nas políticas públicas que considere todas as diferenças e realidades vividas pelas mulheres, o que exige atenção redobrada do poder público. Ressaltou a necessidade de que todas as políticas públicas atuem em conjunto e que os orçamentos tenham perspectivas de gênero, assim como a importância de secretarias próprias. Defendeu que toda a sociedade precisa estar aliada nesse engajamento, contribuindo para a construção de soluções coletivas. Enfatizou também que, em vez de responsabilizar ou questionar a conduta da vítima, é necessário incentivá-la a procurar apoio nas secretarias e serviços especializados. Reconheceu que vivemos em uma cultura historicamente marcada pela discriminação e violência contra a mulher e que, para transformar esse cenário, é fundamental que a educação seja pautada nos princípios dos direitos humanos, como forma de prevenção às diversas formas de violência.

5. Claudia Rodrigues de Oliveira - Presidente do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres

- Segmento: Sociedade Civil

- Síntese da fala: A presidente do Conselho iniciou sua fala saudando todas as mulheres presentes e se apresentou dizendo ser filha de um motorista e de uma mulher analfabeta, compartilhando brevemente sua trajetória de vida até os dias atuais como exemplo de resistência e superação. Abordou o preocupante crescimento do fascismo e das desigualdades no país, ressaltando que, mesmo diante de tantos retrocessos, as mulheres têm conquistado espaços importantes ao longo da história e agora vislumbram novas perspectivas por meio de um necessário recomeço. Destacou que o tema da Conferência convida à reflexão crítica sobre a cidade em que vivemos e sobre a cidade que queremos construir, especialmente sob o olhar das mulheres. A conselheira lembrou o caso do feminicídio de Bruna Oliveira, homenageando-a. Enfatizou a importância de reconhecer e valorizar a luta histórica das mulheres pretas, pobres e periféricas de São Paulo, lembrando que todas essas batalhas

são coletivas e não individuais, e que a transformação social é uma responsabilidade compartilhada, sendo o Conselho de Políticas Públicas um importante instrumento para isso, que vai além de partidos políticos. Agradeceu ao Conselho pela dedicação e esforço na realização da Conferência, que considera a mais importante do país, e pediu uma salva de palmas às conselheiras que tornaram esse momento possível. Chamou atenção para o sistema racista que ainda estrutura o Brasil, reforçando a urgência de enfrentá-lo com coragem, política pública e solidariedade. Finalizou sua exposição declarando a seguinte frase: “Nosso lugar é prato de comida cheia, é melhor educação para nossos filhos, é onde as mulheres possam andar nas ruas, onde os filhos pretos não sejam assinados. Em memória a Bruna de Oliveira e de todas as mulheres assinadas declaro aberta a Conferência”.

Ao final da fala muitas mulheres da plenária se levantaram e aplaudiram a Claudia gritando “sem anistia”.

6. Daniele Akamine - Coordenadora Municipal de Políticas para Mulheres da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

- Segmento: Poder Público

- Síntese da fala: A coordenadora agradeceu calorosamente a presença de todas as mulheres que compareceram à Conferência, bem como o envolvimento de todas as pessoas que contribuíram para a realização desse importante encontro. Destacou que São Paulo é uma referência nacional no enfrentamento à violência de gênero, com políticas e iniciativas que servem de exemplo para outras regiões do país. Encerrando sua fala, reforçou a importância do empoderamento feminino como caminho essencial para a transformação social, defendendo que mulheres fortalecidas e conscientes de seus direitos são agentes fundamentais de mudança em todas as esferas da sociedade.

7. Regina Santana - Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

- Segmento: Poder Público

- Síntese da fala: A secretária se apresentou como a primeira mulher preta a ser titular da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e destacou a importância de ter sido enxergada pelo prefeito Ricardo Nunes, que possibilitou a participação de mulheres pretas, como ela, em espaços de decisão dentro das secretarias. Ressaltou que o racismo ainda está presente em todos os níveis da sociedade e mencionou, de forma contundente, a solidão vivida pela mulher preta dentro da gestão pública. Compartilhou sua trajetória marcada por resistência e luta nos movimentos por direitos, militando por uma década no movimento sindical na qual lutou pelas mulheres, negros e indígenas. Enfatizou que o caminho até ali

não foi fácil, mas que a persistência foi fundamental para romper barreiras e abrir caminhos. Relembrou que sua luta sempre foi pautada pelo desejo de ver seu povo saindo da base e ocupando espaços de protagonismo. Afirmou não ser uma secretária que fica sentada na cadeira, e que vai participar da Conferência nos dois dias. Destacou que as oportunidades não estão prontas e disponíveis em uma caixa: é preciso correr atrás, batalhar e acreditar no próprio potencial. Finalizou sua fala com um chamado à união, defendendo que a construção de uma cidade e de um país melhor só será possível quando houver esforço coletivo e inclusão real de todas as vozes.

8. Stella Verzolla – Secretária Adjunta da Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

- Segmento: Poder Público
- Síntese da fala: A secretária adjunta destacou a alegria de estar presente na Conferência e ressaltou que essa se constitui enquanto um importante instrumento de controle social.

9. Elaine Gomes de Lima - Secretária Executiva Adjunta de Promoção da Igualdade Racial

- Segmento: Poder Público
- Síntese da fala: A secretária executiva se apresentou destacando sua atuação no território de M'Boi Mirim em São Paulo, no coletivo cultural Cooperifa e sua luta por Políticas Públicas.

Ocorreu uma intervenção de Regina Santana apresentando projetos que teriam sido postos em práticas durante sua gestão e a plenária se manifestou. A secretária declarou então aberta a VI CPM e encerrou a solenidade.

» APRESENTAÇÃO AULA MAGNA

Abaixo, estão disponibilizados os slides utilizados na apresentação realizada por Claudia Patrícia Luna, após a Solenidade de Abertura do evento, em 12 de julho de 2025. Ressalta-se que todos os direitos desse conteúdo e a responsabilidade pelo mesmo é da autora, devendo ser citada sempre que for utilizado, em todo ou em parte.

POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SÃO PAULO

Construindo uma Cidade Justa e Inclusiva



Por Cláudia Luna.

1. INTRODUÇÃO

São Paulo, nossa metrópole vibrante, é o lar de milhões de mulheres que impulsionam a economia, a cultura e a vida social. No entanto, é fundamental reconhecermos que, apesar dos avanços, ainda enfrentamos desafios significativos que impactam a vida dessas mulheres em seus diferentes territórios. Este é um momento crucial para reafirmarmos nosso compromisso com a construção de uma cidade mais justa, equitativa e inclusiva para todas as mulheres.



A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO E AS MÉTRICAS DA COLONIZAÇÃO: UMA RAIZ DA VIOLÊNCIA ATUAL

A história da cidade de São Paulo, desde sua fundação em 1554 como um colégio jesuíta, está intrinsecamente ligada às métricas da colonização portuguesa e, mais especificamente, à atuação dos bandeirantes. Essa fundação, no planalto de Piratininga, um local estratégico para o avanço para o interior, já carregava as sementes de um modelo de ocupação territorial que, séculos depois, ainda ecoa nos dados de violência e nas respostas institucionais que vemos hoje.



Uma ilustração histórica da trágica perseguição de mulheres indígenas e negras em São Paulo durante o período de colonização de 1554. A cena se passa na paisagem selvagem e tropical do Brasil, retratando mulheres indígenas e negras fugindo dos ataques brutais dos bandeirantes. As mulheres indígenas, adornadas com intrincados cocares de penas e pintura corporal, são retratadas como fortes, dignas e, ainda assim, cheias de um senso de urgência enquanto escapam desesperadamente de seus agressores. As mulheres negras, vestidas com roupas simples e práticas, exibem várias expressões de medo e tristeza enquanto vivenciam o trauma da perseguição. Os bandeirantes, homens com expressões determinadas, são retratados em ação, destacando a violência e a injustiça dos acontecimentos. A cena é preenchida com um senso de urgência, perigo e desespero, com a luz solar forte adicionando à atmosfera sombria. O estilo da imagem evoca um documentário histórico, com detalhes nítidos e atenção à precisão da época, retratando a tragédia do período de colonização.



AS MÉTRICAS DA COLONIZAÇÃO E O POVOAMENTO PELOS BANDEIRANTES

A colonização portuguesa no Brasil se baseou em pilares que moldaram profundamente a sociedade e o território. Em São Paulo, a figura do bandeirante foi central:

- ❖ **Exploração e Expansão Territorial:** Busca desenfreada por riquezas e escravos, resultando em destruição de aldeias indígenas e subjugação.
- ❖ **Violência como Ferramenta:** Captura e escravização de indígenas, extermínio de comunidades e imposição de trabalho forçado.
- ❖ **Hierarquias e Desigualdades Sociais:** Estrutura social baseada na dominação e exploração de alguns grupos por outros, criando alicerces para desigualdades raciais e sociais.
- ❖ **Ocupação Desordenada e Concentração de Poder:** Expansão sem planejamento inclusivo, levando à concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos e à formação de periferias desassistidas.



INFLUÊNCIA NAS MÉTRICAS DE VIOLÊNCIA HOJE

A herança da colonização e do bandeirantismo em São Paulo se manifesta de diversas formas nos dados de violência contemporâneos:

- o **Violência Estrutural e Desigualdades Raciais:** Marginalização histórica de povos indígenas e da população negra, resultando em falta de acesso a direitos básicos e maior exposição à violência.
- o **Violência Policial e Letalidade:** Atuação policial, especialmente nas periferias, com alta letalidade que atinge desproporcionalmente jovens negros.
- o **Gênese da Violência Urbana:** Ocupação desigual do território e ausência de políticas públicas eficazes criam ambiente propício para a violência urbana.
- o **Impunidade e Respostas Institucionais:** Resquício da mentalidade colonial, onde a vida de indígenas e negros tinha menor valor, perpetuando a seletividade penal.



DADOS ESTATÍSTICOS: A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - 2023)

O relatório "Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil - 4ª edição (2023)" do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) revela dados alarmantes sobre a violência de gênero e raça:

- 33,6% das mulheres brasileiras já sofreram violência física e/ou sexual.
- 50.962 mulheres sofreram violência diariamente em 2022, o equivalente a um estádio de futebol lotado.
- Mulheres negras são desproporcionalmente afetadas:
 - ❑ 65,6% das vítimas de violência são mulheres negras.
 - ❑ 6,3% das mulheres negras foram submetidas a espancamento, contra 3,6% das mulheres brancas.
 - ❑ 61,1% das vítimas de feminicídio são mulheres negras.
 - ❑ 45% das mulheres negras já foram vítimas de algum tipo de violência provocada por parceiro íntimo em algum momento da vida, enquanto entre as mulheres brancas essa proporção é de 36,9%.



RESPOSTAS INSTITUCIONAIS E O DESAFIO DA RUPTURA

Hoje, a cidade de São Paulo busca, por meio de políticas públicas e da atuação de movimentos sociais, reverter esse cenário histórico de violência. Iniciativas como a criação de secretarias e conselhos voltados para a promoção da igualdade racial e de gênero, o fortalecimento de redes de proteção às mulheres em situação de violência e a implementação de programas de segurança pública que priorizem os direitos humanos são passos importantes.

No entanto, o desafio é imenso. A história da colonização e do bandeirantismo deixou marcas profundas na estrutura social e urbana de São Paulo. Para combater efetivamente a violência e promover a igualdade, é preciso reconhecer e desconstruir as raízes históricas da desigualdade e da violência, promovendo uma justiça social que vá além da punição e busque a reparação e a transformação.



Conhecer e valorizar o passado, entendendo e analisando o presente, caminhamos para construir o futuro

Janet Rouse



CONCLUSÃO

Compreender essa complexa relação entre o passado colonial e o presente violento é crucial para a construção de uma São Paulo mais justa e segura para todas as mulheres e para todos os seus habitantes. O compromisso com políticas públicas eficazes e a contínua luta por justiça social são essenciais para um futuro mais equitativo.



» RELATOS DOS DEBATES PARA DELEGAÇÃO – POR SALA

Nesse item estão apresentadas as sínteses dos debates realizados pelas participantes em cada segmento/sala durante o processo de candidatura de delegadas à Conferência Estadual, conforme segue:

No grupo do segmento **Feministas e Movimento de Mulheres**, Comissão Organizadora iniciou o debate apresentando a informação definida no Regimento Interno para o número de vagas totais da delegação à Conferência Estadual: 102 vagas para Delegadas Titulares e 51 Suplentes à Conferência Estadual, 70% serão destinadas à Sociedade Civil e 30% para o Poder Público. Além do respeito aos critérios de representatividade: 50% para negras, 05% imigrantes, 05% LGBTQIA+ , 05% quilombolas, 05% indígenas, entre outros.

Foi proposto então um debate para a escolha de candidatas, independentemente de participar de determinado movimento ou organização, mas optou-se por uma discussão por subgrupos considerando exatamente essa divisão (movimento e organizações). Como resultado tivemos 29 indicações para Titulares e 10 para Suplentes.

No grupo das participantes do segmento de **Moradia**, uma representante da Comissão Organizadora abriu o debate explicando a dinâmica proposta. Enquanto aguardavam informações sobre o processo de votação, o grupo optou por comentarem as propostas elaboradas nos eixos em que participaram no dia anterior, explicando sobre como o tema de moradia havia atravessado as discussões realizadas. Outros temas também foram apresentados, gerando um momento de defesa de propostas para garantir que a votação na plenária levasse em consideração a importância de cada uma delas, principalmente as que avaliem que tem interface com a questão de moradia.

Algumas participantes defenderam temas diversos ao grupo, mas pertinentes ao evento: violência contra a mulher, violência contra trabalhadoras da economia informal/ambulantes, restrições e violações relacionadas a pessoas com deficiência e mães atípicas, a situação de mulheres imigrantes e refugiadas, saúde mental e vulnerabilidade social, combate ao racismo, entre outros.

A Comissão explicou então a divisão de vagas reafirmando os percentual dos segmentos aprovados no Regimento Interno (70% para a Sociedade Civil - divididos em segmentos - e 30% para o Poder Público). E que, seguindo os critérios pensados pela Comissão, o segmento de moradia teria 12 vagas para a União de Moradia e 6 vagas para representantes de outras organizações regionalizadas.

Orientou-se que no momento da aprovação na plenária seriam definidas quem estaria ocupando a titularidade e a suplência e que as candidatas indicadas já compunham os percentuais de representatividade necessários. Foram indicadas 16 delegadas, sendo 02 do MDM, 13 UMMSP e 01 ficha de Mulher Imigrante em Situação de Refúgio.

O grupo do segmento **Entidade Mista e Sindicalistas** foi orientado pela Comissão Organizadora para que todas as participantes se apresentassem de acordo com as representatividades definidas no Regimento Interno, para além da representação de suas entidades. Foi constatada a presença de mulheres indígenas, negras e com deficiências.

Foi explicado que nesse momento dos trabalhos seriam indicadas as delegadas da Sociedade Civil para a V Conferência Estadual e que, segundo o Regimento, são 102 vagas, sendo 30% para o Poder Público e 70% para a Sociedade Civil. Sendo que das vagas disponibilizadas para a Sociedade Civil, ainda era preciso respeitar os percentuais de representativa, como 05% para mulheres indígenas e 05% para mulheres imigrantes, refugiadas e apátridas. Além das candidatas que compõem essas representações, o segmento também previu 07 vagas de titulares e 07 de suplentes para a CUT e 02 vagas de titulares e 02 de suplentes para a UGT.

Formou-se subgrupos dentro da sala para que as participantes pudessem fazer indicações dentro desse quadro apresentado pela Comissão. Após essa escolha e preenchimento das fichas, que serão apresentadas à plenária, foi orientado também que os casos omissões do Regimento seriam resolvidos posteriormente.

No grupo do segmento **Rede de Enfrentamento** houve muita dificuldade das participantes em compreenderem a dinâmica do momento proposta pela Comissão Organizadora. Não estavam bem explicadas as regras para candidatura de delegadas e a quantidade de vagas que cada segmento poderia indicar, considerando o número de inscritas total ou ainda a proporcionalidade a partir das representações definidas pelo Regimento Interno, independente de segmento.

As participantes fizeram um longo debate sobre a característica diversa de sua composição, pois há pessoas da sociedade civil e do poder público envolvidas.

Reforçaram a necessidade de que a delegação se mantivesse apenas nesses dois segmentos e não na divisão que estava sendo proposta nesse momento. Inclusive porque isso não estava totalmente definido quando o Regimento Interno foi aprovado, momento no qual foi apenas informado os percentuais indicados pela Comissão Organizadora Nacional para contemplar a representatividade necessária à garantia de uma delegação mais diversa e plural.

Mesmo com a participação de duas facilitadoras da Comissão Organizadora, as participantes seguiram afirmando que esse debate não deveria acontecer dessa maneira, que as orientações deveriam ter sido repassadas no primeiro dia do evento e, ainda, que essas divisões traziam conflitos dentro da própria pauta geral e fragmentavam a luta. O número de vagas voltou a ser um ponto de tensão no grupo.

Outro ponto abordado foi que receberam a notícia de que a V Conferência Estadual não teria recursos para custear a ida das participantes e que provavelmente isso também se daria no evento nacional. As participantes relataram as dificuldade de garantir propostas, a importância da representatividade e do reconhecimento de cada temática e eixo.

Quando o número de vagas foi confirmado pela Comissão, uma grande comoção aconteceu no grupo, que entendeu que havia desinformação e que a determinação não seguia o Regimento aprovado. Foi reiterado também que só poderiam se candidatar participantes credenciadas nos dois dias e que estiveram presente em todos os processos da Conferência (grupos e plenárias)

Ao final, apesar dos conflitos apresentados, foram indicadas candidatas tanto para as vagas de titulares, 07 delegadas, como de suplentes, 06 delegadas.

O grupo do segmento do **Poder Público** teve a participação da secretária de direitos humanos e cidadania, Regina Célia Santana; da secretária adjunta, Stella Verzolla; e da coordenadora de políticas para as mulheres, Daniele Akamine.

A secretária explicou o que é uma conferência e qual o papel de uma delegada quando representa seu município:

- Participar da conferência;
- Conhecer as propostas;
- Representar o município na esfera estadual;
- Socializar com as demais participantes para garantir as priorização de propostas;
- Defender as propostas na V Conferência Estadual; e
- Ter indicadores para elaboração do Plano Municipal.

Foi reforçado que mesmo quando uma pessoa não se elege como delegada, ainda pode pleitear sua participação na Conferência como convidada ou observadora, afinal é importante poder contribuir com a construção.

Retomou-se a definição do Regimento Interno quanto ao número de vagas e os percentuais de representatividade para a delegação estadual. O grupo então indicou:

31 titulares e apenas 07 suplentes, sendo 17 mulheres negras, 02 mulheres LBT e 01 mulher com deficiência. No processo de escolha, entre outros pontos, foi discutida a questão de representatividade por raça.

O grupo do segmento **Sociedade civil sem representação de entidades** talvez tenha sido o que mais teve dificuldades com o processo. As participantes precisaram de diversas explicações e houve divergência nas informações recebidas, o que acabou por tumultuar o processo. Porém, seguiram com os diálogos sobre representação e escolha de candidatas.

De início, as mulheres consideraram que não ficou clara a mudança de programação na errata e não compreenderam esse momento sugerido pela Comissão para debate, pois imaginaram que ou seguiram com as discussões dos eixos ou iriam direto para a Plenária Final, com a priorização das propostas estaduais e nacionais. Acrescentaram que não se sentiam representadas e nem que consideravam legítima a divisão da Sociedade Civil em outros segmentos. Porém também falaram sobre a necessidade de respeito durante o processo e a sustentação da garantia de direitos.

Comentaram sobre o que é a candidatura para a delegação e o papel de uma delegada, pois embora cada uma tenha sua causa é preciso defender a todas, com igual valoração.

Quando uma representante da Comissão chegou ao grupo, as participantes apresentaram à ela suas indignações. Foi realizada então uma explicação sobre quantidade de vagas, segmentos e percentuais de representatividade, mas as participantes ainda não se sentiram contempladas, principalmente porque houve uma divergência de informações quanto às quantidades possíveis de vagas em cada segmento e representatividade. Por exemplo, foi indicado que havia 01 vaga para a representação de Mulheres imigrantes, refugiadas e apátridas, quando segundo os critérios do Regimento Interno os 05% do total de vagas da delegação, seria igual a 04 vagas para essa representação. Isso demandou então uma averiguação de todos os números apresentados ao grupo pela Comissão, fazendo necessário que outras pessoas que a compunham viessem realizar novas orientações.

Com o entendimento de que o momento proposto era apenas para que o grupo realizasse o debate para a indicação de candidatas, as participantes compreenderam melhor o processo e passaram então para uma apresentação daquelas que gostariam de uma vaga na delegação, defendendo suas causas, representação, comentando também em qual região de São Paulo vivem e os motivos pelos quais se interessam em participar das próximas etapas, estadual e nacional.

Após esse debate, foram indicadas 09 representantes – 05 titulares e 04 suplentes.

Todas as salas, assim como em todo o processo da conferência, foram informadas de que havia intérpretes de Libras disponíveis.

» SOBRE A SMDHC

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) foi instituída pela Lei Municipal nº 15.764, de 27 de maio de 2013, consolidando as atribuições da antiga Secretaria Municipal de Participação e Parceria (SMPP), da Comissão Municipal de Direitos Humanos (CMDH) e do cargo de secretário especial de Direitos Humanos (SEDH), que foram incorporadas à nova secretaria.

Ao longo do tempo, algumas competências foram transferidas para outras secretarias, enquanto a SMDHC instituiu diversas coordenações para atender às demandas específicas da população, entre elas:

- Coordenação de Políticas para Crianças e Adolescentes.
- Coordenação de Educação em Direitos Humanos.
- Coordenação de Igualdade Racial.
- Coordenação de Políticas para Migrantes e Trabalho Decente.
- Coordenação de Juventude.
- Coordenação de Políticas para a População LGBTQIA+.
- Coordenação de Políticas para Mulheres.
- Ouvidoria de Direitos Humanos.
- Coordenação de Políticas para Pessoa Idosa.
- Coordenação de Políticas de Drogas.
- Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua.
- Coordenação de Políticas para Povos Indígenas.
- Coordenação de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos de Egressos.
- Divisão de Localização Familiar e Desaparecidos

Mantendo as competências originalmente delegadas pela legislação de 2013, o Decreto nº 57.576, de 1º de janeiro de 2017, transferiu para a SMDHC as atribuições das antigas Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, que passaram a ser responsabilidade de secretarias executivas estabelecidas pela Lei Municipal nº 16.974, de 23 de agosto de 2018. A estrutura organizacional da secretaria é regida pelo Decreto Municipal nº 58.123, de 8 de março de 2018.

Missão

Formular, articular e coordenar a Política Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de maneira transversal, interseccional e participativa, respeitando a diversidade. Visa promover e defender os direitos da população, com atenção especial às pessoas em situação de vulnerabilidade, buscando a construção de uma sociedade justa, igualitária, inclusiva, solidária e intercultural.

CONTATO:

Rua Libero Badaró, 119, Centro – São Paulo – SP CEP: 01009-000

Telefone: (11) 2833-4150 E-mail: smdhcgabinete@prefeitura.sp.gov.br

» **SOBRE A REDE DE ATENDIMENTO**

Visando a garantia da autonomia e qualidade de vida das mulheres, a Coordenação promove políticas de enfrentamento a todo e qualquer tipo de violência. Como dito acima, a Secretaria conta, atualmente, com uma rede de enfrentamento à violência contra a mulher composta por:

- Casa da Mulher Brasileira - R. Vieira Ravasco, 26 – Cambuci (11) 3275-8000
- 3 Postos Avançados de Apoio à Mulher:
 - Estação Santa Cecília (Linha 3 - Vermelha)
 - Estação da Luz (Linha 1 - Azul)
 - Terminal de Ônibus Sacomã (Zona Sul)
- 1 unidade móvel de atendimento.
- 27 equipamentos, além de outros diversos que serão apresentados a seguir.

O Centro de Referência e Cidadania da Mulher (CRCM) é um espaço de acolhimento e atendimento especializado para mulheres em situação de violência. Oferece atendimento psicossocial, orientação social e jurídica, além de encaminhamentos para a rede de proteção e serviços. Também realiza atividades de fortalecimento da autonomia, oficinas, rodas de conversa e ações de cidadania. O atendimento é gratuito, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, e um sábado por mês.

- CRCM Casa da Mulher Eliane de Grammont - R. Dr. Bacelar, 20 - Vila Clementino, 04026-000 (11) 5549-9339
- CRCM Casa da Mulher 25 de Março - Av. Melo Palheta, 32, Água Branca, 05002-030 (11) 3106-1100
- CRCM Parelheiros - Rua Terezinha do Prado Oliveira, 119, Jd. Novo Parelheiros, 04890-630 (11) 5921-3665
- CRCM Itaquera - R. Ibiajara, 495, Parada XV de Novembro, 08246-101 (11) 2073-4863
- CRCM Santo Amaro - Praça Salim Farah Maluf, Santo Amaro, 04751-040 (11) 5521-6626
- CRCM Cachoeirinha - Av. Dep. Emílio Carlos, 3460, Limão, 02721-200 (11) 2361-5551
- CRCM Casa da Mulher de Brasilândia - R. Sílvio Bueno Peruche, 538, Jardim Ondina, 02871-050 (11) 3989-4294
- CRCM Casa da Mulher Maria de Lourdes Rodrigues - Rua Raphaela Miraglia Scoppetta, 50, Jardim Nova Germania, 05849-460 (11) 5524-4782
- CRCM Capela do Socorro - R. Prof. Oscar Barreto Filho, 350, Parque America, 04822-230 (11) 2941-4158

- CRCM Perus - Rua Aurora Boreal, 43, Vila Perus, 05208-130 (11) 3917-5955
- CRCM São Miguel - R. Pedro Soares de Andrade, 34, Vila Rosaria, 08021-040 (11) 2058-2800

O **Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM)** é um espaço dedicado ao acolhimento, apoio e orientação para mulheres, especialmente aquelas que enfrentam violência doméstica e outras formas de violência de gênero. Oferece atendimento psicossocial e jurídico, além de oficinas e grupos de convivência, promovendo o fortalecimento e a autonomia das mulheres. O centro funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, garantindo um ambiente seguro e acolhedor para todas que buscam apoio.

- CDCM Casa Mariás - R. Sd. Cesário Aguiar, 119, Parque Novo Mundo, 02188-010 (11) 3294-0066
- CDCM Casa Zizi - R. Teotônio de Oliveira, 101, Vila Santa Virgínia, 03279-060 (11) 2216-7346
- CDCM Casa Sofia - R. Dr. Luiz Fernando Ferreira, 06, Jardim Dionísio, 04935-090 (11) 5034-6487
- CDCM Casa Viviane dos Santos - Rua Planície dos Goitacases, 456, Vila Iolanda, 08451-110 (11) 2553-2424
- CDCM Mulheres Vivas - R. Domingos Bicudo, 56, Vila Pirajussara, 05786-080 (11) 4113-2105
- CDCM Casa Marcia Martins - Rua Cânio Rizzo, 285, Jardim Trussardi, 05519-090 (11) 3507-5856
- CDCM Centro de Integração Social da Mulher - CISM II - R. Ferreira de Almeida, 23, Casa Verde, 02517-150 (11) 3858-8279
- CDCM Casa Cidinha Kopcak - R. Margarida Cardoso dos Santos, 500, São Mateus, 03961-010 (11) 2015-5722
- CDCM Francisca Franco - Rua Conselheiro Ramalho, 93, Bela Vista, 02143-060 (11) 3106-1013
- CDCM Casa Naná Serafim - R. Profº Zeferino Ferraz, 396, Itaim Paulista, 08120-380 (11) 2562-2719
- CDCM Casa Anastácia - R. Ricardo da Costa, 335, Conj. Hab. Barro Branco II, 08473-620 (11) 2282-4706
- CDCM Marielle Franco - Rua Cel. Carlos Dourado, 07, Vila Marilena, 08410-480 (11) 5050-1437
- CDCM Casa da Mulher Crê-Ser - R. Salvador Rodrigues Negrão, 351, Vila Marari, 04401-160 (11) 3539-8163

- CDCM Sonia Maria Batista - Av. Dr. Gentil de Moura, 598, Ipiranga, 04268-000 (11) 3473-5569
- CDCM Margarida Maria Alves - R. Sabbado d'Ângelo, 2085, 2º andar, Vila Brasil, 08210-791 (11) 2935-7324

Serviço de acolhimento

A Casa de Acolhimento Provisório de Curta Duração – Rosângela Rigo (Casa de Passagem) recebe mulheres e seus filhos com idade abaixo de 18 anos para encaminhamento aos serviços especializados da rede de proteção da Prefeitura de São Paulo, considerando a avaliação de risco conforme a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a capacidade da casa. O espaço busca garantir segurança e integridade à saúde, oferecendo atendimento psicossocial e interlocução com outras políticas públicas, proporcionando apoio integral às mulheres e suas famílias - https://capital.sp.gov.br/web/direitos_humanos/mulheres

» SOBRE O CPM

O Conselho Municipal de Políticas para Mulheres (CPM), vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) de São Paulo, é um órgão de caráter consultivo, deliberativo e propositivo, voltado à formulação, fiscalização e monitoramento de políticas públicas voltadas às mulheres no município. Seu objetivo central é promover a igualdade de gênero, combater todas as formas de violência e discriminação e garantir a cidadania plena das mulheres em sua diversidade.

Criado com o propósito de garantir a cidadania plena das mulheres e promover sua inclusão social, o conselho é composto por membros do poder público e da sociedade civil, funcionando de maneira consultiva e propositiva.

Com uma estrutura paritária, o conselho é formado por 50 mulheres: 25 vêm do governo municipal e 25 são da sociedade civil. Essas mulheres são escolhidas por votação direta. Das 25 da sociedade civil, 15 representam entidades, organizações e movimentos que atuam na defesa dos direitos das mulheres, e 10 representam as regiões da cidade - 02 da região Norte, 03 da Sul, 03 da Leste, 01 da Oeste e 01 do Centro.

Entre as principais atribuições do conselho estão a proposição de políticas públicas que atendam às demandas das mulheres, o acompanhamento da implementação dessas políticas e a avaliação de seu impacto. O conselho também promove a integração das questões de gênero nas diversas áreas do poder público, contribuindo para a construção de uma cidade mais justa, segura e inclusiva para todas as mulheres.

O conselho desempenha papel central na organização de conferências e eventos voltados ao fortalecimento da luta pelos direitos das mulheres. Essas ações envolvem a promoção de debates e a elaboração de propostas sobre temas como violência de gênero, saúde integral da mulher, autonomia econômica, acesso à educação e ao

mercado de trabalho, além do enfrentamento das múltiplas formas de discriminação que atingem as mulheres em sua diversidade.

Outro ponto relevante é sua atuação no combate à violência contra as mulheres, propondo políticas de prevenção, acolhimento e proteção, bem como fiscalizando a efetivação das leis municipais que garantem os direitos das mulheres. O conselho também pode sugerir melhorias na legislação e formular recomendações às autoridades competentes.

Em suas reuniões mensais, o conselho abre espaço para a participação da sociedade, mas apenas os membros eleitos têm direito a voto. Essas reuniões, que podem ser realizadas de forma presencial ou híbrida, servem como canal de comunicação direta entre a população e o poder público, assegurando que as políticas para mulheres sejam formuladas de forma democrática, inclusiva e participativa.

Por meio de sua atuação, o Conselho Municipal de Políticas para Mulheres contribui para a construção de uma cidade onde todas as mulheres possam viver com dignidade, segurança, autonomia e plena garantia de seus direitos.

Composição do conselho:

I - Representantes do Poder Público Municipal

a) Coordenação de Políticas para as Mulheres

Titular: Daniele Souza Akamine

Suplente: Adriana Silva de Oliveira

b) Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

1. Titular: Maria Josiane Santana Sobral Santos

Suplente : Luana Rosas da Silva

2. Titular: Alessandra Gosling

Suplente: Suzana de Rosa

c) Secretaria Municipal de Cultura

Titular: Ane Caroline Sollar Pereira

Suplente: Kaori Leticia Kimura

d) Secretaria Municipal de Educação

Titular: Taize Grotto de Oliveira

Suplente: Amanda Ferreira Rodrigues

e) Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Titular: Renata Godoy

Suplente: Fernanda de Oliveira Kesper

f) Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Titular: Cerise Goldman Batistic

Suplente: Bruno Rossi Kohn

g) Secretaria Municipal de Gestão

Titular: Tatiana Oliveira Rieli Munhoz

Suplente: Tatiana Gomes Lopes

h) Secretaria Municipal da Saúde

Titular: Ligia Santos Mascarenhas

Suplente: Mona Lisa Pantano de Carvalho

i) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

Titular: Maria Lúcia de Jesus Oliveira

Suplente: Maisa Bruno do Nascimento

j) Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Titular: Patrícia Lopes Leite de Godoy

Suplente: Monalisa Gonçalves de Souza

k) Secretaria do Governo Municipal

Titular: Marília Araujo Roggero

Suplente: Bruna Nimer Lago

l) Secretaria Municipal da Fazenda

Titular: Margarete Santos Fonseca

Suplente: Vanessa Stefani Keppeler Pitta

m) Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes

Titular: Vanessa Gac Leal

Suplente: Lea Lopes

n) Secretaria Municipal de Turismo

Titular: Karolini Ramos Pereira Barbosa

Suplente: Jaqueline Lima Nascimento

o) Secretaria Municipal de Habitação

Titular: Daniela Cardoso Lourenço Alves

Suplente: Amanda Cortez Arcine

p) Secretaria Municipal das Subprefeituras

Titular: Elizete De Oliveira Buriti Leonoro

Suplente: Alaíde Francisca da Silva

q) Secretaria Municipal de Segurança Urbana

Titular: Carla Honorato Brasao

Suplente: Mercia Maria Makuch

r) do Secretário Especial de Relações Sociais

Titular: Vanessa Bianchi Ruggiero

Suplente: Geisa Godoys

s) Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência

Titular: Carolina Custódio Pereira dos Santos

Suplente: Renata Belluzzo Borba

t) Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia

Titular: Eliana de Fátima Amaral Rodrigues

Suplente: Elisângela da Silva Diniz

u) Secretaria Municipal de Justiça

Titular: Regina Célia da Silveira Santana

Suplente: Cleusa Guimarães Davis

v) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Titular: Sueli Guerreiro Morales

Suplente : Beatriz Bruno Mendes

x) Câmara Municipal de São Paulo

Titular: Teresa Cristina Borges

Suplente: Simone Fantucci

II - Representantes titulares da sociedade civil como entidades, organizações, movimentos sociais feministas

a) União Brasileira de Mulheres da Cidade de São Paulo (UBM Capital) - Claudia Rodrigues de Oliveira

b) Marcha Mundial das Mulheres (MMM) - Vera Lúcia Ubaldino Machado

c) Federação das Mulheres Paulistas (FMP) - Keila Pereira Francisco

d) Instituto Hera Artemisul - Lucia Aparecida Soares Rolim de Freitas Brugnara

e) União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências - Mahã Machado Santos

f) Instituto Social Simone Silva - Inaê Eduarda Rafael Varela da Rocha Barros

g) Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) - Fernanda Gomes de Almeida

h) Coletivo Kilombagem - Bergman de Paula Pereira

III - Representantes titulares da sociedade civil como entidades, organizações mista

a) União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior - Mariza Dutra Alves

b) Movimento pelo Direito à Moradia (MDM) - Luiza Giovanna Martins Gonçalves

c) Associação Luta por Moradia Estrela da Manhã (ALMEN) - Aytalane Sales de Souza

d) Central Única dos Trabalhadores - Adriana Oliveira Magalhães

e) Instituto Social e Cultural Educacional Renascimento - Maria de Lourdes Santana da Conceição

f) Sindicato dos Comerciantes de São Paulo - Isabel Kausz dos Reis

g) Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste Residencial City Jaraguá - Danielle Rodrigues Percinoto

IV - Representantes suplentes da sociedade civil de entidades, organizações mistas

- a) Instituto Esperança em Cristo - Sheila Cristina Marques
- b) Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) - Isabella Roberta da Silva

V - Representantes titulares regionais

a) Região Norte:

- 1. Aytalane Sales de Souza
- 2. Gislaine da Silva e Silva

b) Região Sul:

- 1. Karoline Gregório Bandeira
- 2. Clair Helena Peixoto Oliveira dos Santos
- 3. Rosilene Pimentel Gomes

c) Região Leste:

- 1. Sebastiana Xavier dos Santos
- 2. Celeste da Silva Gastão

d) Região Oeste:

- 1. Verluzia da Silva

e) Região Centro:

- 1. Maria Conceição Apulinária Guimarães

VI - Representantes suplentes regionais

a) Região Norte:

- 1. Arilsa Sales Silveira
- 2. Camila de Aguiar

» SOBRE A COMISSÃO ORGANIZADORA

Composição da Comissão Organizadora:

I –pelo Conselho Municipal de Políticas para Mulheres (CMPM)

- 1. Adriana Oliviera Magalhães
- 2. Aytalane Sales de Souza
- 3. Celeste Gastão
- 4. Claudia Rodrigues de Oliveira
- 5. Gislaine da Silva e Silva
- 6. Isabel Kausz dos Reis
- 7. Isabella Roberta da Silva

8. Karoline Gregório Bandeira
9. Luiza Giovanna Martins Gonçalves
10. Maria Conceição Apulinaria
11. Mariza Dutra Alvez
12. Rosilene Pimentel Gomes
13. Sebastiana Xavier dos Santos
14. Vera Lúcia Dias Padilha
15. Vera Lúcia Ubaldino Machado

II – pelo Poder Público

a) Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

1. Adriana Silva de Oliveira
2. Ana Maria Isidoro
3. Daniele Akamine
4. Joyce Barbosa Cabra

b) Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia

1. Eliana de Fatima Amaral Rodrigues

III – apoio técnico, pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

1. Bianca Pereira Lima
2. Luiza Ribeiro
3. Sylvia Aragão

Expediente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Prefeito

Ricardo Nunes

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Secretária

Regina Célia Santana

Secretária adjunta

Stella Verzolla

Chefe de Gabinete

Roberto Cardoso Ferreira

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Coordenadora

Daniele Souza Akamine

Gestoras de Equipamentos

Carla Araceli Silva

Joyce Barbosa Cabral

Maria Betânia Oliveira Alves

Assessoras

Adriana Silva de Oliveira

Caliana de Jesus Santos

Carla Simone da Silva

Elaine Cristina Bezerra

Isabella Silva Dias

Karen Vasconcelos

Márcia Maria Neregato Cóz

Maria de Fátima O. Alves de Oliveira

Mariza Angélica Laitano Bessa

Mariza Virgilio de Vasconcelos Silva

Osnilda Silva de Assis

Zilda Francisca dos Santos

Analistas de Desenvolvimento Social

Alessandra Felix de Almeida Leite

Naiza Bezerra dos Santos

Analista de Saúde

Rosana Aparecida Thomaz da Silva

Assistente Administrativo de Gestão

Ana Maria Isidoro

DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Diretora

Sylvia Aragão

Assessoras(es)

Bianca Lima

Luiza Santos

Kauã Sabino Condense

Estagiárias(os)

Ana Beatriz Januzi

Luan Miguel Prexedes

Marco Costa

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Coordenador

Elvis Wanderley dos Santos

Assessoras(es)

Débora Lúcia Salgado

Gabriela Alcantara Bento Vieira

Henrique Simões Costa de Oliveira

Igor Matos Santos

Ivanildo dos Santos Araujo

Silvano Tarantelli

Estagiárias

Larissa Ferreira Rocha

Thauane Soraia Nascimento Izaias

EQUIPE DE METODOLOGIA

Coordenadora Geral

Mariana Barbosa Barreiros Rubinello

Coordenadora operacional

Elizangela Claro de Souza

Assessora Técnica

Juliana Maria Begossi

Assistente operacional

Mauridete de Oliveira Dias

Mediadoras

Cassia Goreti da Silva

Edite de Jesus Neves

Inmaculada Figols Costa

Isabel Cristina Bueno da Silva

Jamili joana de Melo Calixto

Kátia Cilene Gregório

Silmara Aparecida Porfirio

Zélia dos Reis

Reladoras

Brisa Serena Nascimento Guedes

Daiana Rodrigues da Silva

Daniela Aparecida Martins

Gabriela de Souza Elias

Jéssica Santos de Souza

Marcia Antonieta Farro

Patrícia Martins Alves dos Santos

Talita Aparecida de Oliveira

Reladoras de Plenária

Fernanda Monteiro Leite Helfenstein

Gabriela Pozzoli Gouvêa

Marcela Pereira Dias

Apoio Operacional

Rogério Alcântara da Silva

Revisor

Franklin Martins Bonafé



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**VI Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres
de São Paulo**

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
Coordenação de Políticas para Mulheres
Conselho Municipal de Políticas para Mulheres

2025